

**LEONARDO CAETANO MIRANDA**

**NOS CAMINHOS DO VALE:**

**O (DES) ENVOLVIMENTO NO JEQUITINHONHA**

**Belo Horizonte**

**2013**

Leonardo Caetano Miranda

## **NOS CAMINHOS DO VALE:**

### **O (DES) ENVOLVIMENTO NO JEQUITINHONHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Weber Soares  
Universidade Federal de Minas Gerais

**Belo Horizonte**

**2013**

*Aos meus pais, Rômulo e Valéria, à minha querida tia Cláudia,  
às minhas irmãs, Luana e Luisa, e aos meus avós Rubens e  
Marli, com amor.*

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho definitivamente teve uma construção coletiva. Inúmeras foram as pessoas que diretamente, ou mesmo sem saber, indiretamente, contribuíram para que ele fosse idealizado, elaborado e finalmente, agora, concluído. Seria muito difícil listar todas aqui, mas gostaria de deixar a todas elas o meu profundo agradecimento. Todavia, não poderia me furtar de registrar a minha gratidão àqueles mais presentes.

À Deus, pela presença constante.

Ao professor Weber Soares, pela convivência desde os tempos da graduação, pelos ensinamentos tão valiosos, pela disposição e confiança que, mesmo diante dos desafios e percalços o trabalho seria concluído.

Ao professor Ralfo Matos, pelas contribuições fundamentais na construção da geohistória do Vale do Jequitinhonha, bem como na elaboração das “questões problematizadoras”.

Ao professor Célio Horta, pelas contribuições cruciais para que esse trabalho adquirisse sua forma, pela transmissão de seu conhecimento brilhante sobre *região*.

Ao professor Roberto Nascimento, pela contribuição vital por meio da concessão de entrevistas feitas com agentes qualificados em sua pesquisa mimeografada realizada no âmbito do Programa Polo de Integração da UFMG no Vale Jequitinhonha.

Aos meus amigos Igor Beloni, Bruno Rezende, Breno Marent, Manuela Côrrea, Larissa Sousa, Carla Aguiar, Agnaldo, João Marcelo, Augusto e Elke pelo apoio e confiança.

Aos colegas de mestrado, em especial ao Breno, Ludmila, Cláudia, Gabriel, Aguirre, Rafael pela troca de experiências e compartilhamento das preocupações.

Aos diversos professores que, ao longo de suas disciplinas, forneceram subsídios para os argumentos que tentei desenvolver aqui.

À minha família pelo amor, carinho e dedicação e por entender as minhas ausências e estar sempre ao meu lado, em especial minha mãe Valéria, meu pai Rômulo, minhas irmãs Luana e Luisa, aos meus avós Rubens e Marli, a minha tia Cláudia.

Meus sinceros agradecimentos.

*“O espaço tem, sempre, um componente de materialidade donde  
lhe vem uma parte de sua concretude e empiricidade”*  
(SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Ed. USP,  
2008, p.53)

## RESUMO

O Vale do Jequitinhonha, situado a nordeste de Minas Gerais, é uma região sobre a qual muitos estudos tem se debruçado, dado a singularidade desse espaço regional, que reúne em seu território dicotomias como riqueza e pobreza, abundância e escassez, ascensão e declínio econômico. Em termos históricos a gênese da formação deste território remonta às primeiras rotas de ocupação da Capitania das Minas dos Matos Gerais, antes mesmo de sua criação em 1720. Ao longo da segunda metade do século XX, o Vale do Jequitinhonha adquire o status de “região problema”, apesar de sua importância histórica para a economia mineira e de sua rica cultura.

Dessa forma, pobreza, exclusão social e limitações naturais alavancaram diversos estudos e projetos políticos de desenvolvimento regional, em grande medida pautados por tentativas de geração de renda e melhoria das condições de sobrevivência dessa população. Mas em que consiste o Vale do Jequitinhonha? Quais são os elementos constitutivos da “geohistória” econômica desse lugar, que ao mesmo tempo é lembrado pelo abandono e pela riqueza cultural? Qual é o olhar do povo local sobre o espaço que ele ocupa? Em que medida há o envolvimento dos agentes locais no desenvolvimento regional?

As interpretações e análises realizadas consistem em uma tentativa de captar o (des)envolvimento no Vale, por meio da elucidação de seu passado econômico, e dos impactos na organização espacial e social decorrentes da introdução de atividades econômicas forjadas no bojo da “modernização conservadora” desde a segunda metade do século XX.

A ocupação econômica dessa região tão singular em Minas Gerais condicionou-se a Geografia: no Alto Jequitinhonha, o relevo montanhoso da Serra do Espinhaço, de onde se extraiu enorme quantidade de ouro e de diamante; no Médio Jequitinhonha, os solos ricos em sais, ocupados pela pecuária extensiva; no Baixo Jequitinhonha, as áreas de mata deram lugar às lavouras de subsistência, e aos morros ocupados com capim colonião, planta adaptada à escassez de chuvas típicas da região, às fazendas de criação de gado bovino.

## ABSTRACT

The Jequitinhonha Valley, located at the northeast of Minas Gerais, is a region on which many studies have been addressing, given the uniqueness of this regional space, which meets in its territory dichotomies such as poverty and wealth, abundance and scarcity, and rising economic decline. In historical terms the genesis of the formation of this area dates back to the first occupation of routes Captaincy of Minas dos Matos Gerais, even before its creation in 1720. Throughout the second half of the twentieth century, the Jequitinhonha Valley acquires the status of "problem area", despite its historical importance to the state economy and its rich culture.

Thus poverty, social exclusion and natural limitations leveraged several studies and political projects of regional development, largely guided by attempts to generate income and improve the living conditions of this population. But what is the Jequitinhonha Valley? What are the elements of "geo-history" of this economic place that is remembered while the abandonment and cultural wealth? What is the local people look on the space it occupies? To what extent is the involvement of local actors in regional development?

The interpretations and analyzes consist in an attempt to capture the development based in the engagement in the Valley, through the elucidation of its economic past, and impacts on social and spatial organization of the introduction of economic activities forged in the wake of "conservative modernization" since the second half of the twentieth century.

The economic occupation of this region so unique in Minas Gerais conditioned to Geography: High Jequitinhonha in the mountainous terrain of the Espinhaço, where huge amount extracted gold and diamond; Middle Jequitinhonha, soils rich in salts, occupied by extensive cattle ranching; Low Jequitinhonha in the areas of forest gave way to subsistence crops, and occupied the hills with cropping grass, plant adapted to scarcity of rains typical of the region, the farms of cattle.

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> - Municípios e microrregiões do Vale do Jequitinhonha.....	24
<b>Mapa 2</b> - Espacialização do café no Vale do Jequitinhonha, percentual da área municipal em 1995 e 2000.....	66
<b>Mapa 3</b> - Altitudes em metros no Vale do Jequitinhonha .....	67
<b>Mapa 4</b> - Espacialização da pecuária bovino, percentual da área municipal em 1995 e 2000 .....	73
<b>Mapa 5</b> - Espacialização da silvicultura do eucalipto no Vale do Jequitinhonha, percentual da área municipal em 1995 e 2000.....	79
<b>Mapa 6</b> - Espacialização de “outras atividades” no Vale do Jequitinhonha, percentual da área municipal em 1995 e 2000 .....	83



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Produção de café em coco por unidade da federação (toneladas).....	60
<b>Tabela 2</b> - Produção de café em grão (toneladas) por mesorregião em Minas Gerais.....	62
<b>Tabela 3</b> - Produção de café Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, 1990- 2000.....	63
<b>Tabela 4</b> - Maiores produtores de café no Vale do Jequitinhonha entre 1990 e 2010.....	64
<b>Tabela 5</b> - Número de estabelecimentos por grupos de área total de Capelinha.....	65
<b>Tabela 6</b> - Taxa de crescimento anual da população do restante de Minas Gerais e da região do Jequitinhonha, totais populacionais e participação relativa da região do Jequitinhonha no período de 1920-1996.....	91
<b>Tabela 7</b> - População residente por mesorregiões de Minas Gerais.....	92
<b>Tabela 8</b> - Síntese dos indicadores sócio demográficos – Minas Gerais/Vale do Jequitinhonha.....	94
<b>Tabela 9</b> - Estimativas de migração interna para as microrregiões do Vale do Jequitinhonha nos quinquênios 1975/1980, 1986/1991 E 1995/2000.....	96
<b>Tabela 10</b> - Renda per capita (R\$) e coeficiente de Gini – Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha.....	98
<b>Tabela 11</b> - Proporção de pobres (%) por mesorregião mineira e no estado em 1991 e 2000.....	99
<b>Tabela 12</b> - Síntese dos indicadores econômicos em Minas Gerais e no Vale do Jequitinhonha no ano 2000.....	100

<b>Tabela 13</b> - População absoluta e taxa de crescimento anual (%) por município do Alto Jequitinhonha nos anos de 1991,2000 e 2010.....	103
<b>Tabela 14</b> - Síntese dos indicadores sócio-demográficos no Alto Jequitinhonha.....	104
<b>Tabela 15</b> - Síntese dos indicadores relacionados a ocupação no ano 2000 no Alto Jequitinhonha.....	106
<b>Tabela 16</b> - População absoluta e taxa de crescimento anual (%) por município do Médio Jequitinhonha nos anos de 1991,2000 e 2010 .....	109
<b>Tabela 17</b> - Síntese dos indicadores sócio-demográficos do Médio Jequitinhonha.....	110
<b>Tabela 18</b> - Síntese dos indicadores relacionados a ocupação no ano 2000.....	111
<b>Tabela 19</b> - População absoluta e taxa de crescimento anual (%) por município do Médio Jequitinhonha nos anos de 1991, 2000 e 2010 .....	114
<b>Tabela 20</b> - Síntese dos indicadores sócio-demográficos no Médio Jequitinhonha.....	115
<b>Tabela 21</b> - Síntese dos indicadores relacionados a ocupação no ano 2000.....	117

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 REGIÃO E DESENVOLVIMENTO: INCURSÃO TEÓRICA E O VALE....</b>	<b>15</b>
1.1.A região como categoria de análise .....	18
1.2.A configuração regional do Vale do Jequitinhonha .....	23
1.3.As principais acepções do desenvolvimento.....	26
1.4.Perspectivas contemporâneas do desenvolvimento.....	30
1.5.O Vale e a “geo-história” das atividades econômicas .....	32
<b>2 A “GEO-HISTÓRIA” DAS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS DO VALE: DOS PRIMÓRDIOS À PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....</b>	<b>34</b>
2.1. Os primórdios da ocupação do Vale .....	35
2.2. O Vale do Jequitinhonha: final do século XIX e virada para o século XX.....	39
2.3. Café: Brasil, Minas Gerais e Jequitinhonha.....	43
2.4. A silvicultura do Eucalipto: Brasil, Minas Gerais e Jequitinhonha .....	47
2.5. A pecuária bovina: Brasil, Minas e Vale do Jequitinhonha.....	50
2.6. Dos primórdios da ocupação econômica do Vale à espacialização atual das atividades econômicas.....	53
<b>3 A ESPACIALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO VALE DO JEQUITINHONHA .....</b>	<b>55</b>
3.1. O Jequitinhonha no contexto da reestruturação econômica mineira: a inserção da pecuária, do café e da silvicultura do eucalipto na região.....	56
3.2. A expansão da cafeicultura moderna: Brasil, Minas Gerais e microrregiões do Vale do Jequitinhonha.....	58
3.3. A pecuária bovina no Brasil, em Minas Gerais e microrregiões do Vale .....	69
3.4. A silvicultura do eucalipto no Vale .....	75
3.5. Outras atividades econômicas presentes no Vale.....	80
3.6. A análise do quadro geral das atividades no Vale do Jequitinhonha .....	84
<b>4. INDICADORES SOCIAIS E (DES) ENVOLVIMENTO NO VALE DO JEQUITINHONHA.....</b>	<b>87</b>
4.1. A caracterização demográfica do Vale do Jequitinhonha.....	90
4.2. Os indicadores socioeconômicos.....	96
4.3. O Alto Jequitinhonha .....	101
4.4. O Médio Jequitinhonha .....	107
4.5. O Baixo Jequitinhonha.....	112
4.6. Visões do Vale.....	117
4.7. Desenvolvimento no Jequitinhonha: a relação entre indicadores e as visões do Vale.....	121
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>130</b>

## INTRODUÇÃO

*“Aqui, quando o tempo não é bom de chuva, não dá nada que planta de jeito nenhum, aí tem que comprar de tudo mesmo. Planta na terra fraca, não são terra boa, aqui não, são bem fraca, e pra planta e ficar esperando a lavoura dá e depois não dá, aí fica devendo muita conta, aí tem que sai pra fora pra trabalhar no corte de cana, muito ruim demais.”<sup>1</sup>*

*Dona Jacinta*

O considerável número de estudos sobre o Vale do Jequitinhonha, em geral, é iniciados com uma breve descrição da região. Localizada a nordeste do estado de Minas Gerais, banhada pelas águas do rio Jequitinhonha, que possui sua nascente na Serra do Espinhaço, constitui forma de relevo com topos aplainados, que conduz a vales úmidos, as chamadas grotas, tipicamente ocupadas por vegetação de mata, em contraste com a paisagem seca, de árvores espaçadas, troncos tortuosos do Cerrado e os arbustos da Caatinga.

Os contrastes encontrados no Jequitinhonha não se resumem às paisagens e ecossistemas, mas são verificados também na história de ascensão e decadência econômica da região, na convivência entre a agricultura tradicional e moderna, expressa pelas grandes monoculturas de café e eucalipto. Na cultura e no artesanato, depreende-se a identidade regional, ou seja, os elementos que conferem singularidade a essa porção do território mineiro, de povo humilde, de fala mansa, povo que aprendeu a conviver com as limitações impostas pelo meio natural, a seca por exemplo, e as limitações de acesso as terras férteis.

Ao longo do período que se inicia no século XVIII, com a descoberta de ouro e diamantes, o Jequitinhonha viveu sua ascensão econômica, atraindo atenções de aventureiros que se estabeleciam em Diamantina, Serro, ou mesmo Minas Novas. Esses centros urbanos, em virtude do crescimento demográfico, propiciaram o surgimento de *economias externas*, ou seja, de atividades de suporte à vida urbana, a dizer a agropecuária, que abastecia a região com alimentos e muares.

---

<sup>1</sup> Trecho obtido de entrevista em profundidade realizada pelo “Projeto de Desenvolvimento Regional e Inserção da Mulher em Atividades Produtivas no Alto Jequitinhonha”, Comunidade de Artesãs de Turmalina. Essa pesquisa foi coordenada pelo professor Roberto Nascimento Rodrigues, Belo Horizonte, 2000. Mimeografado.

O declínio econômico, como ocorreu noutros ciclos econômicos vivenciados no Brasil, veio juntamente com a exploração intensiva e desmedida das riquezas minerais. Já no início do século XIX, o ritmo frenético de exploração de ouro e diamantes promoveu a exaustão gradativa das minas no Alto Jequitinhonha, principal área mineradora do Vale.

Concomitantemente, o forte controle da Coroa portuguesa sobre a mineração agravou a situação. A Coroa temia o contrabando, em razão da precariedade dos meios de fiscalização ao longo do rio Jequitinhonha, principal via de interligação entre a região produtora e o porto de Belmonte na Bahia, de onde partiam navios rumo aos mercados europeus. O temor aliava-se ainda à dificuldade de ocupação impressa pela mata fechada das porções do Médio e Baixo Jequitinhonha, em que se abrigavam os temidos índios Borúns (Botocudos), família do tronco linguístico Macro-Jê, conhecidos pela agressividade e resistência às tentativas de domínio por parte dos colonizadores portugueses.

Apesar das dificuldades naturais, a decadência da mineração abriu caminho para a expansão da ocupação das demais áreas do Vale. Aos habitantes locais, restou a busca por riquezas minerais em outras cercanias, ou mesmo, a migração para as porções mais a sul do rio Jequitinhonha, em que se encontravam antigos entrepostos comerciais, ao redor dos quais se instalaram fazendas de criação de gado, oriundas das primeiras frentes de ocupação da região ao final do século XVII e início do século XVIII.

Em associação ao gado bovino, a agricultura desenvolveu-se inicialmente no Médio Jequitinhonha, expandindo-se para o Baixo Jequitinhonha na segunda metade do século XIX, período que coincide com o crescimento dos fluxos migratórios da população do Alto Jequitinhonha para as áreas cobertas pelas matas, principalmente em virtude do emergente centro econômico de Teófilo Otoni no Vale do Mucuri. Entre os produtos que se destacaram na produção agrícola local, o algodão foi o que de longe alcançou maior produtividade e ganhos econômicos.

Fazer uma espécie de “geo-história” das atividades socioeconômicas no Vale do Jequitinhonha para compreender o processo de (des) envolvimento. Decorre daí a reconstrução do processo de ocupação e formação desse espaço, que ocorreu de forma gradativa, ao longo do curso do rio Jequitinhonha, principal eixo de articulação entre o litoral e as minas de ouro e diamante. A opção por esse recorte espacial deve-se a sua importância no contexto de Minas Gerais no período que vai do século XVIII ao XIX, em que a região viveria sua ascensão e declínio, mediante a exaustão das minas de ouro e diamante. Também está relacionada à multiplicidade de trabalhos que ao Jequitinhonha dedicam especial atenção,

principalmente a partir da segunda metade do século XX, quando o “Vale da Riqueza”, passa a ser lembrado como “Vale da Miséria” ou “Vale das Lágrimas”. Essa adjetivação pejorativa que se formou graças à imagem construída pelos governos estadual e federal sobre a região, ao esquecimento de sua importância econômica passada e ao seu estado presente de estagnação econômica.

O esforço aqui realizado de revisão da bibliografia sobre a “geo-história” regional, a análise dos indicadores econômicos e sociais, a espacialização da atividade cafeeira, do cultivo do eucalipto e da pecuária bovina no Vale do Jequitinhonha servem ao propósito de dar conta dos seguintes objetivos específicos:

- i. Empreender uma reflexão sobre as principais correntes teóricas referentes ao desenvolvimento e a região, com o fim de compreender as conexões entre eles.
- ii. Dar a conhecer a “geo-história” das atividades econômicas que ocorreram no Vale do Jequitinhonha até a primeira metade do século XX.
- iii. Por em evidência as atividades econômicas que se desenvolveram no Vale do Jequitinhonha e suas conexões com o espaço regional, desde a segunda metade do século XX.
- iv. Expor os vínculos entre os indicadores sobre desenvolvimento e o discurso de alguns agentes qualificados do Vale do Jequitinhonha para precisar a natureza do (des) envolvimento.

O conteúdo desta dissertação está estruturado em quatro capítulos. No capítulo introdutório, será realizada a fundamentação teórica do conceito de desenvolvimento e de região, com o objetivo de delinear o sentido dado ao desenvolvimento regional. A análise das conexões entre desenvolvimento e região é uma tentativa de compreender a organização espacial do Vale do Jequitinhonha e as peculiaridades na produção desse espaço, tão singular no contexto mineiro, no âmbito histórico, geográfico, econômico, social e cultural.

O segundo capítulo traz como tema central a “geo-história” do Vale do Jequitinhonha por intermédio das atividades econômicas, com vistas a compreender a dinâmica de ocupação e delimitação dessa região. Nele será reconstruída a trajetória de ocupação do Vale do Jequitinhonha conforme os processos históricos referentes a essa porção de Minas Gerais do século XVIII ao XX. O objetivo desse capítulo apoia-se no argumento de que não se pode prescindir da formação histórica do espaço regional, pois ela é fundamental à tentativa de compreensão da identidade regional.

Na busca pela compreensão da distribuição espacial das principais atividades econômicas do Vale do Jequitinhonha nos dias atuais, cafeicultura, silvicultura do eucalipto e bovinocultura, o terceiro capítulo comporta a análise da composição econômica regional e municipal. O objetivo desse capítulo é o de evidenciar a inter-relação entre as atividades econômicas levadas a cabo no Vale desde a segunda metade do século XX até os dias atuais e o espaço regional.

O quarto capítulo é constituído pela análise dos indicadores sociais e econômicos do Vale do Jequitinhonha, de suas microrregiões (Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha), como também dos cinquenta e dois municípios da região. Esse capítulo tem como objetivo expor a relação entre os indicadores demográficos e econômicos sobre o desenvolvimento e o discurso de alguns agentes qualificados<sup>2</sup>, com o intuito de precisar a natureza do (des) envolvimento no Vale do Jequitinhonha.

---

<sup>2</sup> Considera-se como agentes qualificados, informantes selecionados entre os entrevistados pelo “Projeto de Desenvolvimento Regional e Inserção da Mulher em Atividades Produtivas no Alto Jequitinhonha.” O critério de seleção baseou-se na escolha de falas de líderes políticos locais, como prefeitos e secretários municipais, bem como membros de associações camponesas e de um padre. Dessa forma, pretende-se obter uma visão ampla do (des) envolvimento na região.

## 1 REGIÃO E DESENVOLVIMENTO: INCURSÃO TEÓRICA E O VALE

“Os modos de produção escrevem a História no tempo,  
as formações sociais escrevem-na no espaço.”

Milton Santos

A organização espacial do Vale do Jequitinhonha esteve historicamente atrelada aos processos econômicos levados a cabo nessa parte do território mineiro. Foram eles que desencadearam a ocupação da região e ditaram a inserção dela no contexto nacional. Junto com as descobertas de imensas reservas de ouro e diamantes, veio o intenso fluxo migratório, bem como a fiscalização redobrada da Coroa portuguesa. No entanto, a exaustão das minas no Alto Jequitinhonha, ao final do século XVIII e início do XIX, desencadeou a expansão da ocupação rumo às porções do Médio e Baixo Jequitinhonha, e deu início ao declínio econômico da região, mesmo em face da reação da agropecuária nos anos finais do Oitocentos.

Indispensáveis à compreensão da região do Jequitinhonha, os elementos naturais colocavam-se como condicionantes da atividade agropecuária que emergia em meio às limitações impostas pelo clima seco e pelos solos de baixa fertilidade. O quadro natural desfavorável aliado ao fraco desempenho econômico da região já no início do século XX possibilitavam apenas duas saídas, ou a migração rumo às áreas geradoras de trabalhos temporários ao sul e a leste do estado de Minas Gerais, ou a adaptação às limitações geográficas, com a conseqüente calibragem do consumo dos recursos naturais (RIBEIRO e GALIZONI, 2006).

Já na segunda metade do século XX, o Jequitinhonha constituía-se como um formidável estoque de mão de obra e terras, que através do emprego de técnicas adequadas à recuperação do solo poderiam ser utilizadas. Por outro lado, crescia no âmbito nacional e estadual a preocupação com o desenvolvimento industrial, à época, principal via de promoção do desenvolvimento econômico, entendido como sinônimo de crescimento econômico.

Essa preocupação orientou as políticas públicas nacionais, que passaram a incorporar medidas econômicas como forma de aferir o grau de desenvolvimento de uma região. Por



ostentar os piores indicadores econômicos estaduais, o Vale do Jequitinhonha adquiriu a denominação pejorativa de “Vale das Lágrimas” ou “Vale da Miséria”, o que revela o caráter funcionalista atribuído a esse espaço, que reverbera até os dias atuais. A concepção funcionalista conduziu a região a sucessivas políticas de incentivos fiscais, estímulos a incorporação produtiva do espaço local à lógica da modernização agrícola em curso no país naquele momento.

Por conseguinte, a organização espacial da região passou a incorporar elementos de ordem econômica como forma de diferenciação das demais áreas do estado. Contudo, essa aceção do Jequitinhonha reduziu a organização espacial local à existência de atributos materiais, disponíveis ao uso econômico. Segundo Santos (1979), a compreensão de determinada realidade social resultaria da consideração de que ela é fruto de sua natureza histórica, isto é, das características sociais e econômicas. Ainda segundo Santos (1979, p.17), ao destituirmos a organização espacial de sua natureza histórica, “... cairíamos numa análise espacial de cunho funcionalista, enquanto que uma análise centrada apenas nas categorias Estrutura e Processo levaria a uma ‘análise a-espacial, não geográfica’ ”.

Considerando-se a ótica de Santos (1979), o entendimento da identidade regional do Vale do Jequitinhonha, perpassa pelo reconhecimento de sua história, dos elementos de ordem natural (forma), dos atores que constituem essa realidade, bem como dos processos econômicos que perfizeram o contexto regional. É inegável a existência de uma situação econômica desfavorável na região em comparação ao restante do estado, bem como de diferenças regionais no tocante ao nível de riqueza, fruto das distintas formas de apropriação econômica do espaço regional.

“De fato, a unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico não pode ser realizada senão *no* espaço e *pelo* espaço. A evolução da formação social está condicionada pela organização do espaço, isto é, pelos dados que dependem diretamente da formação social atual, mas também das formações sociais econômicas (F.E.S) permanentes” (SANTOS, 1979, p.17).

Apesar da forte conotação funcionalista, as concepções de desenvolvimento que nortearam os projetos públicos no Jequitinhonha transitaram, posteriormente às décadas de 1950 e 1960, para a sucessiva adição de outros atributos ao desenvolvimento, que para ser legitimado não poderia prescindir de agregar os qualificativos sociais, político, cultural, ambiental etc., sob pena de reducionismo inaceitável (PAULA, 2011, p. 36). Destarte, a

avaliação do nível de desenvolvimento de uma região, passou a incorporar indicadores sociais, os quais têm como objetivo aferir a qualidade de vida humana. Para Paula (2011), esses indicadores, no entanto, por nem sempre serem confiáveis, ou mesmo universalizáveis, dificultam uma análise profunda de dada realidade, e podem levar a relações de causalidade fracas ou parciais.

Com efeito, o que está em jogo neste caso é tanto o aperfeiçoamento de metodologias qualitativas e quantitativas de produção de indicadores efetivos de qualidade de vida humana, isto é, de indicadores capazes de aferir o fenômeno desenvolvimento como fato social total, quanto de reconhecer o decisivo conteúdo político desses instrumentos ao possibilitar o acompanhamento e a avaliação do conjunto das ações públicas e privadas, que impactam a vida social em suas múltiplas dimensões. (PAULA, 2011, p.36)

Mesmo com a incorporação de indicadores sociais mais abrangentes nos dias atuais, os estudos elaborados para a promoção do desenvolvimento regional no Vale do Jequitinhonha não se aprofundam nos processos históricos, sociais e culturais que constituem de fato a identidade regional. Talvez por essa razão mesmo diante de numerosos estudos, projetos governamentais, e políticas de estímulo ao desenvolvimento regional, o Jequitinhonha persista como uma das regiões economicamente mais pobres do estado e tenha seus indicadores sociais enquadrados entre os piores de Minas Gerais.

Esse capítulo de ordem epistemológica empreende uma reflexão sobre as diversas correntes teóricas referentes ao desenvolvimento, com o fim de compreender as conexões com o conceito de região. Para isso, considera-se a concepção de região como fruto de processos históricos, econômicos, culturais e sociais que constituem a identidade regional do Vale do Jequitinhonha.

A região seria, então, definida pela identidade de um determinado grupo social com uma determinada porção do território. Entretanto, as peculiaridades do grupo social e a singularidade do lugar são os elementos que fornecem a identidade regional, fazendo com que as porções do território sejam diferenciadas e configurem-se como regiões. (BEZZI, 2004, p.214).

## **1.1 A região como categoria de análise**

A escolha dos limites regionais a serem empregados na pesquisa implica a discussão epistemológica sobre o conceito de região. Originalmente esse conceito está ligado à noção fundamental de diferenciação de área (CORRÊA, 2002, p.22), ou seja, está relacionado à prerrogativa de que a superfície da Terra é composta por áreas que se

diferem. A palavra deriva do latim *regere*, cujo radical *reg* também é empregado em palavras como *regente*, *regra*, *regulação*, etc. O termo se difunde no Império Romano, pois naquele tempo era empregado como *regione*, áreas que dispunham de administração local, e que estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas do governo de Roma (GOMES, 1995, p.52).

Apesar da origem antiga do termo, não há consenso sobre o conceito preciso do que é uma região, pois ela adquire variadas conotações e usos, diferenciados pelas distintas filiações do pensamento geográfico, e pela possibilidade de adequar-se aos objetivos específicos de uma pesquisa e do pesquisador. Além disso, a variedade de definições sobre região não converge ao relativismo puro e simples. A região diz respeito a um recorte espacial que constitui *parte de um todo* (LENCIONE, 1999, p.23), utilizada como “[...] meio para conhecer a realidade, quer num aspecto espacial específico, quer numa dimensão totalizante [...]” (CORRÊA, 2002, p.23). Corrêa (2002) esclarece, no entanto, que ao empregar o conceito de região, é necessário que o pesquisador explicithe os motivos que o levaram a tal recorte, para que ele tenha um quadro territorial adequado aos seus propósitos.

De modo geral, a noção de região se associa basicamente à noção de localização (onde?) e extensão (até onde?); dessa forma, ela é empregada como uma referência aos limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial (GOMES, 1995, p.53). No caso do Vale do Jequitinhonha, a noção de localização regional não raro é associada à situação de estagnação econômica local, o que é verificado quando empregadas expressões como “a região mais pobre de Minas Gerais”. Essa atribuição foi adquirida na segunda metade do século XX, capitaneada pelos estudos estatais de alto teor estatístico que tem subsidiado políticas públicas até os dias atuais.

A intensidade das transformações socioeconômicas associadas ao processo de globalização, com destaque para a mobilidade do capital, tem promovido o aumento da velocidade com que ocorrem as mudanças sociais. Segundo Harvey (1992), nas últimas décadas observou-se por meio do processo de globalização, uma intensa fase de compressão do tempo-espaço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, bem como sobre a vida social e cultural (HARVEY, 1992, p.257). No tocante a dimensão espacial desse processo, observa-se o reforço da lógica de valorização diferenciada dos espaços, oriunda da relação entre valorização do capital e o volume de recursos materiais e imateriais disponíveis para tanto.

No bojo dessas intensas e profundas mudanças, a região adquire novos contornos e perspectivas na organização do espaço, pois ela se adapta às formas e funções inéditas de mecanismos estruturadores, desestruturadores e/ou reestruturadores de espaços regionais (MATOS, 2000, p. 1). Para Egler (1995), a dimensão da produção globalizada conduziu à especialização dos espaços, ou seja, a um ordenamento de espaços que diferem quanto às atividades produtivas que neles se instalam. Decorre daí a indagação inevitável: a região nada mais é do que um arranjo espacial distinto das atividades produtivas? Não seria ela também produto do processo histórico de construção territorial?

Segundo Haesbaert (2010, p.94), a região, ao mesmo tempo em que pode ser concebida como um arranjo de relações materiais ou mesmo naturais do espaço, é também, de uma perspectiva idealista, fruto de representações e símbolos construídos e partilhados no espaço vivido. Dessa forma, a compreensão dos elementos constitutivos de uma região perpassa não só pela organização das atividades econômicas no espaço, mas também por um sistema de relações espaciais e sociais que mantêm as coletividades humanas em determinado território (BEZZI, 2004):

[...] o fenômeno cultural é vivenciado pelo grupo e se expressa no território que ele ocupa, servindo, portanto, como inspirador e parâmetro das formas de organização social. Por meio da identidade cultural, um grupo social se identifica e é reconhecido (BEZZI, 2004, p. 216).

Por sua vez, Diniz (2008, p.25) considera que as regiões são, a um só tempo, espaços sociais, econômicos, políticos, naturais e culturais, recortes espaciais formados por um conjunto de identidades geo-históricas formadas pelas experiências históricas concretas estabelecidas pelos indivíduos na constituição do espaço. Ainda segundo ele, perante as demandas do mundo contemporâneo, os critérios considerados na análise regional tradicional são reeditados, pois:

mesmo entre os cientistas sociais preocupados com a análise espacial, dificilmente se divisa uso conceitual preciso e muito menos consenso nas perspectivas de trabalho. Ante tal quadro, o importante não é chegar a um conceito preciso de região. Importa, isso sim, discutir a natureza do recorte regional em termos amplos. Em outros termos, isso equivale a ultrapassar o questionamento “o que é uma região?” e caminhar na direção de outra pergunta: “qual é o intuito em segmentar um espaço para análise?”. Há que se deixar claro desde já que não há como existir conceituação unívoca de região. (DINIZ, 2008, p. 26).

Ainda no que concerne ao conceito de região, coube à Geografia o aprofundamento teórico/metodológico do termo, em decorrência das várias correntes do pensamento geográfico que desde o final do século XIX se ocuparam em indicar a via geográfica de

conhecimento da sociedade, quer dizer, das relações entre natureza e história (CÔRREA, 2002, p.5), assim como seu caráter distinto em relação aos demais campos do conhecimento.

Os diversos conceitos de região delinearão-se no bojo do desenvolvimento da ciência geográfica desde o final do século XIX e ao longo de todo o século XX, o que, segundo Matos (1999) não o isentou de considerações teórico-metodológicas controversas. As posições divergentes quanto ao que vem a ser região resultaram na ausência de uma definição que satisfaça a todas as correntes geográficas, o que demonstra ao mesmo tempo a complexidade e a abrangência dessa categoria de análise do espaço geográfico.

Para Haesbaert (2010, p.91), falar de região é concomitantemente envolver-se com diversos processos e/ou métodos de regionalização, seja como um procedimento operacional ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, ou considerar a região como “fato”, como um processo efetivamente vivido e produzido pelos grupos e sujeitos sociais. Ambas as definições adequam-se aos objetivos desta pesquisa, que irá se valer do conceito de região como “fato e ferramenta”<sup>3</sup>.

O Vale do Jequitinhonha como “fato” é apreendido por meio dos processos de formação geo-históricos, que constituem, por sua vez, a gênese de formação de uma identidade regional, capitaneada por elementos como a cultura, a maneira de lidar com as limitações de ordem natural bem como com o histórico de intensa emigração. Nele os elementos presentes na cultura local, na história de formação desse território, nas condições geográficas, nas migrações, na ascensão e decadência econômica, fundamentam a identidade local e, ao mesmo tempo, conferem singularidade a essa porção do estado de Minas Gerais. O Vale, entendido através da perspectiva regional pode ser considerado uma combinação de elementos distintos, naturais, sociais e culturais.

A história da região revela que no Jequitinhonha se encontravam duas grandes frentes de ocupação do território nacional: a mineração e a pecuária. Assim, essas atividades imprimiram na região suas marcas na configuração sociocultural, de modo que ainda hoje, mesmo que em caráter residual em algumas áreas, são elas que definem o *modus vivendi* da maior parte da população local (SOUZA, 2010, p.25). Por outro lado, foi através da atividade agrícola que se constituíram as relações sociais e econômicas predominantemente de base familiar e de subsistência na região, expressas também pela riqueza do artesanato e da cultura popular, contrastando com a forte migração e estagnação econômica histórica.

---

<sup>3</sup> A expressão “região como fato e ferramenta” foi cunhada por Ana Clara Ribeiro (2004), e citada por Haesbaert (2010).

Ao longo de sua história, a população local conviveu com as dificuldades impostas pelo quadro natural, expresso principalmente pela baixa produtividade de suas terras, em razão do esgotamento acompanhado pela perda de fertilidade, como registra Ribeiro e Galizoni (2007):

Desde o século XIX as condições de sobrevivência eram progressivamente mais difíceis, pois a fertilidade da terra definhava à medida que crescia a exploração, e mais tímida ficava a atividade mercantil com o declínio da produção (RIBEIRO e GALIZONI, 2007, p. 164).

Em razão dessa limitação natural, as migrações sazonais ou mesmo definitivas foram incorporadas ao contexto socioeconômico da região, sendo quase tão antigas quanto seu povoamento (RIBEIRO e GALIZONI, 2006), constituindo-se como alternativa à estagnação econômica da região. Nos anos 1990 os emigrantes eram representados em sua maioria por jovens trabalhadores, de ambos os sexos, com pequena predominância do masculino (RIBEIRO e GALIZONI, 2006) que partiam do Vale em busca da oportunidade de trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, café ou mesmo nas grandes áreas urbanas da região sudeste do país.

A tentativa de compreensão da lógica de organização do processo de produção local, segundo Ribeiro e Galizoni (2006), deve contemplar três elementos. O primeiro deles é a limitação de ordem física que dificulta o cultivo da terra local, a topografia acidentada dos terrenos dos agricultores do alto Jequitinhonha não admite processos de intensificação através da incorporação de tecnologia baseado no tripé veneno/adubo/trator (RIBEIRO e GALIZONI, 2000, p. 167).

O segundo elemento, de ordem econômica, refere-se à dificuldade de acesso as políticas de crédito rural, que foram extremamente seletivas, quanto aos produtos, de produtores e regiões no Brasil. O terceiro e último elemento a ser considerado é de ordem cultural, pois as chapadas planas e mais bem irrigadas, hoje ocupadas pela silvicultura do eucalipto, eram consideradas pelos lavradores locais como continuidades de seus terrenos. No contexto atual a esses lavradores restou a marginalização territorial, ou o acesso a fragmentos desta transformação. Contudo, em resposta à soma de limitações,

a população rural dessa região aprendeu “*fazer da sua fraqueza força*”: ao invés de “*lutar*” com uma natureza aparentemente adversa, soube conhecer e “recusar” suas possibilidades. Construíram um saber observando, testando, experimentando e classificando o que a natureza oferecia. Elaboraram sistemas de conhecimento e classificação dos ambientes pelo tipo de vegetação, pelo “jeito” da terra, e aproveitaram a terra “*no que ela gosta de dar*”. Adaptaram as lavouras a essas especificidades: preparam o terreno para o plantio sem eliminar a capacidade germinativa das plantas do cerrado, deixando os tocos para a rebrota, e fazendo

rotação dos terrenos. Completam a lida na roça com a extração dos recursos da natureza (RIBEIRO e GALIZONI, 2007, p.42).

## 1.2 A configuração regional do Vale do Jequitinhonha

A busca pela compreensão da dinâmica de organização espacial do estado de Minas Gerais conduziu a múltiplas regionalizações ao longo do século XX. No caso do Vale do Jequitinhonha, observa-se também uma variedade de recortes espaciais cujas fronteiras situam-se nos diversos limites estabelecidos pelas agências governamentais e não governamentais, públicas ou privadas, institucionalizadas ou não (SOUZA, 2010). Cabe destacar que desde 1992 ocorreram várias emancipações municipais na região, o que, de acordo com a divisão regional do estado de Minas Gerais vigente na época, significou um acréscimo de 24 municípios.

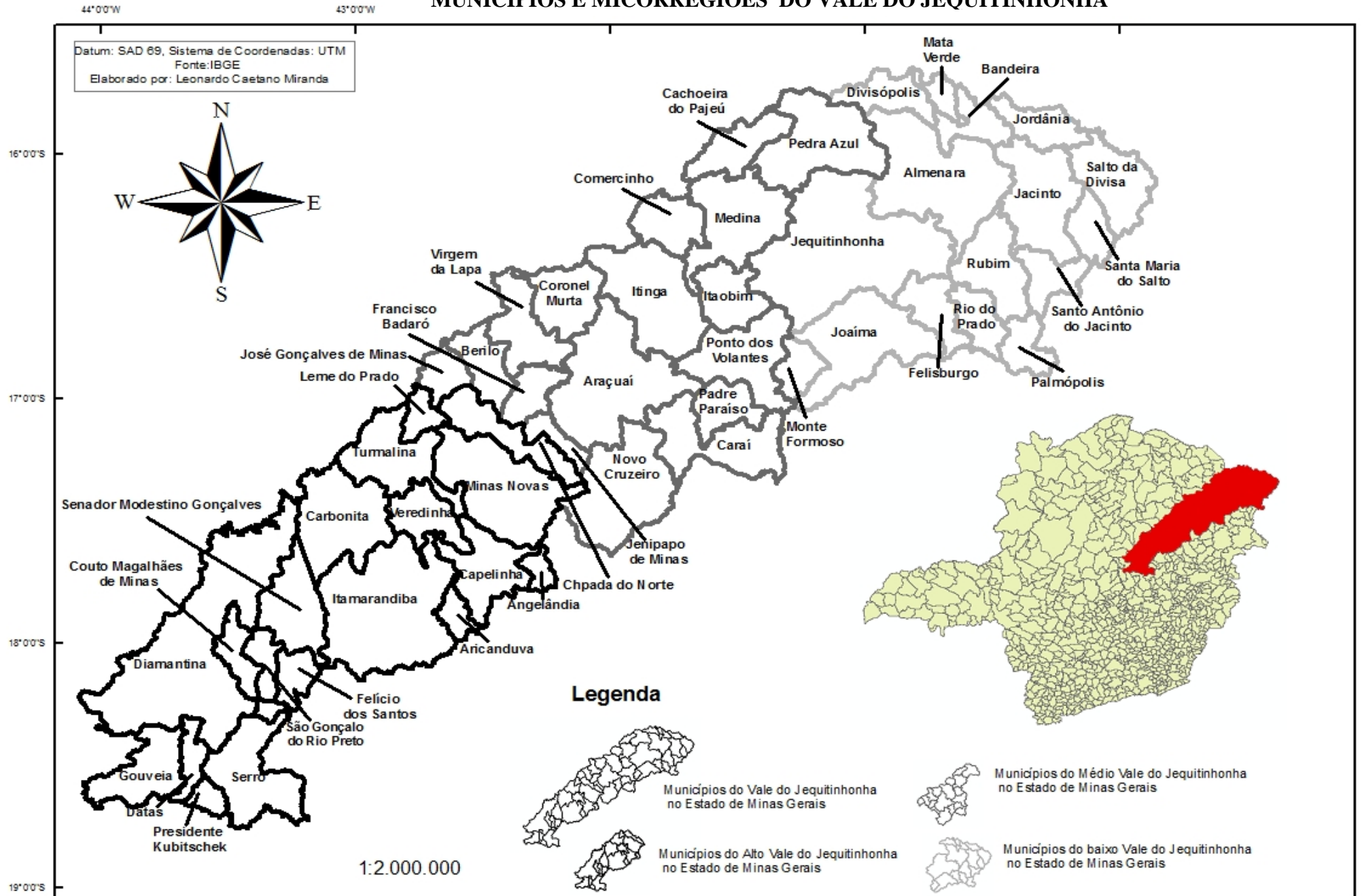
Em geral, a ampla bibliografia sobre o Vale considera-o dividido em três grandes partes: Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. Essa divisão foi considerada como a mais adequada aos objetivos desta pesquisa, ou seja, optou-se pelo recorte espacial da região tendo em vista o critério de bacia hidrográfica, no caso, a bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha. Essa abordagem tem se difundido entre os estudos geográficos recentes por causa da organização espacial relativa ao manejo do meio ambiente e dos recursos naturais.

O mapa a seguir apresenta os 52 municípios do Vale do Jequitinhonha organizados de acordo com a microrregião que ocupam: Alto, Médio ou Baixo Jequitinhonha. O Alto Jequitinhonha, microrregião encravada na Serra do Espinhaço compreende 19 municípios: Angelândia, Aricanduva, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouvêa, Itamarandiba, Leme do Prado, Minas Novas, Presidente Kubitschek, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves, Serro (antiga Vila do Príncipe), Turmalina e Veredinha.

Por sua vez a microrregião do Médio Jequitinhonha é composta por 17: Araçuaí, Berilo, Cachoeira do Pajeú, Caraí, Comercinho, Coronel Murta, Francisco Badaró, Itaobim, Itinga, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Medina, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Pedra Azul, Ponto dos Volantes e Virgem da Lapa. Já o Baixo Jequitinhonha possui três municípios a menos que o Alto e um a menos que o Médio: Almenara, Bandeira, Divisópolis, Felisburgo, Jacinto, Joáima, Jordânia, Mata Verde, Monte Formoso, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto.

# MAPA 1

## MUNICÍPIOS E MICORREGIÕES DO VALE DO JEQUITINHONHA





O rio Jequitinhonha e seus afluentes, distribuídos ao longo de vasta extensão, conduziram à ocupação inicial da região, verificadas em etapas, pois pelo menos 200 anos separaram o estabelecimento da mineração, no Alto Jequitinhonha, ao desenvolvimento da atividade pecuária no Médio e no Baixo Jequitinhonha (SOUZA, 2010). É importante destacar que parte do baixo curso do rio Jequitinhonha, assim como os municípios por ele banhados, encontra-se no território baiano.

Minas Gerais experimentou ao longo do século XX quatro propostas de divisão intra-regional: 1955, 1962, 1972 e 1993. Na divisão de 1955, o Vale do Jequitinhonha dividia-se em quatro regiões: Alto Jequitinhonha; Médio Jequitinhonha; Médio-Baixo Jequitinhonha e Itacambira. Por sua vez, a proposta de 1962, reorganizou a região do Vale do Jequitinhonha em Alto Jequitinhonha, Médio Jequitinhonha e sub-região de Itacambira, com a inclusão de alguns municípios hoje pertencentes a outras regiões do estado. Em 1972, a organização espacial do Jequitinhonha pouco se alterou em relação à anterior, o que também se observou na proposta de 1993, exceto pela inclusão da chamada “Área da SUDENE”, que comportava os grandes municípios mais ao norte da bacia, pertencentes também à bacia do Rio Pardo e a antigos integrantes da área mineira da Sudene (MATOS, 1999, p.14).

Em 1968, outra proposta de divisão regional para o estado de Minas Gerais foi estabelecida pelo IBGE. Pautada na articulação intra-regional e na dinâmica socioeconômica as Microrregiões Homogêneas (MRH) reeditam a divisão do Vale do Jequitinhonha, constituído então pelas microrregiões do Alto Rio Pardo, Mineradora do Alto Jequitinhonha e Mineradora de Diamantina. No entanto, em 1990 a denominação Microrregiões Homogêneas (MRH), deu lugar ao conceito de Microrregiões Geográficas, unidades fundamentais das Mesorregiões Geográficas, a saber, uma:

área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional (IBGE, 1990, p.9).

Dessa forma, o Vale passa a pertencer à Mesorregião do Jequitinhonha, perdendo municípios para a Mesorregião do Norte de Minas. Contudo, nos anos de 1992 e 1995 novos municípios foram criados e acrescidos à mesorregião por causa de emancipações. Nota-se uma dificuldade no estabelecimento de uma regionalização unívoca do Vale do Jequitinhonha, talvez por se tratar de um espaço heterogêneo, permeado por interesses públicos e privados.

## 1.2 As principais acepções do desenvolvimento

O termo “desenvolvimento” encerra um vasto campo de significados que, em geral, apresentam a mesma essência, a de superação de condições que não perfazem as expectativas, necessidades e ânsias de determinados grupos ou de uma sociedade. Ao longo dos Séculos XVIII, XIX e XX o termo adquire adjetivações variadas, sendo a principal delas a econômica, esboçada por meio de argumentos que inicialmente definiam desenvolvimento econômico como certo arranjo econômico que permite o aumento da renda nacional per capita (SANDRONI, 1999, p.524).

A despeito do modelo ocidental, a literatura científica tem questionado a viabilidade do desenvolvimento como processo catalisador de melhorias reais nas condições materiais de uma sociedade. Para alguns autores, a ideia de desenvolvimento está inevitavelmente associada a uma construção ideológica cujo fim é o de permitir a perpetuação do modelo capitalista de produção. Talvez por essa razão a Geografia distanciou-se da “questão do desenvolvimento”, deixando-a a cargo da Economia, campo do conhecimento talvez mais “apropriado”. A Economia, por sua vez, limitou-se a assumir o desenvolvimento como produto de certo arranjo macroeconômico que assim facultava a melhoria das condições materiais de dada sociedade, e não se atenta para uma análise mais aprofundada sobre a participação do espaço e de suas categorias de análise no que concerne ao desenvolvimento.

A rigor, a perspectiva econômica do desenvolvimento justifica-se pela conjugação do crescimento econômico e da modernização tecnológica. No entanto, considerar o desenvolvimento econômico como sinônimo de desenvolvimento *tout court*, com efeito, reduz a acepção do conceito ao modelo Ocidental de desenvolvimento econômico, modelo hegemônico propagado por meio de instrumentos ideológicos como o fim desejável de todas as nações do mundo.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos eram uma máquina produtiva formidável e incessante, sem precedentes na história (ESTEVA, 2000, p.59). Nesse contexto, os americanos passam a elaborar um discurso que de alguma forma legitimasse a recém-adquirida hegemonia econômica e política. Esse posicionamento fica evidente no discurso de posse do presidente norte americano Henri Truman, em 1949, em que ele lança mão do termo subdesenvolvimento para descrever a situação dos países recém-libertados do domínio colonial, além dos países da América Latina, África e Ásia, que não se encontravam alinhados ao modelo de organização social, político e principalmente econômico, vigente nos países centrais do capitalismo.

“A Era do Desenvolvimento” emerge então, consoante a perspectiva do outro, ou pela “pseudovontade” em transformar o outro em nós (SOARES, 2009, p.17). Estabelece-se assim, uma trajetória-modelo, um receituário a ser seguido pelos países que tiveram seus recursos naturais expropriados pela colonização europeia, e nos quais as condições econômicas, sociais, políticas e demográficas apresentavam-se desconexas de uma ambiência favorável ao desenvolvimento, assim como o modelo hegemônico norte-americano. Segundo Esteva (2000):

[...] O subdesenvolvimento começou, assim, a 20 de janeiro de 1949. Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. Em um sentido muito real, daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila (ESTEVA, 2000, p.60).

O discurso de Truman insinua uma trajetória-modelo a ser seguida, um receituário dos elementos necessários à superação daquilo que o presidente norte-americano definiu como “pobreza” e “atraso”, ou ainda subdesenvolvimento. No entanto, desenvolvimento e crescimento econômico eram tratados como sinônimos e correspondiam ao aumento na produção per capita de bens materiais, ou ainda da renda nacional.

Ainda no contexto pós-Segunda Grande Guerra, é criada em 1948 a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) com o objetivo de “promover o desenvolvimento econômico e social mediante a cooperação e a integração de caráter regional e sub-regional na América Latina”. Um de seus idealizadores, o economista brasileiro Celso Furtado, analisa as origens do subdesenvolvimento segundo uma perspectiva estruturalista, que toma como “... base a caracterização das economias periféricas (subdesenvolvidas) em contrastes com as economias centrais do capitalismo (desenvolvidas)” (MENDES et al. 2004, p.11).

Para isso, Furtado realiza a trajetória da formação socioeconômica dos países latino-americanos, em especial do Brasil; lança mão dos ciclos econômicos brasileiros, que se iniciam com o ciclo da cana-de-açúcar, até o processo de industrialização, com o intento de subsidiar sua análise sobre a influência da estrutura econômica<sup>4</sup> na conformação do (sub) desenvolvimento.

---

<sup>4</sup> De acordo com Sandroni (1999, p.224) a estrutura econômica de um país se refere a um “[...] conjunto de elementos relativamente estáveis que se relacionam no tempo e no espaço para formar uma totalidade econômica. Na economia descritiva, a estrutura corresponde à relação entre os três grandes setores de atividade: primário (atividade agrícola e extrativa), secundário (atividade de transformação fabril) e terciário (serviços em geral, inclusive o comércio e os transportes). O crescimento desses setores não ocorre de forma harmônica, mas

Entre os aspectos que impedem o desenvolvimento econômico, Furtado reconhece os desequilíbrios regionais, que no caso brasileiro, têm como referência a concentração de recursos na região sudeste do país, além da adoção de um modelo de desenvolvimento econômico que negligencia a heterogeneidade dos espaços regionais.<sup>5</sup>

Nas décadas de 1960 e 1970 a Organização das Nações Unidas dedica-se a elaboração de relatórios que ilustram as preocupações vigentes na época, como os que foram elaborados pelo “Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC)” (ESTEVA, 2000, p.67). O termo desenvolvimento adquire novas adjetivações, como a expressão “desenvolvimento social”, uma tentativa de estabelecer uma ponte entre o campo econômico e o campo social. Ganha corpo também a discussão entre os meios e os fins do desenvolvimento econômico tendo em vista uma preocupação ambiental, ou mais precisamente uma preocupação no tocante à dicotomia produção econômica e conservação ambiental.

A tentativa de aproximação mais enfática entre desenvolvimento e meio ambiente, ocorre em Estocolmo, em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o (Meio) Ambiente Humano, em que é estabelecida a ponte entre esses termos por meio da sustentabilidade, traduzida na conformação de mecanismos de proteção ambiental para correção de problemas decorrentes do desenvolvimento.

Naquela ocasião as discussões avolumaram-se tendo em vista a crítica ao modelo de desenvolvimento econômico historicamente assumido pelos países capitalistas do centro, em que o modelo de industrialização adotado resumiu-se a uma postura predatória de recursos naturais. No entanto, para alguns autores como Ignacy Sachs, o objetivo central da Conferência de Estocolmo originou-se da necessidade de se estabelecer um conceito intermediário entre visões extremadas:

[uma] mensagem de esperança sobre a necessidade e a possibilidade de se projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas para promover um desenvolvimento equitativo, ou ecodesenvolvimento, expressão mais tarde rebatizada pelos pesquisadores anglo-saxões como desenvolvimento sustentável (SACH, 1993, p.29).

A década de 1980 traz à tona uma definição oficial de desenvolvimento sustentável, por meio do chamado Relatório Brundtland, publicado em 1987 pela “Comissão Mundial

---

desigual, e essa defasagem setorial é um elemento básico para avaliar a estrutura que corresponde ao grau de desenvolvimento de uma economia.”

<sup>5</sup> Pode-se dizer que a proposta da CEPAL relaciona-se a promoção do desenvolvimento industrial brasileiro a partir do modelo de substituição de importações e de investimentos estatais na diminuição das disparidades regionais históricas.

sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”. Define-se então o desenvolvimento sustentável como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades [...]” (HISSA et al. 2008, p. 82).

O termo meio ambiente dissemina-se pelo mundo já nos anos 1990 com a mesma velocidade que as discussões acerca do processo de degradação ambiental ganham relevo nos painéis e relatórios internacionais. A Geografia é chamada às discussões, pois espaço e meio ambiente parecem assemelhar-se ou até mesmo confundir-se. Contudo, a perspectiva geográfica do meio ambiente rebate a associação natural direta, a reducionista<sup>6</sup> visão do mundo, e chama atenção para o fato de que o meio ambiente é composto não apenas por elementos de ordem natural, mas também por atores sociais, por posturas políticas, por discursos, por relações de produção.

O espaço considerado o arranjo de objetos e dos atores que lhes dão vida, lócus da relação sociedade-natureza, insere-se na discussão ambiental como campo para compreensão de processos muito mais amplos cuja leitura implica, necessariamente, o entendimento de que o espaço é ambiental, mas também é político, social, psicológico. Entretanto, é no “espaço ambiental”, que se verificam as assimetrias na classificação e na apropriação social da natureza, que resultam em uma distribuição ecológica desigual (LASCHEFSKI et al. 2005).

O conflito eclode quando o sentido e a utilização de espaço ambiental por determinado grupo ocorre em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer do território, para, com isso, assegurar a reprodução de seu modo de vida (LASCHEFSKI et al. 2005, p.18).

O conceito de desenvolvimento sustentável nasce, portanto, cercado de boas intenções, da tentativa de estabelecer uma ponte entre desenvolvimento e meio ambiente, cujo litígio havia sido sacramentado pelo modelo desenvolvimentista ocidental predatório e arrogante, que estabelece a homogeneização dos espaços através da implementação de projetos como hidrelétricas, mineração, monoculturas de soja, eucalipto, cana-de-açúcar, entre outros, as camadas mais vulneráveis da sociedade. A tentativa de estabelecimento do conceito demonstrou-se parcialmente falha, dado que do conceito de “desenvolvimento sustentável” derivam discursos, revestidos de intenções duvidosas.

Ainda, no interim nas décadas de 1970 e 1980, surge o conceito de desenvolvimento endógeno, que se opõe a abordagem convencional até então difundida. A tese do

---

<sup>6</sup> Reducionista no sentido de considerar o meio ambiente apenas pelos elementos naturais que o constituem, como o solo, clima, recursos hídricos, etc.

desenvolvimento endógeno rejeita a necessidade - ou a possibilidade - de uma imitação mecânica das sociedades industriais (ESTEVA, 2000). Ao contrário, propõe o reconhecimento de trajetórias peculiares às características sociais, econômicas, políticas e culturais das nações, ou ainda de um modelo próprio de desenvolvimento.

Para isso, a teoria do desenvolvimento endógeno apoia-se na questão regional, e toma como referência a ótica das desigualdades regionais, considerando tanto elementos materiais como capital, mão-de-obra e tecnologia, quanto elementos imateriais, como o nível de cooperação, confiança e empreendedorismo presentes em uma sociedade, capazes de estimular o desenvolvimento. Propõe então a implementação de trajetórias próprias de desenvolvimento, que impliquem no reconhecimento de peculiaridades culturais, sociais, como também espaciais, como a existência de uma política de desenvolvimento territorial que não esteja necessariamente atrelada ao modelo tradicional ocidental.

### **1.3 Perspectivas contemporâneas do desenvolvimento**

A história recente do desenvolvimento incorpora a dimensão do indivíduo e de seu campo de ação como elementos chaves na conformação de uma “antropologia do desenvolvimento” (PEYREFFITE, 1999, p.39). Afinal, que elementos justificam o avanço de uma sociedade e a imobilidade de outras?

Ao contrário da teoria econômica clássica e do discurso imperialista norte-americano, o olhar culturalista pretende romper a barreira entre estrutura e sujeito, volta o olhar não mais para os arranjos econômicos responsáveis pelo sucesso ou infortúnio das nações, mas sim para os traços imateriais da civilização - religião, preconceitos, superstições, reflexos históricos, atitudes perante a autoridade (PEYREFITTE, 1999, p.31). Peyrefitte (1999) destaca que mesmo as políticas de caráter liberal ou dirigistas, “científicas” ou coercitivas se deparam com o homem: ora como motor, ora como obstáculo. Afinal não é ele, o homem, o objetivo do desenvolvimento?

A relação entre atraso e desenvolvimento passa a ser analisada sobre a ótica da cultura, como uma tomada de consciência de si mesmo e dos indivíduos que compõem a sociedade (SOARES, 2009). Elementos como confiança, cooperação, empreendedorismo, e também elementos psíquicos como mentalidades, comportamentos individuais engendrariam a chave para o entendimento do sucesso ou infortúnio das nações. Nesse caso, está presente a ideia de

uma “... etologia do desenvolvimento econômico, social, cultural, político, um estudo, portanto, dos comportamentos e mentalidades das diversas comunidades humanas ... (PEYREFITTE, 1999:31) na conformação de uma “ética do trabalho” (PEYREFITTE, 1999)”. A mola do desenvolvimento então reside:

[...] na confiança depositada na iniciativa pessoal, na liberdade empreendedora e criativa - numa liberdade que conhece suas contrapartidas, seu deveres, seus limites, em suma, sua responsabilidade, ou seja, sua capacidade de responder por si mesma. [...] (PEYREFITTE, 1999, p. 32)

Portanto, a estratégia proposta para o desenvolvimento econômico, vai ao encontro do engajamento individual, em que as “... pessoas com base no sonho, no desejo, na vontade, na adesão, nas decisões e nas escolhas tornam o desenvolvimento possível” (SOARES, 2009, p.69). Esses elementos servem de estímulo ao empreendedorismo, à inovação, e criam um ambiente favorável ao desenvolvimento, possibilidade de equacionamento dos desequilíbrios regionais por meio de ações conjuntas (SOARES, 2009).

O desenvolvimento não estaria ligado apenas à presença ou ausência de recursos naturais, mas sim aos elementos imateriais da sociedade. Se assim for, o espaço se insere no contexto do desenvolvimento contemporâneo por meio da perspectiva do território, que confere materialidade às relações sociais. No caso do território, deve-se considerar uma identidade com o espaço físico, construída por meio de um sentimento de pertencimento. Esse sentimento relaciona-se com determinada territorialidade, com a relação entre indivíduos, grupos sociais e seu meio de referência manifestando-se nas várias escalas geográficas - uma localidade, uma região ou um país - e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir em dado espaço geográfico (ABAGLI, 2004, p. 29).

Simultaneamente a teoria desenvolvimentista parece romper com sua associação direta com a esfera econômica e volta sua atenção, principalmente no início da década de 1990 para a conformação de um “ethos” desenvolvimentista ou ainda de argumentos cuja origem pode ser atribuída às relações sociais ou às estruturas sociais, por meio de sistemas de cooperação entre indivíduos, tendo como base a confiança no cumprimento de acordos e contratos sociais.

Neste percurso, o aspecto da teoria Schumpeteriana do empresário empreendedor é retomada e aprimorada. A capacidade de “inovar” é levada a cabo como parte integrante das características pessoais necessárias à promoção de um desenvolvimento desatrelado das condições materiais. O desenvolvimento então dependeria em parte não só de elementos econômicos, mas também de elementos imateriais, como destaca Soares (2009):

A mola do desenvolvimento reside na confiança depositada na iniciativa pessoal, na liberdade empreendedora e criativas [...] disposições mentais e comportamentos coerentes com a liberação do homem, individual e social, da obsessão da segurança da inércia dos equilíbrios já alcançados, do peso das autoridades ou dos costumes conformam um ethos, que no termo *confiança*, encontra seu mais alto grau de pertinência (SOARES, 2009:45).

Todavia, o argumento imaterial é refutado pela teoria crítica, que questiona a viabilidade do projeto de um desenvolvimento que considere aspectos como confiança, solidariedade, inserido na lógica econômica atual de mundialização do capital e reestruturação produtiva. A análise uniescalar ocultaria a inserção do local em processo econômico muito mais amplo em que ações se dariam de forma articulada entre as escalas global, nacional e regional. Seguindo sugestões contidas em Vainer (1998) a escala local não encerraria em si possibilidades de inversão de realidades desiguais e de carência material, o que ocorreria somente por meio de estratégias transescalares de resistência ao processo de reestruturação econômica e ao projeto neoliberal de reconfiguração escalar.

#### **1.4 O Vale e a “geo-história” das atividades econômicas**

No tocante ao Vale do Jequitinhonha, verifica-se que os variados recortes regionais estabelecidos ao longo principalmente do século XX, constituíram-se em parte como tentativas de delimitar esse espaço mediante as suas características naturais, e principalmente mediante o acentuado declínio econômico verificado já no início do século. Por conseguinte, as variadas formas de organização desse espaço regional, editadas e reeditadas, também constituíram estratégias do poder público para mitigar as disparidades intrarregionais, através do repasse de recursos, o que se fez por meio da inclusão de parte dos municípios do Jequitinhonha na área de abrangência da SUDENE.

Além do mais, desde a década de 1950 as políticas de planejamento público para o Vale, fossem elas estaduais ou federais, de incentivo a ocupação das terras aplainadas e de baixo custo das chapadas do Alto Jequitinhonha, revelam o porquê dessa região ser considerada especial: da ascensão da mineração, da pecuária e do algodão nos séculos XVIII e XIX, ao declínio econômico que a levou a categoria de estoque de terras e mão de obra.

É relevante dizer que no processo de formação territorial do Jequitinhonha, alguns municípios, em geral os mais populosos e mais dinâmicos economicamente, destacaram-se em relação aos demais e tornaram-se polos: no Alto Jequitinhonha, Diamantina, antigo Arraial do Tejuco, pela mineração; Serro, antiga Vila do Príncipe, pela importância política;



Capelinha, importante centro de produção agropecuária; Itamarandiba e Minas Novas. No Médio Jequitinhonha, destaque para Araçuaí, importante entreposto comercial e produtor algodoeiro nos séculos XVIII e XIX. Na porção do Baixo Jequitinhonha mineiro, destaque para Almenara e Jequitinhonha.

A compreensão do processo de ocupação econômica do Vale, ou seja, a “geo-história” das atividades econômicas desenvolvidas ao longo da história dessa região mineira, constitui-se como importante ferramenta de análise do atual nível de desenvolvimento econômico regional.

## **2 A “GEO-HISTÓRIA” DAS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS DO VALE: DOS PRIMÓDIOS À PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

A compreensão dos processos levados a cabo na produção de determinado espaço ao longo de sua gênese histórica remete aos elementos que lhe conferem singularidade. No caso do Vale do Jequitinhonha, a apreensão da dimensão “geo-histórica” possibilita o entendimento das etapas de ocupação/produção deste espaço, cuja realidade atual revela-se intrinsecamente ligada a seu passado de glórias e infortúnios.

Esse capítulo aborda a “geo-história” do Vale do Jequitinhonha desde seu processo de formação e colonização, até a emergência da modernização agrícola na segunda metade do século XX, bem como discorre sobre a formação territorial dessa região considerando os aspectos mais relevantes em sua organização espacial. Imprescindíveis à compreensão da dinâmica de formação econômica desse espaço, os aspectos físico-geográficos estão presentes durante grande parte da narrativa, pois foram e são condicionantes do processo de formação histórica da região.

A ordem dos fatos descritos ao longo das páginas que se seguem alinha-se à ordem temporal de ocupação da região, como também dos processos econômicos que forjaram a organização espacial regional. Esses processos forneceram características peculiares ao Vale do Jequitinhonha à medida que se concretizavam, sendo fundamentais na compreensão da identidade regional dessa parte do território mineiro, como também dos contrastes nele presentes. Cabe destacar que a perspectiva “geo-histórica” tratada nas páginas que seguem visa à análise do processo de formação econômica do Vale, e não a uma reconstrução aprofundada dos elementos históricos presentes ao longo do processo de ocupação regional. A “geo-história” por assim dizer é uma forma de denominação do processo de formação do espaço econômico do Vale do Jequitinhonha, e de como esse processo influenciou na configuração espacial regional.

Em linhas gerais, a estruturação territorial do Vale do Jequitinhonha ocorreu por meio de atividades econômicas empreendidas ao longo dos séculos XVIII e XIX. A rigor a mineração e o garimpo, principalmente do ouro e do diamante, deram o impulso inicial à ocupação regional a partir de 1720, nas circunvizinhanças do arraial do Tijuco (atual Diamantina).

Parece que os mais antigos habitantes do Tijuco foram aventureiros paulistas que, tendo encontrado muito ouro nessa região, aí se fixaram até o começo do século passado (XVIII). Um dos primeiros sítios onde eles fizeram descobertas foi num

pequeno regato que corre sobre o monte onde hoje se acha a aldeia. As margens desse regato eram pantanosas e foi isso que fez dar ao lugar o nome de Tijuco, que significa barro, na língua dos índios. (SAINT-HILAIRE, 1974, p 27).

O avanço da atividade mineradora na região da Comarca de Serro Frio, uma das quatro divisões da Capitania de Minas Gerais, localizada no Alto Jequitinhonha, área mais elevada da Serra do Espinhaço, em que se encontrava a nascente do rio Jequitinhonha, conduziu a forte atração populacional, em decorrência da possibilidade de enriquecimento. Dessa forma, foi desencadeado na região intenso processo de urbanização, centralizado a princípio no Arraial do Tijuco, vinculado à Vila do Príncipe (atual Serro), cabeça e centro administrativo da Comarca de Serro Frio.

No decorrer do processo histórico de formação da região, o aumento do dinamismo econômico consolidou a rede de cidades local, um conjunto estruturado de cidades, entre as quais havia relações econômicas constantes e significativas (FERREIRA e MATOS, 2000, p.1). Essa rede de lugares urbanos expandiu-se mediante a intensificação da fiscalização e de proibições à mineração nas áreas que compunham o Distrito Diamantino.

No entanto, o esgotamento gradativo das minas de ouro e diamantes catalisou, na segunda metade do século XIX, a busca por novas áreas em que a obtenção desses dois recursos minerais ainda fosse viável, como salienta Ferreira e Matos (2000, p.13):

A procura de outras áreas, distantes dos lugares mais fiscalizados ou mesmo fora da área demarcada, resultou num movimento centrífugo de parte da população concentrada no Alto Jequitinhonha, em direção a outras áreas, notadamente aquelas localizadas nas proximidades de Minas Novas e ao longo do curso do Médio Jequitinhonha.

Importante centro urbano, Minas Novas tornara-se foco da atração populacional, o que conduziu o município a principal entreposto comercial, e principal eixo de articulação entre o Alto e Médio Jequitinhonha, exercendo alto grau de centralidade econômica, política e populacional no Vale do Jequitinhonha. Diferentemente da ocupação do Alto, o Médio e o Baixo Jequitinhonha foram ocupados de forma mais lenta e gradual, em virtude dos obstáculos naturais impostos pela paisagem, principalmente pela vegetação de mata fechada, tipicamente de Mata Atlântica.

## **2.1. Os primórdios da ocupação do Vale**

Ao final do século XVII crescia a expectativa da Coroa portuguesa quanto às riquezas minerais abrigadas no interior da Colônia. O empreendimento das entradas, expedições

financiadas pelo governo português, oriundas, em geral das áreas litorâneas, e das bandeiras, expedições armadas promovidas por exploradores particulares, que partiam em larga medida das capitanias de São Paulo e São Vicente, possibilitaram a abertura de caminhos rumo ao interior do território.

Apesar das primeiras expedições promovidas ainda no século XVI rumo ao interior do que viria a ser a Capitania de Minas em 1720, foi somente nas últimas décadas do século XVII que duas grandes frentes de ocupação se consolidaram. A rota da mineração, avançou pelo sul, atingindo a região central do território mineiro, consolidando a mineração aurífera em Vila Rica (Ouro Preto), Mariana, São João del-Rei, Sabará e Caeté (SOUZA, 2010, p.11).

No início do século XVIII, essa mesma rota alcançou a região do Alto Jequitinhonha, encontrando ouro nas minas do Ivituruí, termo que na língua tupi é sinônimo de “montanhas frias”, uma clara menção às características da paisagem verificada na Serra do Espinhaço. Nessas cercanias foram estabelecidos diversos povoados, entre eles o da Vila do Príncipe (atual Serro), elo territorial com as minas do sul, e o Arraial de Tijuco.

Por outro caminho, oriundo do litoral baiano, avançava a frente de ocupação norte do território mineiro. Se a rota da mineração foi caracterizada pelo ritmo frenético da atividade mineradora e pelo estabelecimento da vida urbana, a rota da pecuária acompanhava o ritmo próprio do passo do boi, constituindo as bases de uma organização social centrada em elementos do mundo rural (SOUZA, 2010, p.12). Essa segunda rota teve como eixo norteador o Vale do rio São Francisco, seguindo a montante do grande curso d'água, atingindo também as nascentes dos rios Pardo e Grande (atual rio Jequitinhonha). Os Vales, além de serem rota segura contra os obstáculos do relevo acidentado, possibilitavam o acesso a fontes perenes de água, o que delineava rotas de tráfego que tendiam a se tornar permanentes (MATOS, 2000, p.3).

A pecuária tornou-se fundamental no abastecimento da população urbana que se consolidava em razão do intenso fluxo imigratório. A mineração era, entretanto, notadamente a atividade que mais interessava à Coroa portuguesa, o que pode ser comprovado pela minuciosa e intensa fiscalização empreendida, por causa da possibilidade de contrabando. Esse temor se justificava não só pela riqueza das reservas de ouro e diamantes encontrados nas minas do Alto Jequitinhonha, mas também pelas dificuldades naturais de acesso à região, dificultado pelo relevo acidentado e pela distância em relação à região central da capitania. Foi nessa região que se estabeleceu, com maior rigor as instituições de fiscalização e tributos sobre a atividade mineradora.

A porção nordeste do que viria a ser a província das Minas dos Matos Gerais, em 02 de dezembro de 1720 (SOUZA, 2010), tem seu território inicialmente ocupado por aventureiros, que partindo da Capitania de Porto Seguro rumo ao interior, em 1553, chegaram, após três anos de marcha, ao Vale do Jequitinhonha. Coube à expedição bandeirante Espinosa-Navarro liderada por Francisco Bruza de Espinosa e pelo padre jesuíta João Apisculeta Navarro, a quem coube a tarefa de relatar a expedição bandeirante dois anos depois de encerrada (SOUZA, p. 26), a ocupação inicial do território. Seguindo do rio Grande, atual rio Jequitinhonha, Espinosa marchou até as proximidades da nascente, e de lá se deslocou para o norte da Capitania, alcançando os rios Jequitaí e Verde Grande, e retornou ao litoral através da descida do rio Pardo.

Depois da expedição Espinosa-Navarro outras bandeiras se dirigiram aos sertões. Ainda no século XVI, as expedições lideradas por Martim de Carvalho (1567-1568), Sebastião Fernandes Tourinho (1572-1573), Antônio Dias Adorno (1576) e Marcos de Azevedo (1596 e 1611) (SOUZA, 2010, p. 27), ingressaram no sertão à procura de ouro e de pedras preciosas. No século XVII, novas investidas foram realizadas, a principal delas liderada por Fernão Dias Pais Leme, mais precisamente em 1674. Fernão Dias atinge o médio São Francisco através dos rios Araçuaí, Itamarandiba e Matias Cardoso, que viria a constituir o elo entre o nordeste e o sul da colônia pelo interior.

A descoberta de ouro em Vila Rica (Ouro Preto), parte centro-sul da capitania das Minas, no século XVII, deixou a região do Vale do Jequitinhonha pouco atrativa para a atividade pecuária. Todavia, no início do século XVIII foram registrados achados de ouro e pedras preciosas ao longo da Serra do Espinhaço, mais precisamente nas proximidades da Comarca de Serro Frio (1720) e Tijuco, arraial pertencente à Vila do Príncipe, e atual Diamantina. Esse acontecimento imprimiu maior dinamismo na ocupação e povoamento da região.

Os achados conduziram ao crescimento populacional, em razão da demanda por braços para extração do ouro, e posteriormente diamante. Por conseguinte, toda a sorte de aventureiros buscava, nas minas de Serro Frio e proximidades, o enriquecimento oriundo da atividade minerária, como o proporcionado pelas minas de Vila Rica.

Coube à expedição paulista de Antônio Soares Ferreira a descoberta de ouro nas proximidades da nascente do rio Jequitinhonha, ou das minas do Hivituruí, denominação indígena de montanhas frias, que viria a ser, em 1714, a Vila do Príncipe, atual município de Serro. Outro nome que compunha a expedição paulista, Sebastião Leme do Prado, efetivou a

ocupação da região e também a fundação de vários povoados, entre eles o Arraial do Tijuco (atual Diamantina), que juntamente com Serro, constituía o centro da mineração na Serra do Espinhaço.

As atenções estavam voltadas até 1729 à exploração das lavras auríferas no Tijuco. A extração mineral estava condicionada a posse das cartas de datas, expedidas pelo Guarda-Mor da Vila do Príncipe, mediante pagamento dos direitos estabelecidos sobre as lavras auríferas.

Todavia, ainda em 1729 houve notícias de que “...em vários rios e ribeiros da Comarca de Serro do Frio tem aparecido e vão aparecendo umas pedrinhas brancas, que se entende ser diamantes” (SANTOS, 1976, p.49). Essa incerteza se deveu ao desconhecimento, nas lavras auríferas, da origem e valor das pedras pequenas, cujo brilho incomum saltava aos olhos. Não lhes conhecendo, os mineiros as guardavam a título de curiosidade, e como objetos para marcar jogos (SANTOS, 1976).

Segundo Joaquim Felício dos Santos (1976, p.49), não se sabe ao certo quem foi o primeiro descobridor ou conhecedor dos diamantes, pois:

uns querem que fora Bernardo da Fonseca Lobo, quem os descobrira e manifestara à Coroa. Outra tradição diz que um frade, cujo nome não se declarava, tendo vindo ao Tijuco depois de ter estado em Golconda, onde já se minerava o diamante, vendo os tentos de que se serviam os tijuquenses para marcar jogo, conheceu que eram diamantes.

D. Lourenço de Almeida remeteu à Coroa algumas pedras, que se havia concluído serem diamantes. Obteve a resposta da Coroa de que não havia se enganado em suas conjecturas, pois mais que duas remessas de pedras semelhantes haviam sido enviadas de Minas a Lisboa (SAINT-HILAIRE, 1974, p.13). Um ano depois do comunicado oficial à Coroa, os diamantes foram declarados propriedade real. Estabeleceu-se a proibição da exportação para a Europa em navios estrangeiros e taxou-se o traslado de cada pedra em 1% do seu valor (SAINT- HILAIRE, 1974, p. 14).

Em razão da descoberta, a ocupação do Alto Vale do Jequitinhonha ganha novo impulso, principalmente nas proximidades do Distrito Diamantino, como em Minas Novas, reincorporada da Bahia à Capitania de Minas dos Matos Gerais, por consequência do frágil controle baiano sobre o contrabando de ouro e diamantes.

Após a descoberta e o início da exploração, a Coroa portuguesa temia o descaminho das riquezas minerais da região do Alto Jequitinhonha, o que explica a criação do Distrito Diamantino em 1731, cujos limites eram alterados de acordo com os novos achados. Contudo,

não satisfeita, a Coroa ordenou a cassação dos direitos das lavras em que se encontravam diamantes e a proibição da exploração a partir de 1733. Como destaca Santos (1976, p. 14):

O Distrito dos Diamantes ficou como que isolado do resto do Universo; situado em um país governado por um poder absoluto, esse distrito foi submetido a um despotismo ainda mais absoluto; os laços sociais foram rompidos ou pelo menos enfraquecidos; tudo foi sacrificado ao desejo de assegurar à Coroa a propriedade exclusiva dos diamantes.

Já no início do século XIX, a atividade mineradora apresentava sinais de desaceleração, fruto da intensa fiscalização portuguesa e da exaustão das minas de ouro e diamantes, principalmente no Distrito Diamantino. Esse cenário intensificou o processo de ocupação de lugares distantes daqueles mais fiscalizados, a saber, as cercanias de Minas Novas, e também ao longo do médio curso do rio Jequitinhonha, locais em que ainda se verifica a existência de ouro de aluvião.

## **2.2 O Vale do Jequitinhonha: final do século XIX e virada para o século XX**

O processo de povoamento do Vale do Jequitinhonha, como visto anteriormente, teve como impulso inicial a mineração, oriunda da descoberta de grandes lavras de ouro e de diamantes. No antigo distrito diamantífero, no Alto Jequitinhonha, no século XVIII. Tamanha riqueza mineral estimulou uma intensa ocupação da região encravada na Serra do Espinhaço, como também provocou o adensamento populacional das áreas circunvizinhas. No século XIX, o povoamento, antes restrito ao Alto Jequitinhonha, expande-se para as demais partes da bacia do rio Jequitinhonha, e é nesse momento que importantes entrepostos comerciais e destacamentos de fiscalização, instalados às margens do rio, propiciam a formação de pequenos povoados, cuja economia estava baseada na pecuária extensiva e no cultivo de algodão (ZHOURI, 2010), como no caso de Araçuaí no médio Jequitinhonha.

O escoamento das pedras preciosas, da carne e do algodão se dava pela navegação no rio Jequitinhonha, via fluvial que interligava os principais centros urbanos do Vale ao porto de Belmonte na Bahia. De lá a riqueza do Jequitinhonha seguia para Portugal e para os demais mercados europeus; por sua vez, os barcos que desembarcavam no litoral baiano retornavam ao interior do Vale transportando consigo sal, tecidos finos e ferramentas de metais (ZHOURI, 2010, p. 215).

No decorrer do século XIX percebeu-se uma redução no ritmo de crescimento da economia de Minas Gerais, reflexo direto do arrefecimento da atividade mineradora no Alto

Jequitinhonha. Em seus relatos de viagem no século XIX, August de Saint Hilaire observou que:

tendo o governo reconhecido que a extração de diamantes por arrendadores era freqüentemente acompanhada por fraudes e abusos, resolveu a explorar por sua conta as terras diamantinas. Novos regulamentos foram elaborados [no entanto], o excessivo rigor fê-los cair em desuso. (SAINT- HILAIRE, 1974, p.14).

Ao rigor da fiscalização em relação à mineração, somaram-se o esgotamento das jazidas de ouro de aluvião e a incapacidade de uso de tecnologia mais adequada na obtenção das riquezas minerais (SOUZA, 2010, p.33), aliado à descoberta e entrada dos diamantes sul africanos no mercado internacional na segunda metade do século XIX, o que provocou a baixa nos preços das pedras oriundas do distrito diamantino (NUNES, 2001, p. 32).

Destarte a decadência da mineração em Diamantina e cercanias, teve início a procura por outras áreas em que o trabalho nas lavras ainda fosse possível, que por sua vez estivessem distantes dos lugares mais fiscalizados, o que resultou

[...] num movimento centrífugo de parte da população concentrada no Alto Jequitinhonha. [...] Essa população deslocou-se para as proximidades de Minas Novas que tornara-se um centro garimpeiro, além de produtora de alimentos e entreposto comercial, dividindo então com o Alto Jequitinhonha a polarização do Vale do Jequitinhonha [...] (FERREIRA e MATOS, 2000, p. 13).

A região de Minas Novas, localizada na divisa do Alto e Médio Jequitinhonha, também teve nesse momento grande relevância político-administrativa e econômica, principalmente em razão de sua grande dimensão territorial. Além de importante centro político-administrativo, Minas Novas experimentou no início do século XIX o surto algodoeiro, atividade que perdurou como principal fonte de riqueza local até 1830, que, simultaneamente ao enfraquecimento da economia mineradora, viveu sua crise, em virtude da considerável redução da demanda interna e externa pelo produto (NUNES, 2001, p.33).

Em consonância a esse processo, acelerou-se a ocupação do Médio e Baixo Jequitinhonha, caracterizado pela expansão da atividade agrícola e da pecuária bovina. A bovinocultura desenvolveu-se mediante a instalação de fazendas por baianos, portugueses e mineiros, que segundo Ferreira e Matos (2000, p. 10):

[...] beneficiaram-se de condições naturais favoráveis à formação de pastagens e expansão da pecuária de corte, além de contarem com a presença de um comércio dinâmico ao longo do rio Jequitinhonha e com a proximidade com o tradicional mercado de consumo baiano.

A rigor, o declínio da atividade mineradora desencadeou dois processos distintos: primeiro, o esvaziamento demográfico das áreas urbanas em que se desenvolvia a mineração; segundo, a reorganização produtiva do espaço do Vale, com a ascensão de novas atividades



econômicas, principalmente a atividade agrícola, e a pecuária bovina ao longo do médio e baixo Jequitinhonha (NUNES, 2001, p.42).

No Médio Jequitinhonha, na segunda metade do século XIX, a vila de Arassuahy, (de 1871 em diante, apenas Araçuaí), importante entreposto comercial localizado às margens da confluência entre os rio Jequitinhonha e Araçuaí. A posição geográfica ocupada por Araçuaí fez com que ela reunisse, nesse momento, as melhores condições para se tornar a cidade de referência no Vale do Jequitinhonha, uma vez que por aí passavam, desde o século XVII, canoas com produtos que desciam e subiam o rio.

Nunes (2001) afirma que comparada a Diamantina, Araçuaí apresentava solo mais adaptado à prática da agricultura e seu relevo era propício a pecuária devido à grande salinidade dos solos. Daí partiam os alimentos que abasteciam as minas do Tijuco, fato que fez com que Araçuaí obtivesse “economias externas”, ou seja, se enriquecesse em face das demandas da área mineradora, cenário que só foi alterado com a decadência da mineração.

A diminuição gradativa da exploração da atividade mineradora fez com que a agricultura se tornasse a principal atividade mantenedora dos moradores do Vale do Jequitinhonha no final do século XIX. Essa agricultura de baixa produtividade, praticada por famílias, desenvolvia-se às margens passíveis de ocupação dos rios Dessa forma, a atividade se expandia lentamente pela região das grotas, vales profundos onde os solos ofereciam certa fertilidade para o cultivo, além de haver disponibilidade da água. Essas áreas contrastavam com as chapadas, grandes extensões de terras planas, com vegetação rala e quase deserta de moradores (GALIZONI, 2005, p.41), de uso comum, de onde se extraíam frutos silvestres, lenha, plantas medicinais ou onde se criava um reduzido número de cabeças de gado bovino.

Ao final do século XIX, partiam do Vale do Jequitinhonha, com destaque para o Alto, trabalhadores rumo às cercanias de Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, região onde crescia em número e extensão as lavouras de café. Essas migrações refletiam o enfraquecimento das atividades produtivas presenciadas no Vale do Jequitinhonha, situação agravada pelas profundas mudanças econômicas pelas quais o país passava no início do século XX. A expansão das lavouras de café e a posterior industrialização promoveram a reestruturação do espaço econômico brasileiro a favor principalmente do eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Dessa forma, regiões distantes do principal eixo produtivo do país, como o Jequitinhonha, mantiveram-se isoladas também de investimentos públicos e privados (MATOS, 1999).

As limitações geográficas do Alto Jequitinhonha, como a terra de baixa fertilidade e os longos períodos de estiagem, levaram os agricultores dessa região a buscar novas

oportunidades de trabalho nas áreas da “mata”. Eram terras virgens, de excelente qualidade, por um lado, mas que, por outro lado, exigiam o duro trabalho de derrubar a mata, abrir clareiras, plantar e controlar pragas (SOUZA, 2010). Cansados das secas sucessivas e prolongadas do Jequitinhonha, os habitantes do Jequitinhonha buscavam nas terras do Mucuri a prosperidade econômica, antes obtida com a mineração ou mesmo com a agropecuária, mesmo que para isso fosse necessário domar os índios e as matas.

Simultaneamente ao avanço da ocupação do leste de Minas Gerais, em direção a áreas da mata mineira, o Baixo Jequitinhonha despontava como nova região a ser ocupada. Nas primeiras décadas do século XX, com a abertura de fazendas nos afluentes das margens sul do Jequitinhonha, em torno dos municípios de Jequitinhonha e Joáima, surgiram vários povoados, entre eles Comércio de José Ferreira, hoje município emancipado de Comercinho, além de Rubim e Felisburgo (SANTIAGO, 2010, p.79).

Na contramão da expansão da fronteira agrícola no Vale do Mucuria, novo fluxo migratório é originado já no início do século XX, fruto de novas frentes de trabalho abertas no oeste paulista, no norte do Paraná, no Sul e no Triângulo Mineiro, no Mato Grosso e Goiás. Os trabalhadores que para essas regiões se direcionavam eram conhecidos como “cacaieiros”, por seus trajes característicos incluírem o cacaio, uma espécie de mochila em que transportavam seus pertences.

As lavouras de café, destino da maior parte dos migrantes provenientes do Jequitinhonha, expandiram-se em Minas e no Brasil, novas frentes de produção foram inauguradas, como as do Paraná. O café que havia liderado a exportações brasileiras na segunda metade do século XIX continuou sua supremacia na pauta das exportações brasileira nos primeiros anos do século XX, cenário somente alterado com a crise econômica estadunidense em 1929.

### 2.3 Café: Brasil, Minas Gerais e Jequitinhonha

Originário da Etiópia, o cultivo de café foi introduzido no Brasil em 1727 trazido da Guiana Francesa, no século XVIII. As primeiras mudas plantadas no país destinavam-se ao consumo local, mas, ao final desse século, o café assume importância comercial, por força da alta de preços causada pela desorganização da produção no Haiti, à época, colônia francesa e maior produtor do grão no mundo (FURTADO, 2005).

Segundo Furtado (2005), o cultivo de café no primeiro decênio da independência já contribuía com 18% das exportações brasileiras, o que o colocava em terceiro lugar no tocante as exportações totais brasileiras, apenas atrás do açúcar e do algodão. A produção brasileira, que havia aumentado de 3,7 milhões de sacas (de 60 kg) em 1880-1881 para 5,5 em 1890-1891, alcançou 16,3 milhões em 1901-1902 (FURTADO, 2005, p.185).

O aumento da participação do café na pauta de exportação brasileira se deveu também à expansão das lavouras em Minas Gerais, principalmente entre os anos de 1870 e 1880. Coube aos migrantes sazonais que partiam do Alto Jequitinhonha e se direcionavam a região das matas do Mucuri e Ponte Nova substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre e expandir a lavoura através da Mata Atlântica mineira.

A intensificação do cultivo no país teve como foco o Vale do rio Paraíba do Sul, região próxima a capital federal, naquela época Rio de Janeiro, onde o café adquiriu grande importância econômica, posteriormente expandindo-se em direção a São Paulo e Minas Gerais (HORTA, 2002). Com aumento da demanda mundial, em decorrência da libertação do domínio colonial britânico sobre Estados Unidos, ocorreu a transformação do café em produto de exportação e, com isso, a expansão das lavouras. Ao contrário dos demais gêneros agrícolas produzidos em larga escala no Brasil até o início do século XIX, tais como a cana-de-açúcar e o algodão, o café, por ser uma planta sensível às altas temperaturas, ventos excessivos, a irregularidade de chuvas e por ser um cultivo emergente na pauta de produção agrícola brasileira, não obteve sucesso na região nordeste do país. Dessa forma, abriu-se caminho para a introdução do cultivo nas áreas serranas do Rio de Janeiro, que reunia as condições ideais à expansão dessa herbiácea:

uma altitude tropical, dentro dos limites ideais para a planta, e regulariza as precipitações. Região muito acidentada, não lhe faltam encostas bem protegidas contra o vento (fator importante numa planta arbustiva de grande porte como o cafeeiro) e convenientemente expostas. A mata virgem que a revestia deu solos magníficos (PRADO, 1987, p.162).

As condições naturais favoráveis elevaram a produção cafeeira, como também elevaram os danos ambientais por ela causados. A remoção da cobertura vegetal das encostas e alta declividade dos terrenos promoveram o aumento da exposição dos solos aos processos erosivos, intensificados pelo plantio perpendicular à inclinação das encostas (PRADO, 1987, p.162). Como consequência, observou-se a desaceleração produtiva e conseqüentemente a redução dos rendimentos obtidos.

A estagnação e o declínio das lavouras de café no Vale do Paraíba não significou, contudo, o declínio da cafeicultura no Brasil. Ela encontrou novo alento: o Oeste Paulista. Apesar da semelhança das técnicas inadequadas de manejo do solo, essa região reunia condições ideais para a continuidade da lavoura de café: grande disponibilidade de terras férteis, um relevo de baixa declividade e clima favorável.

A expansão das lavouras de café orientava-se de acordo com a elasticidade da demanda internacional. Assim como no Vale do Paraíba, a produção estava organizada na forma de plantations, inicialmente com o emprego da mão-de-obra escrava, substituída pela mão-de-obra imigrante desde a segunda metade do século XIX.

Em consonância com o desenvolvimento da lavoura do café, emergia a elite cafeeira que, por sua vez, desempenhava a função de articulação de seus interesses aos rumos políticos tomados pelo país. Essa nova classe de dirigentes centrava suas ações na aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, e principalmente na política financeira e econômica adotada pelo país (FURTADO, 2005, p.122).

Ao final do século XIX a elite cafeeira havia transformado o café no principal produto de exportação nacional, mas, o eixo de produção havia se deslocado do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista. Essa última região possuía lavouras de café mais modernas e dinâmicas, contava com a mão de obra livre dos imigrantes, e com localização geográfica favorável, num dos solos de melhor potencial agrícola do país (GIOVANINI, 2006). A decadência das lavouras tradicionais no Vale do Paraíba está relacionada ao esgotamento de seus solos, e ao encarecimento da mão de obra, primeiro em razão da Lei Eusébio de Queiroz que, sancionada em 1850, proibia o tráfico negreiro, e depois por causa da Lei Áurea.

A ocupação do território mineiro pela cafeicultura se deu no início do século XIX, primeiro na região Sul do Estado, e depois na Zona da Mata Mineira. Segundo Giovanini (2006), no Sul de Minas, a grande oportunidade de expansão do café foi dada pela chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro. Antes da chegada da Corte, o Sul de Minas havia se

especializado na produção e comercialização de gêneros de subsistência que, em geral, abasteciam, no auge da mineração em Vila Rica, a região central do estado.

No entanto, o aumento da demanda por alimentos no Rio de Janeiro em razão do rápido crescimento urbano promovido pelo crescimento considerável da população motivou a expansão das lavouras no Sul de Minas, a princípio de alimentos, que abastecessem o mercado carioca. Para que o aumento da produção de alimentos ocorresse, foram necessários investimentos por parte da Coroa Portuguesa na melhoria da infraestrutura local, como também de estradas que interligassem o sul mineiro ao Rio de Janeiro.

A ocupação do território da zona da mata mineira com o café intensificou-se no século XIX, segundo Giovanini (2006), já em 1809 a margem norte do Rio Paraíba, em território mineiro, era preparado para o cultivo de café. O avanço da ocupação se dava mediante impulsos provenientes da área produtora fluminense, principalmente de municípios localizados na divisa entre os dois estados, entre eles Matias Barbosa, Mar de Espanha, Além Paraíba, Rio Preto e mais tarde Juiz de Fora.

Quanto ao Vale do Jequitinhonha, a produção do café em escala comercial teve início em meados da década de 1970, reflexo dos subsídios fiscais e políticas de incentivo adotadas pelo governo federal. Por meio do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, aprovado nesse mesmo ano, o governo federal iniciou a concessão de linhas de crédito como forma de estímulo ao desenvolvimento da lavoura cafeeira em novas áreas do país, e também no intuito de recuperar a produtividade nacional, abalada por programas que visavam a erradicação da cultura praticados em períodos anteriores, como forma de promover o equilíbrio interno entre oferta e demanda (NUNES, 2001, p.100).

Naquele momento alguns municípios do Vale já apresentavam relativo destaque na produção cafeeira, notadamente aqueles de maior extensão territorial. No entanto, a produção era suficiente para o abastecimento das demandas oriundas do mercado interno local, pois as lavouras de café dividiam espaço com gêneros agrícolas tradicionais, como o arroz, o feijão, a mandioca e a cana de açúcar, cuja produção era voltada para a satisfação das necessidades básicas da população local (NUNES, 2001).

No Jequitinhonha, a dinâmica de implantação das grandes lavouras de café relacionava-se ao quadro geral de reestruturação produtiva preconizada pela modernização da agricultura em Minas Gerais. Pressupunha-se uma necessidade de aumento de produtividade das lavouras mineiras, o que seria alcançado por intermédio de políticas públicas que

estimulassem a modernização e o aumento da eficiência na exploração das grandes propriedades.

Nesse sentido, o café contou com os Planos Mineiros de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES), em nível estadual, e com o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), implantado em nível nacional entre os anos 1960 e 1975 (DIAS e HORTA, 2002, p.4). Para permitir a recuperação da cafeicultura no estado, foram realizados investimentos em pesquisa, assistência técnica, infraestrutura energética, rodoviária e de armazenamento, além do barateamento do crédito com vistas a impulsionar a especialização produtiva, como no caso do café e do eucalipto.

As medidas visavam, em especial, romper com o “isolamento geoeconômico” do Vale do Jequitinhonha, através de melhorias na infraestrutura básica que tornassem a região atraente à penetração de capital e ao aproveitamento do contingente de terra e mão de obra disponível. Com o slogan “café do cerrado”, a cafeicultura no Vale passa a se destacar em municípios como Capelinha, município que abrigava cafeicultores vindos do Sul de Minas, responsáveis pelas primeiras lavouras da década de 1970 com o apoio do extinto Instituto Brasileiro de Café (IBC) (Nunes, 2001, p. 101).

Contudo, assim como na silvicultura do eucalipto, os efeitos da cafeicultura no Jequitinhonha vão além do ganho de produtividade. De fato a adoção de medidas que estimulassem a expansão das lavouras locais de café intensificou a concentração fundiária, e promoveu intensas modificações nas relações de trabalho, como a expansão do processo de assalariamento.

No contexto atual os municípios de Angelândia e Capelinha (Alto Jequitinhonha), Carai e Novo Cruzeiro (Médio Jequitinhonha) e Divisópolis (Baixo Jequitinhonha) constituem os maiores produtores de café locais. No entanto, o café produzido no Vale é nos dias atuais torreficado no Sul de Minas, em razão da ausência de equipamento especializados que o façam na região. Dessa forma, grandes são as perdas econômicas, associadas também à intensa evasão fiscal através da ação de comerciantes atravessadores, que compram o café em coco com vistas a comercializá-lo na Bahia e nos grandes centros da região sudeste.

## 2.4 A silvicultura do Eucalipto: Brasil, Minas Gerais e Jequitinhonha

Árvore nativa da Austrália, o eucalipto foi introduzido no Brasil entre 1855 e 1870, no Rio de Janeiro, a princípio para arborização de jardins e vias públicas (NUNES, 2001). Já em 1904, torna-se alternativa à crescente demanda de lenha, combustível essencial as locomotivas a vapor, além de suprir a necessidade de madeira para a fabricação de postes e dormentes para as estradas de ferro na região Sudeste. Sua alta produtividade por área plantada e a disseminação do uso do carvão vegetal pela indústria, conduz seu cultivo com o passar dos anos para as demais regiões do Brasil. Com o aumento do uso da lenha, principalmente para o abastecimento energético das indústrias, cresce também a extensão das áreas ocupadas ou reflorestadas.

A contar da década de 1950, o reflorestamento com eucalipto adquiriu rapidamente a característica singular de espécie vegetal mais plantada no mundo (VALE, 2004). No Brasil, a descoberta da possibilidade de uso de sua fibra para produção industrial de celulose, matéria-prima básica para a produção de papel resultou na ocupação de extensas áreas, dotando o Brasil com o maior banco genético de eucalipto e maior área plantada fora da Austrália (NUNES, 2001, p.92).

Em 1961, ocorre no Brasil a Conferência Mundial do Eucalipto, evento organizado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), que promoveu a criação de programas de incentivo à expansão da cultura no país. Uma das principais medidas adotadas pelo Governo Federal ocorreu em 1966, com o programa de incentivos fiscais para o reflorestamento, a fim de atender à demanda e os planos das indústrias que utilizavam a madeira como matéria-prima, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país (VALE, 2004, p.9).

A reduzida extensão da cobertura natural de florestas nas regiões Sul e Sudeste, aliada aos incentivos fiscais do governo para expansão das áreas ocupadas com eucalipto, promoveu o crescimento do número de fábricas de celulose. Da mesma forma os incentivos fiscais fornecidos pelo Governo Federal possibilitaram a implantação de parques agroflorestais que fornecessem matéria-prima para indústria madeireira e siderúrgica no Sul da Bahia e norte do Espírito Santo.

Em Minas Gerais, o avanço do setor siderúrgico alavancou a expansão da silvicultura do eucalipto no estado. Principal fonte de matéria prima para a produção de carvão vegetal, o eucalipto adequou-se à necessidade de uma fonte energética barata, em comparação ao carvão

mineral, que abastecesse os fornos na produção de aço e ferro-gusa. Dessa forma, gradualmente grandes áreas cobertas por eucalipto surgiram em diversos pontos do estado, concentrando-se, nas décadas de 1960 e 1970, nas áreas do cerrado do norte e nordeste de Minas. Nessas localidades, originaram-se grandes parques silvícolas, que por meio dos incentivos fiscais e creditícios fornecidos por programas nacionais e estaduais de ocupação das áreas do Cerrado, expandiram a produção de eucalipto, o que por consequência gerou um aumento na concentração de terras na parte setentrional do estado.

As bases empresariais da produção silvícola apoiavam-se no emprego de técnicas poupadoras de mão de obra, fruto da modernização agrícola conservadora em curso no país nas décadas de 1960 e 1970. Por conseguinte, a implantação dos eucaliptais no norte e nordeste do estado, além de dar origem à elevada concentração de terras, no Vale do Jequitinhonha, desarticulou o sistema de produção agrícola familiar e comunal, em que das áreas de chapadas obtinha-se recursos como frutos e lenha. Essa desarticulação operou-se, pois nestas áreas implantaram-se os bosques florestais, favorecidos pela topografia aplainada da região.

As ações governamentais de cunho intervencionista, que ocorreram no Vale do Jequitinhonha, sobretudo nos anos 1960, privilegiavam grandes empresas rurais, representantes da “modernização conservadora”, que se pautavam pela racionalidade produtivista, pela acumulação de capital e espoliação ambiental.

Matos (1999) destaca que as mudanças na dinâmica econômica intrarregional não resultaram em um crescimento econômico sustentado. No Alto e Médio Jequitinhonha, a incorporação da cafeicultura moderna, instalada em grandes extensões de terra, juntamente com o plantio de florestas de eucalipto, cuja madeira era destinada à produção de carvão vegetal, matéria prima que em tese substituiria o coque ou carvão mineral nas siderúrgicas mineiras, não só reorganizou a dinâmica econômica local, como também desarticulou as pequenas propriedades, de baixa produtividade.

As mudanças estruturais originadas pelo processo de modernização da região facultaram ganhos econômicos para as grandes empresas e o ônus social para a sociedade, no caso do Vale do Jequitinhonha, para os agricultores familiares. As mudanças ocorridas na estrutura fundiária do Vale desde 1960 promoveram a desarticulação da produção de cunho familiar, dos espaços comunitários de caça e coleta, como os topos das chapadas, e principalmente da organização familiar do espaço rural, como pontua Ribeiro e Galizoni (2000, p.173):



Os lavradores sempre afirmam que suas terras estão no bolo, ou seja, seu terreno está em comum; no que diz respeito a documentos, não formalizam partilha e as posses estão definidas e demarcadas pelo trabalho da família. Esta característica é constante no regime de terras da região, que traz em si a concepção que a legitimidade uma posse é fluida, respeitada e mantida enquanto a família deposita nela trabalho.

Em decorrência da introdução das lavouras empresariais no Vale, foram acentuadas as disparidades sociais intra-regionais, o que contrasta com os argumentos governamentais e órgãos competentes, que salientavam a importância da ocupação produtiva das terras do Jequitinhonha como forma de promoção do desenvolvimento e diminuição das disparidades econômicas locais.

As medidas adotadas no Vale, a contar dos anos 1960, originam-se sobremaneira da concepção de desenvolvimento vigente no Brasil e no mundo, cuja expressão maior se deu através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's). O II PND, por exemplo, lançado ao final de 1974, mas somente instituído no governo Geisel, tinha como objetivo completar o processo de substituição de importações, além de propor medidas que mitigassem os efeitos da crise energética vigente no mundo naquele momento. Segundo Nunes (2001), o II PND incluía o Vale do Jequitinhonha no grupo dos “bolsões de pobreza do país”.

No entanto, esse quadro é alterado com a possibilidade de ocupação das terras do Jequitinhonha, principalmente Alto e Médio, com as “modernas” e ao mesmo tempo ambientalmente degradantes lavouras de café e eucalipto. O que se percebe é uma reorganização produtiva do Estado de Minas Gerais, catalisada por medidas políticas, que têm como eixo norteador o baixo custo da terra e a geografia favorável a mecanização, grandes estoques de mão de obra barata e disponível e principalmente o fornecimento de carvão vegetal ao parque siderúrgico mineiro, localizado na região do Vale do Aço, com destaque para Ipatinga e Ouro Branco.

## 2.5 A pecuária bovina: Brasil, Minas e Vale do Jequitinhonha

Apesar da função econômica secundária no período colonial, a pecuária teve um importante papel na ocupação do Sertão nordestino e dos campos gerais do Sul do Brasil colonial. Ela esteve circunscrita à produção de açúcar no litoral nordestino, fornecendo a força motriz dos engenhos, como também à mineração em Minas Gerais, em que fornecia à população colonial carne e meio de transporte. A criação de gado não exigia muitos investimentos, nem mesmo mão de obra. Dessa forma, oferecia:

[...] largas possibilidades para os que, não dispendo de meios suficientes, não se podiam dedicar no litoral à agricultura de exportação e não podiam organizar a exploração de uma mina. Além disso, o aprendizado do trabalho de uma fazenda de criar era relativamente fácil e simples. (HOLANDA, 2001, p. 219).

No Sertão do Nordeste a pecuária expandia-se em um relevo aplainado, de solos salinos, aspectos benéficos ao rebanho bovino. A vegetação rala, rica em arbustos, e cactáceas da Caatinga, dificultava, no entanto, a alimentação do gado. Holanda (2001, p.221) destaca que “num meio tão difícil, o gado introduzido teve que passar por um longo período de adaptação, o que repercutiu na sua constituição: animais de pequeno porte, pouco exigentes, mas bastante resistentes”.

Posteriormente ao impulso inicial da atividade no sertão nordestino, a pecuária desenvolveu-se nas porções meridionais da Colônia, em que já existia de forma rudimentar, com baixos rendimentos. Essa produção, apesar do hábitat excepcionalmente favorável e da existência de amplas pastagens e do relevo de topografia suave, restringia-se à subsistência, como ocorria nas áreas litorâneas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No entanto, a abertura de um caminho por terra para a região das Minas Gerais alavancou a produção do sul, que passou a fornecer animais de carga para a zona da mineração (HOLANDA, 2001, p.219).

Apesar de difusa no território, foi somente com o advento da mineração nas proximidades de Vila Rica que a atividade pecuarista desenvolveu-se. No século XVIII, a economia mineira constituiu um mercado de proporções superiores ao que havia propiciado a economia açucareira no tocante a pecuária, pois a demanda por alimentos crescia simultaneamente ao crescimento demográfico na região das minas. Por conseguinte, a atividade mineradora possibilitou a abertura de um novo ciclo de prosperidade para a criação de gado na Colônia, elevando substancialmente a rentabilidade que provinha dessa atividade,

induzindo a ampliação de terras e do rebanho com vista ao abastecimento do mercado emergente (FURTADO, 2005, p.83).

Partindo da Bahia, a conquista do território de Sergipe levou o gado até o rio São Francisco, onde fazendas de criação se desenvolveram rapidamente (HOLANDA, 2001, p.221). Margeando esse curso fluvial, a pecuária expandiu-se, fazendo com que se adensassem pequenas aglomerações populacionais nas primeiras décadas do século XVII.

A pecuária, instrumento de expansão e colonização do interior do Brasil, foi responsável pelo gradativo povoamento do sertão. Com ela surgiram muitas feiras que deram origem a centros urbanos de expressão na atualidade, como por exemplo, Feira de Santana, na Bahia. A necessidade de abastecimento das zonas mineradoras elevou o preço da carne bovina e, conseqüentemente, estimulou o crescimento demográfico, em particular, na área de influência do rio São Francisco (MATOS et al, 2006, p.14).

Segundo Matos (2006, p. 17), o “Caminho dos Currais do São Francisco”, interligava as fazendas à beira dos rios das Velhas e do São Francisco ao porto de Salvador, e constituía um percurso mais longo de viagem, porém mais confortável, por se tratar de uma rota de gado, com uma estrada mais ampla, em terrenos planos adequados ao deslocamento dos cavalos de montaria, de burros de carga, e de grande disponibilidade de alimentos, como frutos, peixes e capim para o gado.

Além de ser uma das primeiras vias de acesso ao território mineiro, o rio São Francisco constituiu importante via de adensamento de fazendas especializadas na criação de gado, cuja demanda efetiva se encontrava na mineração desenvolvida nas minas de Vila Rica e áreas próximas:

Não há dúvida de que a condição do São Francisco como rota comercial favoreceu o deslocamento de populações procedentes de Salvador e Recife, que se dirigiam à região de Vila Rica ou se aventuravam em Goiás na exploração de ouro e diamantes. Alguns deste indivíduos se fixaram, e chegaram a estabelecer fazendas de criação de gado e assim, incentivaram a formação de núcleos de povoamento às margens do rio (MATOS et al, 2006, p. 19).

Não obstante, a introdução da pecuária bovina no Vale do Jequitinhonha associa-se ao avanço da frente de ocupação norte, oriunda do litoral, que avançava pela rota segura dos vales dos rios São Francisco, Pardo e Jequitinhonha. Coube a ela o suporte à vida dos centros urbanos que cresciam com a chegada de aventureiros provenientes de todas as partes da Colônia, principalmente da Bahia e de áreas ao sul. No entanto, o gado, que era utilizado como fonte de tração animal nas áreas litorâneas encontrava dificuldades na adaptação ao relevo acidentado da região do Alto Jequitinhonha, pois sua qualidade era

pouco satisfatória. Apesar do seu importante papel no processo de ocupação do interior, como fonte de alimento e de tração, eram geralmente animais pequenos, de origem europeia e pouco adaptados aos trópicos. Esta situação só irá melhorar muito mais tarde a partir de fins do século XIX e início do XX, com a importação de reprodutores e matrizes de origem indiana (zebu e gir), mais adaptadas ao tipo de clima, mais robustos e resistentes para o trabalho e de maior tamanho, tendo portanto, mais peso no abate.” (FERREIRA e MATOS, 2000, p.3).

Na região do Jequitinhonha, a criação de gado encontrou ótimas pastagens naturais às margens do rio que leva o mesmo nome, “pois ali se encontravam planícies e baixas colinas” (NUNES, 2001, p.90), cuja topografia suave contribuía para o trote animal. As longas distâncias percorridas pelo gado eram alternadas com paradas para o descanso, em geral em terras de fazendeiros que viviam de arrendar pastos para comerciantes (SOUZA, 2010, p.41). Nas proximidades dessas fazendas emergiam povoados que mais tarde se tornariam importantes cidades no contexto regional.

Os municípios de Jequitinhonha, Almenara, Salto da Divisa, Joáima, Araçuai, Salinas, no Médio e Baixo Jequitinhonha, tiveram suas origens associadas ao surgimento de fazendas de criação de gado. Na virada do século XIX para o XX, o maior centro pecuarista da região era o município de Pedra Azul, cuja origem relaciona-se aos deslocamentos populacionais do norte de Minas e sul da Bahia (SOUZA, 2010, p.41). Em Pedra Azul podia-se observar, à época, a fronteira entre dois domínios naturais distintos, a vegetação arbustiva típica do semiárido nordestino, e a região das matas, para onde prosseguiria a expansão pecuarista no Baixo Jequitinhonha.

Assim como em Pedra Azul, quase todas as cidades do baixo Jequitinhonha, surgiram e cresceram em torno das fazendas de gado, até hoje a sua principal atividade econômica. Durante o final do século XIX e toda a primeira metade do século XX, essa atividade teve franca expansão o que permitiu a emergência de grande número de pequenas cidades nessa região (SOUZA, 2010, p.42).

Já no início do século XX, a pecuária atraiu para o Baixo Jequitinhonha grande quantidade de migrantes, motivados pela expansão das áreas de pastagem na região, assim como pela introdução de novas espécies de gado, como o Nelore, principalmente no município de Almenara, onde se encontram, nos dias atuais, o maior número de cabeças de gado da região do Baixo Jequitinhonha (NUNES, 2001 p.90).

Nos dias atuais, o Vale do Jequitinhonha apresenta pequena participação relativa no total do efetivo bovino estadual. Dados do censo agropecuário do ano de 2006 revelam que a região participa com apenas 5,3% do total do efetivo bovino presente no estado de Minas Gerais. Quando avaliada a participação relativa de cada microrregião no total de cabeças

referentes à mesorregião do Jequitinhonha, observa-se a supremacia do Baixo Jequitinhonha na criação de gado bovino, o que demonstra a relevância da atividade na ocupação histórica local.

A reduzida participação relativa do rebanho bovino do Vale do Jequitinhonha em relação ao montante total do estado sugere a ocupação das terras do Vale com outras culturas. Uma hipótese é a de que nos últimos anos, com a expansão da silvicultura do eucalipto, principalmente no Alto Jequitinhonha, novas glebas de terra têm sido demandadas, o que tem reduzido área relativa à pecuária bovina.

## **2.6 Dos primórdios da ocupação econômica do Vale à espacialização atual das atividades econômicas**

A análise da “geo-história” econômica do Vale do Jequitinhonha fornece subsídios à compreensão de como as principais atividades econômicas do Vale do Jequitinhonha expandiram-se pelo espaço regional, bem como põe em evidência fatos que culminaram na ascensão e declínio econômico. Nos caminhos do Vale a mineração aurífera e diamantífera ocupou de longe o posto de principal fonte de riqueza até o início do século XIX, concentrada espacialmente no Alto Jequitinhonha.

A redução da disponibilidade dos recursos minerais serviu de estímulo ao crescimento das atividades produtivas até então suplementares à mineração: a agricultura e a pecuária bovina. Essas atividades econômicas destacaram-se nas microrregiões do Médio e Baixo Jequitinhonha, e foram fundamentais na ocupação dessas porções do Vale do Jequitinhonha. Contudo, a precariedade do acesso aos recursos financeiros e técnicos nas primeiras décadas do século XX dificultou a produção em larga escala, o que cooperou para o predomínio das lavouras de subsistência na região.

Em contrapartida, o início dos anos 1960 marcou a introdução de grandes empreendimentos agrícolas no Jequitinhonha alinhados à ideia de “modernização agrícola”, argumento utilizado para justificar o uso de técnicas que reduziam a necessidade de mão de obra, e aumentavam a produtividade. Esses empreendimentos contavam com a política de incentivos fiscais à ocupação de terras devolutas promovida pelos governos estadual e federal. O Vale do Jequitinhonha tornou-se palco da expansão de fazendas de criação de gado bovino, das mecanizadas lavouras de café e principalmente da silvicultura do eucalipto, fonte de carvão vegetal para o parque siderúrgico que crescia em Minas Gerais.

Os novos empreendimentos trouxeram a esperança da recuperação econômica e da geração de empregos ao povo do Vale. Todavia, eles não só desarticularam a produção familiar como também conferiram danos ambientais consideráveis, além de não corresponderem à geração de postos de trabalho.

### **3 A ESPACIALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO VALE DO JEQUITINHONHA**

No decorrer dos séculos XVIII e XIX o Vale do Jequitinhonha registrou como principal ciclo econômico o extrativismo mineral, que fomentou o desenvolvimento de atividades econômicas complementares. A mineração possibilitou o afloramento da incipiente agricultura de subsistência, de baixa produtividade, que abastecia com alimentos os centros urbanos do Alto Jequitinhonha. A pecuária extensiva, emergiu no cenário regional, como a atividade capaz de canalizar os investimentos oriundos da desarticulação da atividade mineradora (MEDEIROS, p.27).

No início do século XX, a pecuária bovina de corte assumiu a posição de principal atividade econômica do Jequitinhonha, assim prevalecendo até os anos 1960, quando mudanças estruturais alteraram o curso econômico regional. A existência de grande extensão de terras devolutas principalmente nos topos planos das chapadas do Alto Jequitinhonha fomentou as investidas de capitais na região, capitaneados pela ação estatal por meio de incentivos fiscais, além de investimentos em infraestrutura, como na implantação e melhoria das vias rodoviárias de acesso à região e na geração e distribuição de energia elétrica.

No começo da década de 1970, os cerrados das chapadas dão lugar à silvicultura do eucalipto, financiada pelos capitais industriais do Centro-Sul de Minas Gerais, onde se localiza o polo siderúrgico mineiro, mercado potencial para o carvão vegetal produzido no Vale. Paralelamente, a cafeicultura com base em tecnologia moderna avançava pelo Vale, estimulada pelo Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC)<sup>7</sup>, e pela disponibilidade de microclimas favoráveis na região (MEDEIROS, 1992, p.64).

Trilhando o mesmo caminho das grandes lavouras de eucalipto e café, a bovinocultura adquire conotação empresarial, fruto do processo de modernização e também da melhoria da infraestrutura de transportes, que possibilitou o acesso aos principais mercados do Sudeste e do Nordeste do Brasil, centros urbano-industriais que constituíam demanda por gêneros alimentícios, como carne, leite e derivados.

---

<sup>7</sup> Elaborado em 1969 pelo Instituto Brasileiro de Café (IBC), o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, destinava financiamento à modernização da cafeicultura nacional, reduzindo a vulnerabilidade da cafeicultura nacional através da implantação de variedades resistentes a doenças, e às adversidades climáticas.

Essas três atividades, bovinocultura, silvicultura do eucalipto e cafeicultura, representam nos dias atuais, as principais fontes de riqueza do meio rural no Vale do Jequitinhonha. Em conjunto elas respondem por 40% da área total do Vale e imprimiram distintas marcas na dinâmica econômica local. É importante destacar que as atividades agropastoris de base familiar, pouco capitalizadas e de baixa incorporação tecnológica persistem no Vale do Jequitinhonha. Elas são responsáveis pela produção de alimentos, como feijão Andu, arroz, mandioca, milho e cana-de-açúcar e constituem-se nos interstícios das grandes lavouras, ocupando em geral as grotas ou vales, regiões marginais das grandes lavouras monocultoras.

Constitui objeto de atenção neste capítulo, a espacialização da pecuária bovina, da silvicultura e da cafeicultura no contexto regional contemporâneo, considerando a participação relativa de cada uma delas na área dos 52 municípios do Vale, agrupados nas microrregiões do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. A intenção é a de verificar possíveis padrões espaciais (ou a ausência deles) na distribuição dessas três atividades econômicas e principalmente as transformações impressas por elas na organização produtiva e social do Vale do Jequitinhonha.

### **3.1 O Jequitinhonha no contexto da reestruturação econômica mineira: a inserção da pecuária, do café e da silvicultura do eucalipto na região**

A inserção do Vale do Jequitinhonha no processo de “mecanização agrícola” mineiro e nacional na década de 1970 promoveu alterações sócio espaciais locais profundas. Àquela época a região já havia adquirido o status de “região problema”, em decorrência da forte estagnação econômica, por causa da baixa produtividade agrícola, atividade a qual a região havia se especializado desde o final do século XIX. Comparada a outras regiões do estado, o Jequitinhonha encontrava-se isolado dos principais centros consumidores estaduais e nacionais em razão da grande distância geográfica em relação a eles.

Já no início do século XX, a região presenciava o declínio das lavouras, em virtude do esgotamento do solo, da degradação ambiental resultante do uso contínuo e intensivo desse recurso natural, que sem o devido tempo de descanso ou pousio, promovia a redução da produtividade. A irregularidade na distribuição pluviométrica dificultava ainda mais o acúmulo de riquezas da agricultura, principalmente no Médio Jequitinhonha, em face da proximidade com o semiárido baiano.



Até os anos 1960, grande parte da população do Vale obtinha, através da agricultura, seus principais meios de sobrevivência, e convivia com as limitações naturais da calibragem do consumo dos recursos naturais disponíveis. No Alto Jequitinhonha, porção do território que primeiro conheceu o declínio econômico por meio da exaustão da mineração, os agricultores sistematizavam o conhecimento do meio, regulavam a vida pelo que o ambiente fornecia,

[...] transformavam a escassez em normas de convívio respeitadas pelas comunidades, ajustaram suas lavouras aos tempos naturais, aprenderam o quê, como e quando aquelas terras extenuadas podiam produzir. Também normatizaram o uso dos bosques ralos dos capões, dos carrascos e do que se podia tirar das grotas. Passaram a natureza por um exame rigoroso e descobriram como extrair, regular e constantemente, aquele pouco que a natureza mais avara do cerrado podia oferecer. (RIBEIRO E GALIZONI, p.169).

Apesar das normas simbólicas de uso dos recursos naturais disponíveis, a redução gradativa da fertilidade ocasionada pelas limitações geográficas agravou a situação de estagnação econômica da região. Em contrapartida, o Vale passou a ser considerado em face dessas limitações um formidável reservatório regional de mão de obra, e principalmente de terras que, mesmo diante da baixa fertilidade natural, poderiam ser recuperadas com a adoção de técnicas adequadas.

No Alto Jequitinhonha, a topografia aplainada das chapadas e a vegetação rala dos cerrados facilitaram a implantação das extensas propriedades silvícolas de eucalipto. A introdução desse tipo de cultivo no Vale marcou o início da “modernização conservadora” que modificou a estrutura produtiva do Vale, aumentando a concentração fundiária, desarticulando a produção familiar.

A retomada do crescimento industrial mineiro alavancado pelo setor metalúrgico e principalmente siderúrgico levou ao aumento da demanda por carvão mineral, recurso natural utilizado até aquele momento como fonte energética para a produção desses dois setores industriais. No entanto, a elevação dos custos de obtenção desse recurso natural creditou à silvicultura do eucalipto função primordial na manutenção do crescimento da indústria de bens intermediários mineira.

Segundo Nunes (2001, p.93), os empresários do setor siderúrgico passaram a associar a silvicultura do eucalipto à possibilidade de assegurar não só o fornecimento mas a produção de um recurso energético economicamente viável, o carvão vegetal. Em sua fase inicial, a cultura do eucalipto demandou grande quantidade de mão de obra para ser alocada no preparo e no plantio das mudas de eucalipto. Ao mesmo tempo, essa planta exótica de origem australiana originou grandes impactos ambientais nos locais em que era introduzida, pois

implicava intenso desflorestamento das áreas de cerrado e, quando introduzida próxima a mananciais, reduzia drasticamente a disponibilidade de água, dado o seu intenso consumo no desenvolvimento das mudas.

As primeiras empresas a se instalarem na região foram a Projetos Carvalho (atual Ferroeste), Floresta Minas (vinculada a Cia.Suzano Papel e Celulose), Florestal Acesita (atual Acesita Energética) e a CAF Santa Bárbara (CALIXTO, 2007, p.440). Essas empresas eram atraídas pelas facilidades fornecidas pelo governo na aquisição de terras. Ainda segundo Calixto (2007), com a chegada das empresas silvícolas, havia entre os habitantes do Vale um misto de entusiasmo, por causa da geração de postos de trabalho, e de preocupação, pois temia-se pela ocupação das áreas de chapadas, localizadas primordialmente no Alto Jequitinhonha: essas eram áreas de onde as comunidades obtinham de forma sustentada recursos naturais.

Nos anos 1980 os incentivos fiscais foram reduzidos, o que implicou a redução do plantio de eucalipto. Foi também nessa década que cresceram as contestações aos impactos ambientais gerados pela atividade, que alertavam para os danos causados pela cultura ao meio ambiente. Todavia, apesar das duas situações descritas acima, o eucalipto adentrou as duas décadas seguintes com grande expressão econômica, fruto do aumento da demanda tanto das indústrias siderúrgicas quanto demanda da indústria de papel e celulose. Os municípios que responderam por grande produção de eucalipto localizavam-se no Alto Jequitinhonha, principalmente em Carbonita e Turmalina, áreas que detinham nos primeiros anos da atividade as maiores densidades de árvores (NUNES, 2001, p.97).

### **3.2 A expansão da cafeicultura moderna: Brasil, Minas Gerais e microrregiões do Vale do Jequitinhonha**

No início dos anos 1960, a região Sul do Brasil respondia por metade da produção brasileira e cerca de 1/3 da produção mundial de café, com destaque para o estado do Paraná, que superava São Paulo na produção desse grão (HORTA e DIAS, 2002, p. 2). No entanto, segundo Horta e Dias (2002), durante a década de 1960, como também durante grande parte dos anos 1970, o esgotamento dos solos e as sucessivas geadas levaram à desestruturação produtiva sulista, o que não implicou em uma redução da produção nacional, mas sim em uma transferência do eixo produtor do Sul para o Sudeste.

Em 1970, São Paulo ocupava a primeira posição (TAB. 1) no tocante à produção de café em coco no Brasil (466 toneladas) e Minas Gerais, a segunda (328 toneladas). Essa composição se inverte ao longo dos 25 anos seguintes: a produção mineira cresceu quase 360% e a paulista sofreu uma redução de quase 27%. O período 1980/1995 foi decisivo para que Minas Gerais assumisse essa liderança na produção cafeeira no Brasil. A adesão mineira ao Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), que integrava a política do IBC (Instituto Brasileiro do Café) e que se configurou como uma tentativa de reduzir a vulnerabilidade às adversidades climáticas promoveu o crescimento dos cafezais principalmente nas mesorregiões Sul/Sudoeste, Zona da Mata, Vale do Rio Doce e Triângulo Mineiro.

Enquanto São Paulo participava com apenas 12% da produção nacional de café, em 1995, Minas respondia por mais da metade dessa produção. Essa expressiva participação mineira no total produzido de café resultou tanto do fortalecimento econômico das importantes e tradicionais regiões produtoras do Sul e Zona da Mata quanto da abertura de novas frentes produtoras, como a do Vale do Jequitinhonha, que reunia as condições climáticas e topográficas favoráveis à expansão de cafezais.

**TABELA 1**  
**PRODUÇÃO DE CAFÉ EM COCO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO**  
**(TONELADAS)**

Grandes Regiões e Unidades da Federações	1970		1980		1995	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Rondônia	21	0	13.739	0,65	78.921	2,78
Acre	38	0	350	0,02	362	0,01
Amazonas	306	0,03	152	0,01	276	0,01
Roraima	2	0	4	0	37	0
Pará	288	0,03	781	0,04	6.415	0,23
Amapá	10	0	131	0,01	20	0
Tocantins	-	-	-	-	16	0
<b>Norte</b>	<b>665</b>	<b>0,06</b>	<b>15.157</b>	<b>0,72</b>	<b>86.047</b>	<b>3,03</b>
Maranhão	50	0	81	0	55	0
Piauí	3	0	5	0	8	0
Ceará	2.679	0,23	3.201	0,15	2.832	0,1
Rio Grande do Norte	-	-	10	0	18	0
Paraíba	227	0,02	158	0,01	66	0
Pernambuco	12.478	1,09	7.034	0,33	5.313	0,19
Alagoas	274	0,02	122	0,01	43	0
Sergipe	51	0	14	0	30	0
Bahia	21.802	1,91	82.041	3,9	95.596	3,37
<b>Nordeste</b>	<b>37.564</b>	<b>3,29</b>	<b>92.666</b>	<b>4,4</b>	<b>103.961</b>	<b>3,66</b>
Minas Gerais	328.100	28,77	507.370	24,09	1.506.692	53,11
Espírito Santo	174.496	15,3	283.759	13,47	665.728	23,47
Rio de Janeiro	6.897	0,6	9.065	0,43	9.398	0,33
São Paulo	466.757	40,93	793.870	37,69	340.937	12,02
<b>Sudeste</b>	<b>976.250</b>	<b>85,6</b>	<b>1.594.064</b>	<b>75,69</b>	<b>2.522.755</b>	<b>88,92</b>
Paraná	116.900	10,25	367.914	17,47	109.470	3,86
Santa Catarina	1.451	0,13	494	0,02	258	0,01
Rio Grande do Sul	65	0,01	44	0	17	0
<b>Sul</b>	<b>118.416</b>	<b>10,38</b>	<b>368.452</b>	<b>17,49</b>	<b>109.745</b>	<b>3,87</b>
Mato Grosso do Sul	-	-	11.230	0,53	1.192	0,04
Mato Grosso	4.977	0,44	17.238	0,82	9.253	0,33
Goiás	2.617	0,23	17.608	0,84	3.641	0,13
Distrito Federal	21	0	926	0,04	1.600	0,06
<b>Centro-Oeste</b>	<b>7.615</b>	<b>0,67</b>	<b>35.772</b>	<b>1,7</b>	<b>14.494</b>	<b>0,51</b>
<b>Total</b>	<b>1.140.510</b>	<b>100</b>	<b>2.106.111</b>	<b>100</b>	<b>2.837.002</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal, 1970, 1980 e 1995.

As terras do “cerrado” do Jequitinhonha tornar-se-iam mais uma nova fronteira de expansão do café. As novas lavouras romperam com os padrões tradicionais de ocupação do espaço regional, introduzindo a lógica industrial através da adoção de moderno aparato técnico. Concomitantemente, os latifúndios ou as pequenas propriedades existentes na região foram desarticulados dada a baixa produtividade que advinha da inadequação do clima e do solo e da idade avançada dos cafezais e das falhas agronômicas na sua implantação (MEDEIROS, 1992, p. 64). Convém observar, que assim como no caso da silvicultura do eucalipto, essas mudanças foram acompanhadas pela modificação da estrutura fundiária regional, com o aumento significativo na concentração de terras, além do crescimento do volume de mão de obra ociosa e conseqüentemente do êxodo rural.

No caso do Jequitinhonha, o desenvolvimento de novas técnicas e o uso mais intenso de insumos promoveu a superação de deficiências dos solos do Cerrado, naturalmente ácido. Aliado às novas técnicas de tratamento dos solos, o clima desse ecossistema favoreceu ao plantio, principalmente por não apresentar risco de geadas, e a topografia aplainada, menos acidentada possibilitou a intensa mecanização das lavouras.

Considerando-se os dados da Tabela 2 sobre a produção de café por região em Minas Gerais, é possível observar que três mesorregiões concentraram mais da metade da produção estadual ao longo dos vinte anos considerados: Sul/Sudoeste de Minas, Triângulo/Alto Paranaíba, Zona da Mata. Por sua vez o Vale do Jequitinhonha que respondia por 3,5% da produção mineira em 1990, obteve crescimento superior a 60% para o período 1990-2000. Contudo, a tendência de crescimento da produção do Jequitinhonha não se manteve no decênio seguinte. Entre 2000 e 2010 a produção de café declinou em mais de 50% no Vale, o que concomitantemente reduziu a sua participação no total produzido no estado.

Entre os anos 1990 e 2010, a produção de café no Vale do Jequitinhonha mostrou oscilações, reduzindo sua participação no total estadual gradativamente. Em 1990, o Vale ocupava a sexta posição no ranking produtivo de café entre as doze mesorregiões estaduais, apresentando, porém, a maior produção entre aquelas localizadas na porção setentrional do estado. No ano de 2010 o Jequitinhonha permaneceu na mesma posição em relação às demais regiões de Minas. No entanto, sua produção caiu 41,4%, em relação a 1990.

**TABELA 2**  
**PRODUÇÃO DE CAFÉ EM GRÃOS (TONELADAS) POR MESORREGIÃO EM MINAS GERAIS**

MESORREGIÃO		1990		1995		2000		2005		2010	
		Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
I	Campo das Vertentes	15.877	1,5	16.725	1,8	39.635	2,4	24.703	2,5	32.201	2,1
II	Central Mineira	4.297	0,4	4.953	0,5	2.851	0,2	741	0,1	942	0,1
III	Jequitinhonha	37.016	3,5	21.752	2,3	59.447	3,6	32.761	3,3	26.148	1,7
IV	Metropolitana de Belo Horizonte	8.298	0,8	7.449	0,8	5.006	0,3	3.358	0,3	3.002	0,2
V	Noroeste de Minas	7.761	0,7	7.626	0,8	14.847	0,9	16.578	1,7	25.633	1,7
VI	Norte de Minas	2.557	0,2	2.493	0,3	6.087	0,4	12.843	1,3	21.489	1,4
VII	Oeste de Minas	84.254	8,1	72.089	7,7	111.624	6,8	83.366	8,3	93.641	6,2
VIII	Sul/Sudoeste de Minas	377.685	36,3	329.040	35,3	747.971	45,3	364.876	36,4	650.222	43,2
XIX	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	214.986	20,7	185.609	19,9	316.591	19,2	169.796	16,9	308.201	20,5
X	Vale do Mucuri	19.343	1,9	15.418	1,7	13.691	0,8	9.577	1,0	6.414	0,4
XI	Vale do Rio Doce	90.222	8,7	59.985	6,4	103.308	6,3	78.387	7,8	82.552	5,5
XII	Zona da Mata	178.733	17,2	208.964	22,4	230.203	13,9	205.800	20,5	253.869	16,9
<b>Total Estadual</b>		1.040.799	100	931.983	100	1.651.261	100	1.002.672	100	1.504.188	100,0

Fonte: IBGE. Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2012. Dados trabalhados pelo autor.

Apesar da queda da produção de café na mesorregião do Vale do Jequitinhonha, as microrregiões do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha demonstraram comportamentos distintos. Das três, o Baixo Jequitinhonha foi o único que obteve crescimento no total produzido (21%), saltou de 4.556 para 5.531 toneladas (TAB 3). Ademais, o maior montante produtivo concentrou-se no Alto Jequitinhonha nos vinte anos analisados. A participação dessa microrregião no total da produção de café no Vale, que era de aproximadamente 45% em 1990, passou para 52% em 2010. O Médio Jequitinhonha foi a microrregião onde ocorreu a maior redução na participação no total produzido, de 42,6% em 1990 para 26,75% em 2010.

TABELA 3

## PRODUÇÃO DE CAFÉ ALTO, MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA 1990-2010

Microrregião	1990		1995		2005		2010	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Alto Jequitinhonha	16703	45,12	15147	69,63	21127	64,49	13648	52,20
Médio Jequitinhonha	15757	42,57	4556	20,95	8046	24,56	6969	26,65
Baixo Jequitinhonha	4556	12,31	2049	9,42	3588	10,95	5531	21,15
<b>Total</b>	<b>37016</b>	<b>100,00</b>	<b>21752</b>	<b>100,00</b>	<b>32761</b>	<b>100,00</b>	<b>26148</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2010.

Nas décadas de 1980 e 1990, os incentivos governamentais à expansão das lavouras cafeeiras promoveram o amplo crescimento produtivo desse grão no Jequitinhonha. No início dos anos 1990 as lavouras concentraram-se especialmente no Médio Jequitinhonha com destaque para os municípios de Caraí, Novo Cruzeiro, e Padre Paraíso, que respondiam em conjunto por 43,5% de toda a produção do Vale (TAB 4). No entanto, apesar da maior produtividade oriunda do médio Jequitinhonha, quanto à área colhida, o destaque em 1990 ficou por conta do município de Capelinha.

Capelinha apresentava em 1990 uma área colhida de 6.323 hectares (ANEXO 1), ampliada para 9.000 hectares em 1995. Considerando a quantidade produzida, o município sozinho obteve a participação de 47,5% do total produzido em todo o Vale do Jequitinhonha em 1995. É importante destacar que, em 1995, Angelândia, antes distrito de Capelinha, emancipou-se, o que representou uma redução da hegemonia cafeeira de Capelinha, em virtude da redução da área do município. Depois de sua emancipação, Angelândia passou a figurar entre os maiores produtores de café do Jequitinhonha, atrás apenas de Capelinha e Caraí, representando 16,8% do total produzido no Vale em 2010.

TABELA 4

## MAIORES PRODUTORES DE CAFÉ NO VALE DO JEQUITINHONHA ENTRE 1990 e 2010

Município	1990		1995		2005		2010	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Almenara	2.930	7,92	158	0,73	285	0,87	384	1,47
Angelândia	-	-	-	-	5.508	16,81	3.780	14,46
Aricanduva	-	-	-	-	702	2,14	626	2,39
Capelinha	5.704	15,41	10.338	47,53	10.076	30,76	6.102	23,34
Carai	7.485	20,22	1.500	6,90	2.592	7,91	2.304	8,81
Divisópolis	-	-	895	4,11	2.067	6,31	3.900	14,92
Itamarandiba	1.085	2,93	800	3,68	1.350	4,12	518	1,98
Jequitinhonha	683	1,85	342	1,57	60	0,18	18	0,07
Mata Verde	-	-	189	0,87	495	1,51	715	2,73
Minas Novas	6.511	17,59	3.297	15,16	972	2,97	594	2,27
Novo Cruzeiro	6.209	16,77	1.700	7,82	3.636	11,10	3.360	12,85
Padre Paraíso	1.201	3,24	603	2,77	391	1,19	218	0,83
<b>Total Vale do Jequitinhonha</b>	<b>37016</b>	<b>85,93</b>	<b>21752</b>	<b>91,13</b>	<b>32761</b>	<b>85,88</b>	<b>26148</b>	<b>86,12</b>

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal, 1990-2010.

\*Os municípios assinalados com um traço (-) não possuíam dados em 1990 e 1995 por terem se emancipado em 21 de dezembro de 1995.

Segundo dados mais recentes, referentes ao ano de 2010, Capelinha participava com 23,3% da produção de café no Vale do Jequitinhonha, e 0,40% da produção estadual. Se por um lado esse município juntamente com outros do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, contribuiu para que o Vale se tornasse um grande produtor de café, por outro ele tornou-se símbolo das consequências geradas pela modernização do campo. A principal delas, a concentração fundiária, foi evidenciada pela redução de pequenas propriedades (com menos de 10 ha) praticamente pela metade, entre 1970 -1995 (TAB 5), tendência mantida também no período 1995-2006. Em contrapartida, as grandes propriedades entre 100 e 1.000 hectares mais que dobraram entre 1970 e 1995, sofrendo leve redução no ano de 2006.



**TABELA 5**  
**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREAR TOTAL DE**

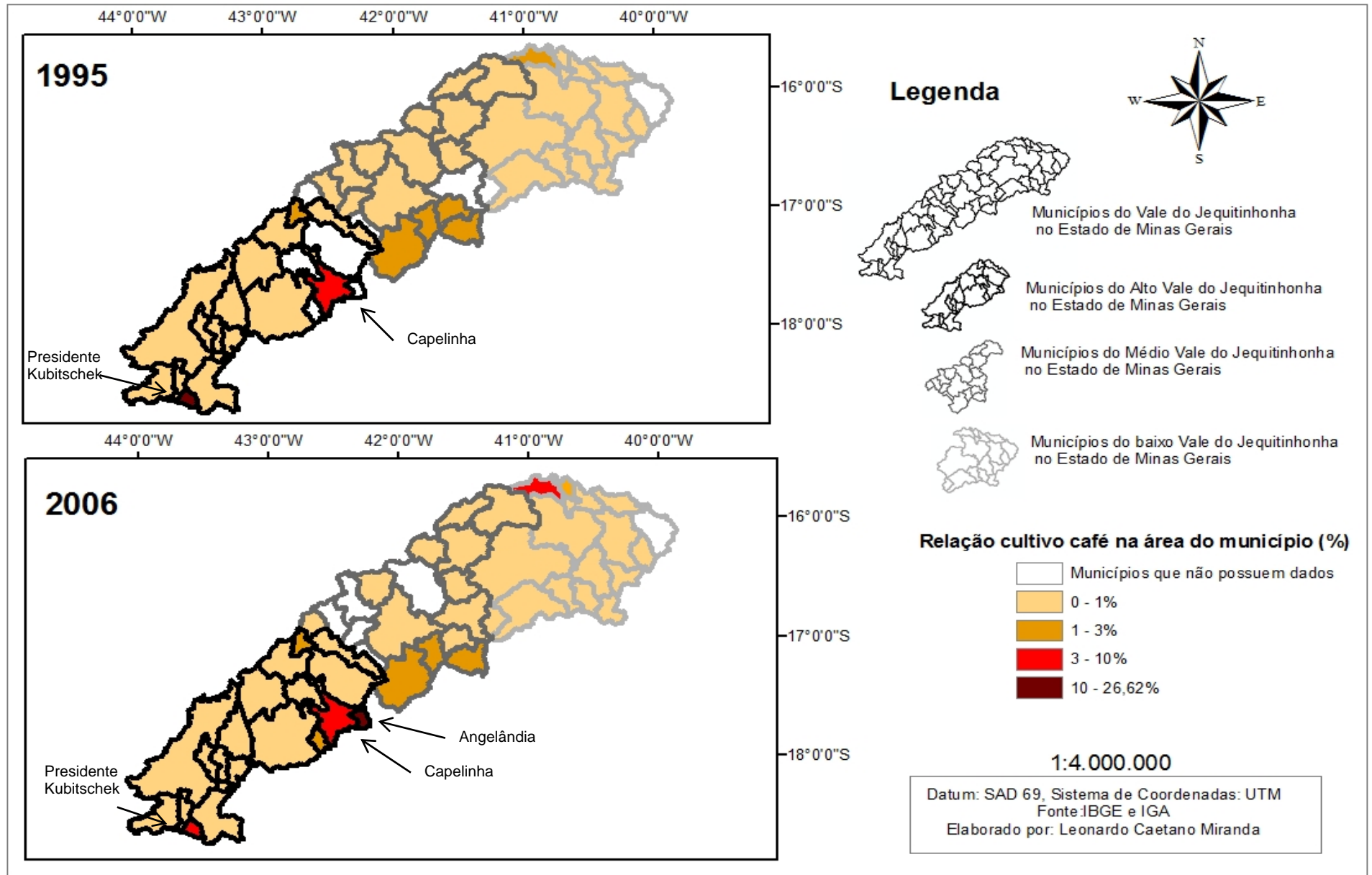
<b>Grupos de área total (ha)</b>	<b>1970</b>	<b>1995</b>	<b>2006</b>
Menos de 10 ha	1.470	728	709
10 a menos de 100	530	805	519
100 a menos de 1.000	41	123	89
1.000 ou mais	1	5	2
<b>Total</b>	<b>2.032</b>	<b>1.661</b>	<b>1.319</b>

**CAPELINHA**

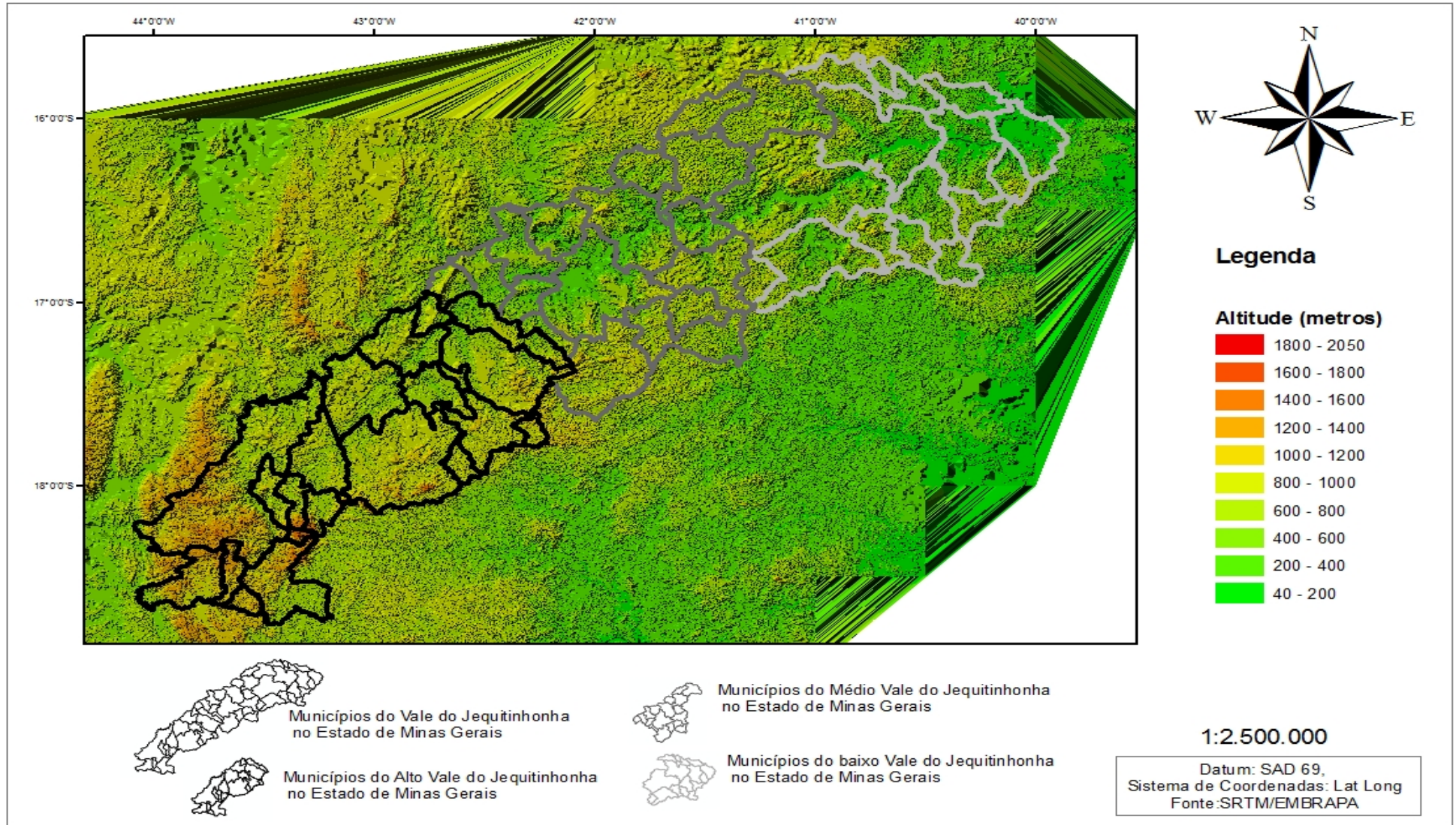
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970, 1995 e 2006.

O Mapa 2 apresenta a distribuição da área ocupada com o cultivo de café no Vale do Jequitinhonha entre 1991 e 2000. Para sua elaboração considerou-se o percentual da área municipal ocupada com essa atividade, com a constituição de quatro classes percentuais e uma indicando a ausência de dados. Essas classes foram estabelecidas com base nos valores máximos e mínimos constantes, calculado por meio dos dados disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

ESPACIALIZAÇÃO DO CAFÉ NO VALE DO JEQUITINHONHA, PERCENTUAL DA ÁREA MUNICIPAL EM 1995 E 2006



**MAPA 3**  
**ALTITUDE EM METROS – VALE DO JEQUITINHONHA**



A análise do Mapa 2 revela que os municípios que respondem pelos maiores percentuais de suas áreas ocupadas com café estavam localizados no Alto Jequitinhonha, tanto no ano de 1995, quanto no ano de 2006. Nessa microrregião destacavam-se os municípios de Angelândia 26,62% em 2006, Capelinha 9,29% em 1995 e 9,15% em 2006 e Presidente Kubitschek, que tinha 16,33% e 4,48% de sua área ocupada com café.

Essa concentração do café no Alto Jequitinhonha está relacionada à geomorfologia e às condições climáticas favoráveis ao plantio. A concentração das lavouras no leste e sudeste do Alto Jequitinhonha está relacionada à topografia mais acidentada da Serra do Espinhaço, de maior altitude e com temperaturas mais amenas, característica fundamental ao desenvolvimento das mudas de café (Mapa 3).

Ainda no Alto Jequitinhonha, no ano de 2006, os municípios de Angelândia e Capelinha evidenciaram os maiores percentuais relativos no tocante à área municipal ocupada com café. Como destaca Nunes (2001), um dos argumentos favoráveis à emancipação de Angelândia em 1995 foi o fato de ser um importante distrito produtor de café no Alto Jequitinhonha. Entretanto, mesmo com a emancipação de Angelândia, o município de Capelinha permaneceu com um elevado percentual de área ocupada com o cultivo (9,15% da área municipal).

Observa-se a tendência de concentração das maiores áreas ocupadas com café na porção sudeste do Vale do Jequitinhonha, como verificado não só nos municípios de Angelândia e Capelinha, mas também em Presidente Kubitschek, além de Novo Cruzeiro e Carai, no Médio Jequitinhonha. Essa concentração é explicada principalmente pela localização serrana dos municípios, onde as temperaturas são mais amenas e o volume pluviométrico mais expressivo.

Cabe destacar, que no caso do Médio Jequitinhonha essa concentração não se repete do lado noroeste do Vale, na divisa com o sertão baiano, em virtude do clima semiárido, que tem como principal característica o reduzido volume pluviométrico, além de temperaturas mais elevadas, o que dificulta o desenvolvimento do café.

Considerando as três microrregiões do Vale do Jequitinhonha, o Baixo Jequitinhonha é a que apresenta os municípios com menor participação relativa de área ocupada com café. As exceções ficam por conta dos municípios de Divisópolis e Mata Verde, localizados na divisa com a Bahia, que desfrutam de clima mais úmido e solos de melhor qualidade, oriundos de extinta cobertura florestal. A proximidade com a rodovia BR-116 (Rio-Bahia) garante a esses municípios o acesso aos principais mercados baianos.



### 3.3 A pecuária bovina no Brasil, em Minas Gerais e microrregiões do Vale

A pecuária bovina é um dos segmentos econômicos de maior destaque do agronegócio brasileiro no cenário mundial contemporâneo. Segundo dados do Ministério da Agricultura, o país possui o segundo maior rebanho bovino do mundo<sup>8</sup>, com cerca de 200 milhões de cabeças de gado e lidera as exportações desse produto. Presente no território brasileiro desde os primórdios da colonização portuguesa, a criação de gado bovino desenvolveu-se inicialmente como uma atividade dependente da economia açucareira presente no litoral nordestino, e assumiu importante papel na tração animal dos engenhos de açúcar. Posteriormente, durante o surto da mineração na região central de Minas Gerais, a pecuária desenvolvida principalmente no Sul do país, adquiriu a função de suporte da vida urbana, fornecendo alimento e couro para a região de Vila Rica e adjacências.

A criação de gado bovino é, de longe, a atividade econômica que ocupa maior extensão de terras no Brasil. Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE, em 2006 as áreas de pastagens ocupavam aproximadamente 172 milhões de hectares (18,8% da área total brasileira) e as áreas destinadas à lavoura somaram apenas 60 milhões de hectares, 7,1% do território.

Considerando-se a produção de leite, o país ocupa hoje a sétima posição no ranking mundial com um volume aproximado de 27 bilhões de litros/ano, o que lhe confere a condição de grande exportador também de lácteos, ao lado da Nova Zelândia, Austrália e dos países membros da União Europeia. O sistema produtivo em que se organiza grande parte dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, o modelo extensivo, ainda é o mais adotado. Esse sistema presente no Brasil desde sua colonização privilegia a expansão das áreas de pastagens mediante o emprego de técnicas rudimentares como as queimadas, o que eleva o grau de degradação ambiental dos ecossistemas brasileiros.

Apesar da persistência do modelo extensivo ao longo da história do país, a pecuária bovina de corte experimentou uma expansão vertiginosa no século XX, principalmente entre as décadas de 1940 e 1970, em virtude da chegada ao país de grandes frigoríficos estrangeiros, que não visavam o mercado brasileiro, mas sim a exportação para grandes mercados consumidores, como os Estados Unidos e Europa. Essas empresas adquiriram

---

<sup>8</sup> <http://www.agricultura.gov.br/animal/especies/bovinos-e-bubalinos>, acessado em 09 de Julho de 2012.

terras desocupadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, e na proeminente fronteira agropecuária no Mato Grosso.

Minas Gerais configura-se entre os maiores produtores bovinos do país, com um rebanho bovino de aproximadamente 20,3 milhões de cabeças, ou 11,4% do do total nacional<sup>9</sup>, de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006. Regionalmente, a pecuária bovina se destaca na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Alto Paranaíba, Norte e Zona da Mata. No entanto, ao contrário dos demais estados produtores nacionais, grande parte do efetivo bovino de Minas Gerais se concentra na produção leiteira e não na pecuária de corte.

Considerando o Médio Jequitinhonha, a pecuária extensiva adaptou-se à elevada temperatura média anual associada às altas taxas de evaporação, que provocam a precipitação dos sais dissolvidos na água presente na superfície, e a consequente elevação dos níveis de sal disponíveis no solo. Dessa forma, os aspectos físicos da paisagem, principalmente a elevada salinidade dos solos, foram fundamentais à expansão da pecuária bovina, pois para o pleno desenvolvimento orgânico, o gado bovino tem necessidade de elementos minerais, como o sal comum, o cálcio e o fósforo.

[Quase] ... toda a região do médio Jequitinhonha, há um fator de notável importância, no desenvolvimento das atividades da pecuária. Trata-se do elevado teor de salinidade existente nos solos. Esses “barreiros” ou “salinas” são conhecidos desde os tempos do Brasil Colonial, em grandes extensões do clima árido ou semi-árido da interlândia brasileira (GUIMARÃES, 1960, p. 63).

No Baixo Jequitinhonha, as áreas de pastagem expandiram-se em virtude da instalação de grandes fazendeiros pecuaristas oriundos da parte baiana do Vale do Jequitinhonha. Os criadores recém-chegados da Bahia na segunda metade do século XIX em diante, encontraram dificuldades naturais à criação bovina, como a baixa disponibilidade de capim adequado às necessidades animais. Contudo, mediante as queimadas constantes, conseguiam obter a densidade adequada ao abastecimento do rebanho. O uso constante da coivara, ou queimada, promoveu a dizimação da cobertura vegetal florestal local bem como levou o solo à intensa degradação pela redução da disponibilidade de matéria orgânica, elemento fundamental à fertilidade dos solos.

A destruição das matas do Baixo Jequitinhonha acentuou-se com o aumento da demanda por carne, advinda da incipiente indústria de alimentos. Até então as fazendas da

---

<sup>9</sup> Dados obtidos por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), acessados por meio de <http://www.sidra.ibge.gov.br>, tabela 281, referente ao ano de 2006.

região criavam animais rústicos e resistentes às condições naturais. O gado do tipo “pé-duro”, adaptado as condições locais, foi substituído por novas raças como a Gir, Nelore e Zebu, já consolidadas como raças de boa produtividade no Triângulo Mineiro. Ao mesmo tempo, foi introduzido na região o capim colômbio<sup>10</sup>, mais resistente a seca e, portanto, mais produtivo.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, Almenara, município localizado no Baixo Jequitinhonha, possuía o maior rebanho bovino do Vale, correspondendo a aproximadamente 8% do total de cabeças da mesorregião. Ainda no Baixo Jequitinhonha estão localizados outros cinco municípios que possuem grandes rebanhos bovinos: Salto da Divisa, Jequitinhonha, Joáma, Jacinto e Jordânia.

Interessante notar que ao contrário do café e da silvicultura do eucalipto, a bovinocultura permeia grande parte dos municípios do Vale do Jequitinhonha, com destaque para os que possuem maior extensão territorial. Entretanto, a distribuição do efetivo bovino possui distribuição mais homogênea, mesmo quando se tem em conta o destaque dos municípios do Baixo e Médio Jequitinhonha. Essas regiões historicamente foram marcadas pela presença da pecuária bovina por causa da escassez de minerais, o que fazia delas fornecedoras de alimentos para os centros urbanos localizado no Alto Jequitinhonha.

O Mapa 4 exibe a participação percentual da pecuária bovina em relação à área de cada um dos 52 municípios do Vale do Jequitinhonha. Os municípios que apresentam reduzida parcela de seu território ocupado com gado, em geral, são os de menor extensão territorial e onde outras atividades destacaram-se principalmente as lavouras temporárias de baixo nível técnico e produtivo.

No conjunto, o Baixo Jequitinhonha destaca-se pelas maiores extensões de pastagens, principalmente os municípios de Joáma e Jequitinhonha, até o extremo nordeste, na divisa com a Bahia, onde se localizam os municípios de Salto da Divisa e Jordânia. O Médio Jequitinhonha reúne as melhores condições climáticas para a criação, apesar do baixo índice pluviométrico. Ela é rica em salinas e em capim colômbio que se mantém durante o ano independentemente do longo período de estiagem.

Em resumo, o padrão de concentração espacial da pecuária bovina no Vale está relacionado à grande extensão territorial de alguns municípios e, por conseguinte, das pastagens. Os outros dois fatores preponderantes são as características climáticas da parte oeste do Médio Jequitinhonha, onde os solos mais salinos favorecem a atividade, e a

---

<sup>10</sup> É uma planta perene que pode atingir até três metros de altura. Consegue adaptar-se à elevadas temperaturas anuais e a longos períodos de estiagem.

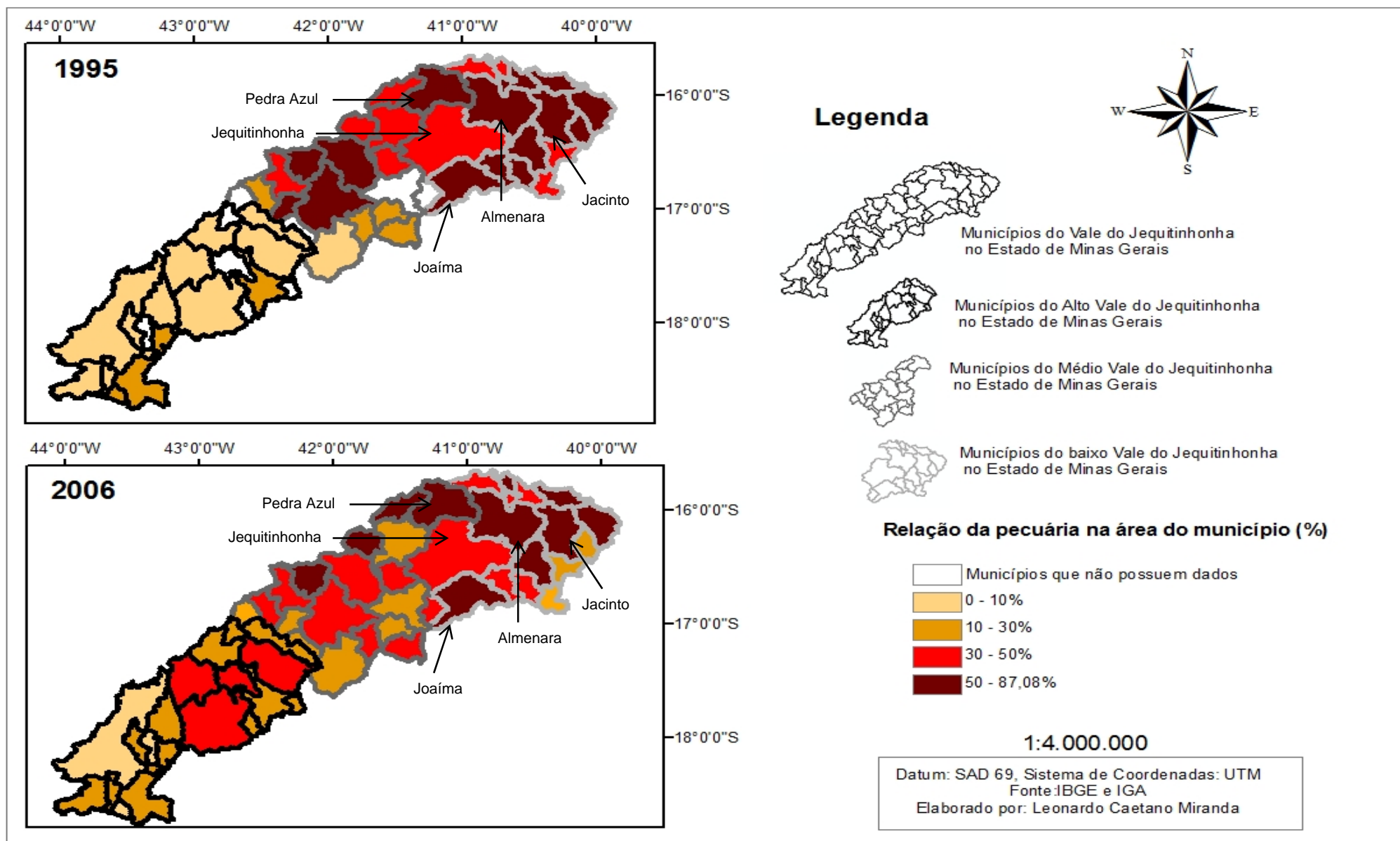
proximidade com as principais áreas produtoras baianas, principalmente o Baixo Jequitinhonha, sub-região com a maior participação da atividade considerando-se as áreas dos municípios locais.

Além disso, o Mapa 4 possibilita a visualização de áreas onde a participação relativa da atividade econômica da pecuária é reduzida. Segundo Guimarães (1960), esses municípios correspondem principalmente aos trechos de chapadas, de afloramentos rochosos, de matas e de áreas agrícolas. No caso das chapadas, a topografia aplainada favoreceu mais a expansão da silvicultura do eucalipto, do que propriamente à pecuária.



MAPA 4

ESPACIALIZAÇÃO DA PECUÁRIA BOVINA, PERCENTUAL DA ÁREA MUNICIPAL EM 1995 E 2000



No Baixo Jequitinhonha os municípios com maior efetivo bovino por hectare são Jequitinhonha, Joáima, Jacinto e Almenara (ANEXO 7). A maior densidade de gado bovino nesses municípios está relacionada à ocupação baiana ao final do século XIX e início do século XX, aliadas às já referidas condições naturais favoráveis. Guimarães (1960) salienta que esses municípios ao longo de sua história, transformaram-se em zonas de “cria e recria” para corte:

Conforme se diz entre os fazendeiros, o Vale do Jequitinhonha é uma zona de “cria e recria”, isto é, há fazendeiros que cuidam apenas da criação, vendendo bezeros depois da ferra ou a partir de um ano. Em casos excepcionais, pressionados por problemas financeiros especialmente por compromisso bancários, vendem bezeros até com oito meses. Em outras palavras pratica-se a “recria”, isto é, os bezeros são adquiridos com a idade de um e meio a dois anos e vendidos com três anos, ou mais de idade, especialmente nos meses de março a Julho, quando os compradores visitam as fazendas (GUIMARÃES, p. 172).

Já a expansão recente da pecuária bovina no Baixo Jequitinhonha está relacionada com as intensas mudanças na economia regional promovidas pelo aprofundamento da organização empresarial dessa atividade. Segundo Medeiros (1992), diversos fatores de natureza institucional e locacional interagiram para possibilitar a expansão da bovinocultura local.

Em primeiro lugar, a proximidade com os mercados do Sudeste e do Nordeste, aliado à construção de rodovias, como a Rio-Bahia, possibilitaram o aumento dos ganhos comerciais, bem como da atividade criatória:

Foi a partir de fins da década de 60 que foram concluídas várias rodovias pavimentadas, aproximando as zonas de criação, como a região do Jequitinhonha, e as áreas de engorda de gado aos centros de abate, onde foram instalados modernos frigoríficos como em Montes Claros (FRIGONORTE), Teófilo Otoni (FRIMUSA) e Governador Valadares (FRIG. TIÃO MAIA), como facilidades de transporte da carne aos grandes centros consumidores do mercado interno e aos portos de exportação. (MEDEIROS, 1992, p. 52).

Em segundo lugar, mas não menos importante, ocorreu a concessão de crédito aos fazendeiros locais através da política do crédito agrícola subvencionado<sup>11</sup>, implantado através da política estatal adotada ao final dos anos 1960 para possibilitar que os fazendeiros locais expandissem os seus rebanhos e tivessem acesso a insumos como aparelhagem mecânica, para cuidados sanitários, sal mineral, rações, medicamentos veterinários, além da aquisição de matrizes para a recria e engorda (MEDEIROS, 1992, p.52).

Em comparação às demais mesorregiões de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha apresenta o menor efetivo bovino estadual, correspondendo a 3,6% do total de cabeças

---

<sup>11</sup> Modalidade de crédito rural instituída pelo governo federal por meio de empréstimos fornecidos pelo BNDES que possibilita o melhoramento técnico da atividade agropecuária.

existentes no estado. Essa baixa participação associa-se em parte à permanência da pecuária rudimentar, que não utiliza insumos modernos (máquinas defensivos e fertilizantes), ficando à margem do processo de modernização amplamente difundido nas demais regiões do estado (NUNES, 2001, p.91).

### **3.4 A silvicultura do eucalipto no Vale**

A ocupação do Vale do Jequitinhonha com o eucalipto iniciou-se, sobretudo, na década de 1970, fruto dos investimentos na aquisição de terras subsidiados pelo Estado. O Alto Jequitinhonha, por reunir as melhores condições naturais, como a vasta extensão das chapadas de topografia aplainada, foi o foco inicial da atividade silvícola, cuja produção destinava-se primordialmente ao abastecimento do polo siderúrgico estadual, localizado a leste de Minas Gerais.

Medeiros (1992) destaca a importância dos programas estatais de fomento ao reflorestamento, explícitas no Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC), no Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal (PSNCV) e no Programa de Distritos Florestais, incluídos na estratégia de desenvolvimento industrial do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II-PND). Os vultosos incentivos fiscais, aliados à melhoria da infraestrutura regional, principalmente a viária e a elétrica, viabilizaram a instalação de grandes empresas do ramo siderúrgico e de papel e celulose no Vale do Jequitinhonha.

O aumento da demanda por terras associado ao reconhecimento, por órgãos estatais, de que as terras do Médio Jequitinhonha não tinham vocação agrícola estimularam a plantação do eucalipto nessa microrregião.

O Mapa 5 foi construído com base nos dados sobre o número de árvores plantadas para cada um dos 52 municípios do Vale do Jequitinhonha, considerando-se os anos de 1995 e 2006<sup>12</sup>. É necessário destacar que os percentuais das áreas municipais ocupadas com eucalipto foram calculados de forma indireta, uma vez que não se obteve os dados sobre a área plantada. Considerou-se que em 1 hectare planta-se em média 1.500 árvores<sup>13</sup>. Dessa forma, obteve-se a área plantada com eucalipto por município

---

<sup>12</sup> Esses foram obtidos através do Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2012.

<sup>13</sup> Dados obtidos “Em média, 1 hectare de plantação de eucalipto possui cerca de 1.500 árvores e estas produzem, aos 7 anos de idade, por volta de 200 m<sup>3</sup> de madeira sem casca. MORA, A.L. GARCIA, C.H. A Cultura do Eucalipto no Brasil. SBS: São Paulo, 2000. p. 54”

A análise do Mapa 5 evidencia a tendência de concentração da silvicultura do eucalipto no Alto Jequitinhonha, sub-região que reúne as melhores condições geográficas para a expansão do cultivo florestal empresarial. A principal delas está relacionada à grande extensão de terras planas das chapadas e à baixa fertilidade dessas terras, cuja exploração antes da ocupação empresarial era feita pelos habitantes locais de forma comunitária e baseada na coleta de frutos, extração de lenha e pastagem.

Uma das consequências imediatas do reflorestamento foi a valorização das terras em decorrência da aquisição de vastas extensões pelas empresas privadas e pelo poder público para a implantação de infraestrutura. Medeiros (1992) destaca que essa valorização estimulou parte dos pequenos e médios proprietários a venderem suas terras mediante ofertas tentadoras, iludidos pela falsa possibilidade de eventual assalariamento nas áreas reflorestadas (MEDEIROS, 1992, p. 63). Essa possibilidade foi em boa parte inviabilizada pela reduzida demanda de mão de obra para a manutenção dos eucaliptais, além do intenso uso de máquinas, que reduziu a incorporação de mão de obra.

Pelo Mapa 5, também fica evidente a baixa inserção da silvicultura do eucalipto no Médio e Baixo Jequitinhonha. A explicação para esse fato talvez esteja associada ao grande aproveitamento das terras para a formação de pastagens e para a criação bovina ou mesmo para a prática da agricultura. Outra possibilidade explicativa estaria vinculada à ausência de incentivos fiscais e creditícios estatais para a ocupação desses espaços. Grande parte dos subsídios fornecidos pelo Governo Federal, por intermédio do Banco do Nordeste, concentraram-se nos municípios incluídos na “Área Mineira da SUDENE”<sup>14</sup>. Mesmo considerando que vários municípios do Médio e Baixo Jequitinhonha estão incluídos nessa categoria, notadamente os municípios do Alto Jequitinhonha beneficiaram-se mais dos incentivos fiscais.

A silvicultura do eucalipto é de longe a atividade econômica que mais implicou em transformações fundiárias e sociais profundas no Vale do Jequitinhonha. A expansão do reflorestamento substituiu gradativamente as paisagens ocupadas pelo bioma do Cerrado, áreas em geral de uso comunitário, locais de onde as comunidades se abasteciam de frutos, de lenha etc., além de manterem a criação extensiva de gado. Zhouri e Zucarelli (2010) consideram que, em resumo, os problemas gerados pela expansão da silvicultura do eucalipto

---

<sup>14</sup> Almenara, Araçuaí, Bandeira, Berilo, Cachoeira do Pajeú, Caraí, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Divisópolis, Francisco Badaró, Itinga, Jequitinhonha, Mata Verde, Medina, Monte Formoso, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Pedra Azul, Ponto dos Volantes, Rubim, Salto da Divisa e Virgem da Lapa.

são de origem fundiária, mas também relacionados ao uso dos recursos naturais locais e à desterritorialização causada por obras de infraestrutura financiadas pelo Estado.

Entre os problemas fundiários estão os processos jurídicos originados pela ocupação de áreas pertencentes às famílias que não possuíam documento de posse da terra, pois a tradição local de organização da posse da terra não exigia documento algum.

Valendo-se desse artifício, empresas como Arcelor Mittal (antiga Acesita), expandiram suas lavouras, deslocando os agricultores familiares para as vertentes íngremes dos vales fluviais. Em concomitância aos problemas fundiários, as empresas silvícolas desencadearam problemas quanto ao uso dos recursos naturais, tal como água. A ocupação das áreas de nascente pelos eucaliptais provocou a redução do volume de água disponível nos rios locais, o que se somou ao intenso assoreamento promovido pela remoção das matas ciliares, e a contaminação da água com agrotóxicos.

Outra situação crítica adveio dos empreendimentos hidrelétricos implantados no Vale do Jequitinhonha nos anos 1980 em virtude do crescimento da demanda por energia elétrica na região. Segundo Zhouri e Zucarelli (2010:222), na década de 1980 teve início uma nova frente de expansão do capital, o “Programa Novo Jequitinhonha”, responsável pela construção de 16 hidrelétricas, onze no rio Jequitinhonha e cinco no rio Araçuaí<sup>15</sup>. De todos os projetos hidrelétricos implantados no Vale do Jequitinhonha, o da Usina de Irapé foi um dos mais impactantes, pois atingiu sobremaneira os moradores do Alto Jequitinhonha.

Localizada no rio Jequitinhonha, a usina hidrelétrica de Irapé foi concluída e inaugurada no ano de 2006, com uma barragem de 205 metros, a mais alta do Brasil. O empreendimento foi responsável pela remoção de 47 comunidades ribeirinhas nos municípios de Berilo, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Turmalina, Grão Mogol, Cristália e Botumirim (MARCELA, 2010, p.60). O processo de desterritorialização promovido pela construção da usina comprometeu ainda mais a situação fundiária no Vale do Jequitinhonha, interferindo na dinâmica social e produtiva da região, com o aumento dos conflitos pela posse da terra bem como pelo acesso à água.

Os projetos hidrelétricos confirmam a perspectiva capitaneada pelo Estado de criar condições favoráveis ao crescimento econômico da região, pautado porém na apropriação do espaço rural por grandes empresas, representantes da “modernização conservadora”, e na espoliação camponesa. No caso da ocupação do espaço rural com o eucalipto, fica clara a

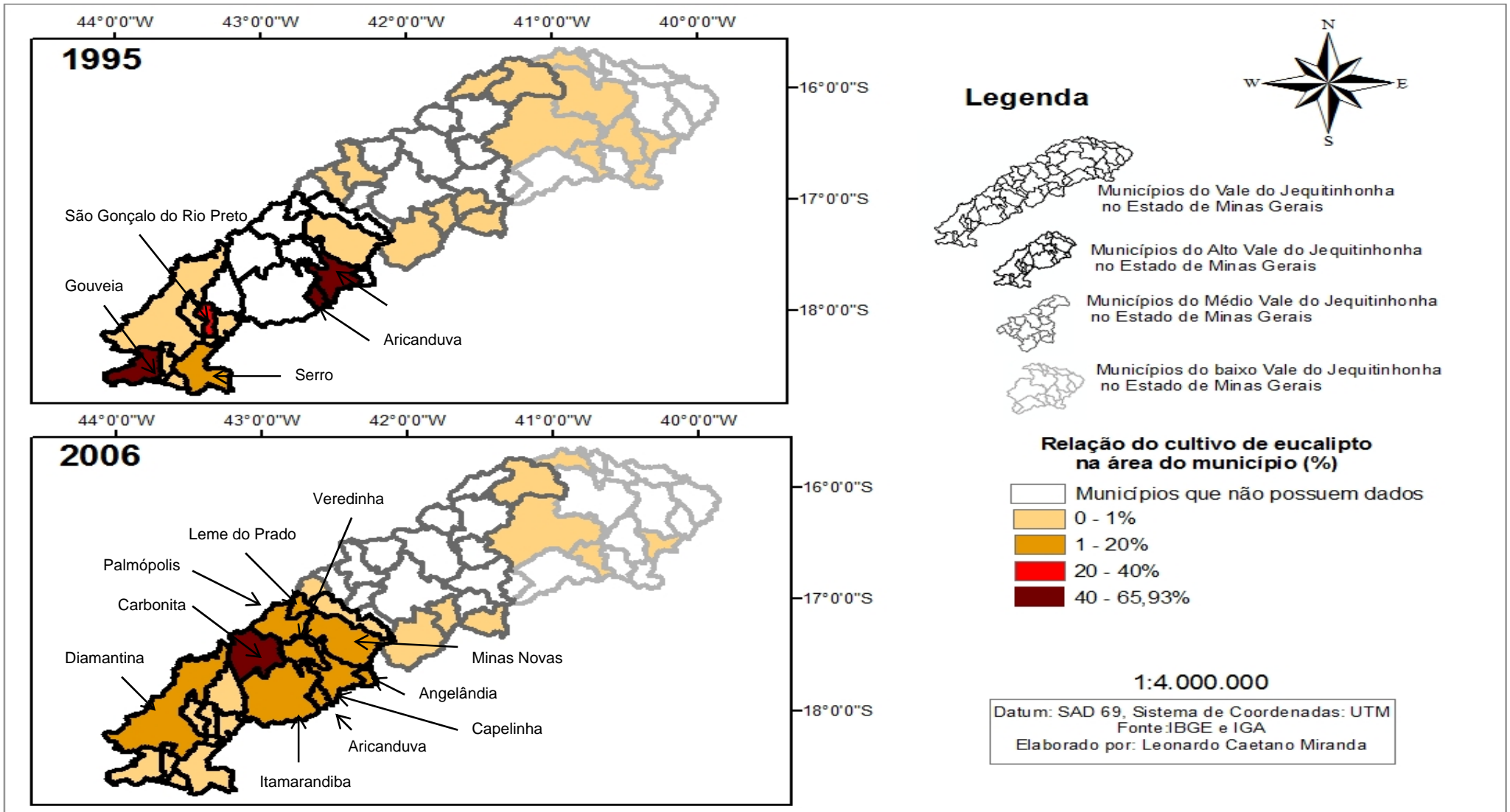
---

<sup>15</sup> Rio Jequitinhonha: Terra Branca, Peixe Cru, Irapé, Murta, Jenipapo, Jequitinhonha, Almenara, Lua Cheia, Salto da Divisa, Itapebi e Itapebi-Mirim ; rio Araçuaí: Turmalina, Santa Rita, Berilo, Ivon e Aliança.

perspectiva do Vale do Jequitinhonha como um formidável estoque de terras planas (Alto Jequitinhonha), de baixa fertilidade, em sua maioria devolutas, além da crescente demanda por carvão vegetal no polo siderúrgico a leste de Minas Gerais.

MAPA 5

ESPACIALIZAÇÃO DA SILVICULTURA DO EUCALIPTO NO VALE DO JEQUITINHONHA,  
PERCENTUAL DA ÁREA MUNICIPAL EM 1995 E 2006



### 3.5 Outras atividades econômicas presentes no Vale

A expansão das atividades comerciais do cultivo do café, da silvicultura do eucalipto e da pecuária semi-intensiva no Vale do Jequitinhonha da segunda metade do século XX em diante, implicou o aumento da demanda por terras favoráveis ao desenvolvimento dessas atividades. Em contrapartida os terrenos familiares pequenos e geralmente descontínuos deslocaram-se para áreas marginalizadas pelas empresas e grandes fazendas comerciais. Considerando-se que as transformações técnicas ocorridas no Vale ocorreram por meio de medidas estatais, principalmente a isenção fiscal e o fornecimento de crédito, os agricultores familiares, pequenos lavradores, foram destituídos de toda e qualquer possibilidades de acesso aos benefícios oferecidos pelo Estado.

Coerente com a trajetória de lavradores de toda a região dos cerrados, os agricultores locais ficaram ao largo do processo de intensificação agrícola, absorvendo apenas fragmentos dessa transformação - na maioria das vezes apenas na pecuária e nas pastagens (RIBEIRO E GALIZONI, 2000, p.168).

Essas famílias tiveram que se adaptar às mudanças na estrutura fundiária local, passaram a ocupar terras de menor extensão e de pior qualidade, limitadas geograficamente, como no caso das grotas no Alto Jequitinhonha, vales profundos intercalados com as chapadas. É nas grotas que está concentrada grande parte dos expropriados pelas lavouras comerciais. Essas famílias mesclam cultivos de frutas, plantas medicinais com culturas como o milho, feijão, mandioca, cana de açúcar e café, nos chamados quintais ou terreiros.

Apesar de limitados quanto à disponibilidade de terras, financiamentos e insumos agrícolas, os produtores familiares desenvolveram suas culturas nos interstícios das grandes lavouras, contrapondo-se à lógica mercantilista introduzida pelas lavouras comerciais na região. Ao analisar o Mapa 6, onde estão especificadas outras atividades que compõem as áreas dos municípios, é possível verificar que elas ainda são as principais fontes de ocupação de terras no Vale do Jequitinhonha.

Ainda na categoria outras atividades, enquadra-se a atividade mineradora, principalmente no Alto Jequitinhonha. Essa atividade adquiriu novos contornos na década de 1970 do século passado, em comparação à intensa extração aurífera e diamantífera no século XVIII e XIX, com a chegada de grandes companhias nacionais e internacionais de extração de pedras preciosas e ornamentais, bem como de outros minerais como o lítio e a grafita (ZHOURI, 2010 p.216). No entanto, os projetos minerários que orientaram a ocupação de alguns municípios do Vale do Jequitinhonha pautaram-se pela espoliação ambiental e também pela expropriação dos territórios de vivência.



Municípios como Itinga, Araçuaí e Pedra Azul foram palco da expansão da extração de granito, através do estabelecimento de contratos de arrendamentos de terras junto aos proprietários. Zhouri (2010, p. 242), em um estudo pormenorizado dos impactos da atividade mineradora de cunho empresarial, verificou que os danos ambientais causados pelas empresas nas localidades não eram reparados, sendo necessária a execução de medidas judiciais,

Em janeiro de 2007, por exemplo, foi aberto Inquérito Civil Público na promotoria de Araçuaí para apurar denúncia de uma moradora, a pedreira que funcionava acima de sua casa estava poluindo um rio e uma lagoa dentro da fazenda Laranjeira. Ela e seus vizinhos fazem uso desta lagoa para a dessedentação de animais. (ZHOURI, 2010, p.216).

Já em Pedra Azul, Zhouri (2010) destaca que os efeitos da atividade mineradora foram sentidos através dos danos às residências locais. A prática de explosões recorrentes nas pedreiras resultou em aspersão de poeira, além de promoverem rachaduras nas casas, assoreamento de rios pela deposição de rejeitos.

A comparação da distribuição espacial da categoria “outras atividades”, tais como a agricultura de subsistência e a mineração entre 1995 e 2006, revela duas situações: a dos municípios que passaram por uma diminuição do percentual de área ocupada e os municípios que, por outro lado, tiveram um aumento da área ocupada por outras atividades que não os cultivos empresariais.

No entanto, poucos municípios se enquadram na primeira situação, como Itamarandiba, Carbonita, Veredinha, Capelinha e Angelândia, no Alto Jequitinhonha, que apresentaram uma redução da classe percentual de ocupação das áreas municipais com outras atividades. Para o mesmo período, observou-se o aumento da participação da silvicultura do eucalipto na composição da área de Itamarandiba, Carbonita e Veredinha. Já em Capelinha e Angelândia, a redução do percentual da área ocupada por outras atividades foi seguida do aumento da participação tanto da silvicultura, quanto do café e pecuária. Em face da expansão das atividades comerciais no Vale do Jequitinhonha, foram as outras atividades econômicas as responsáveis pela maior parte da ocupação das áreas municipais. Entre 1995 e 2006 há o recrudescimento da ocupação das áreas municipais com essa categoria.

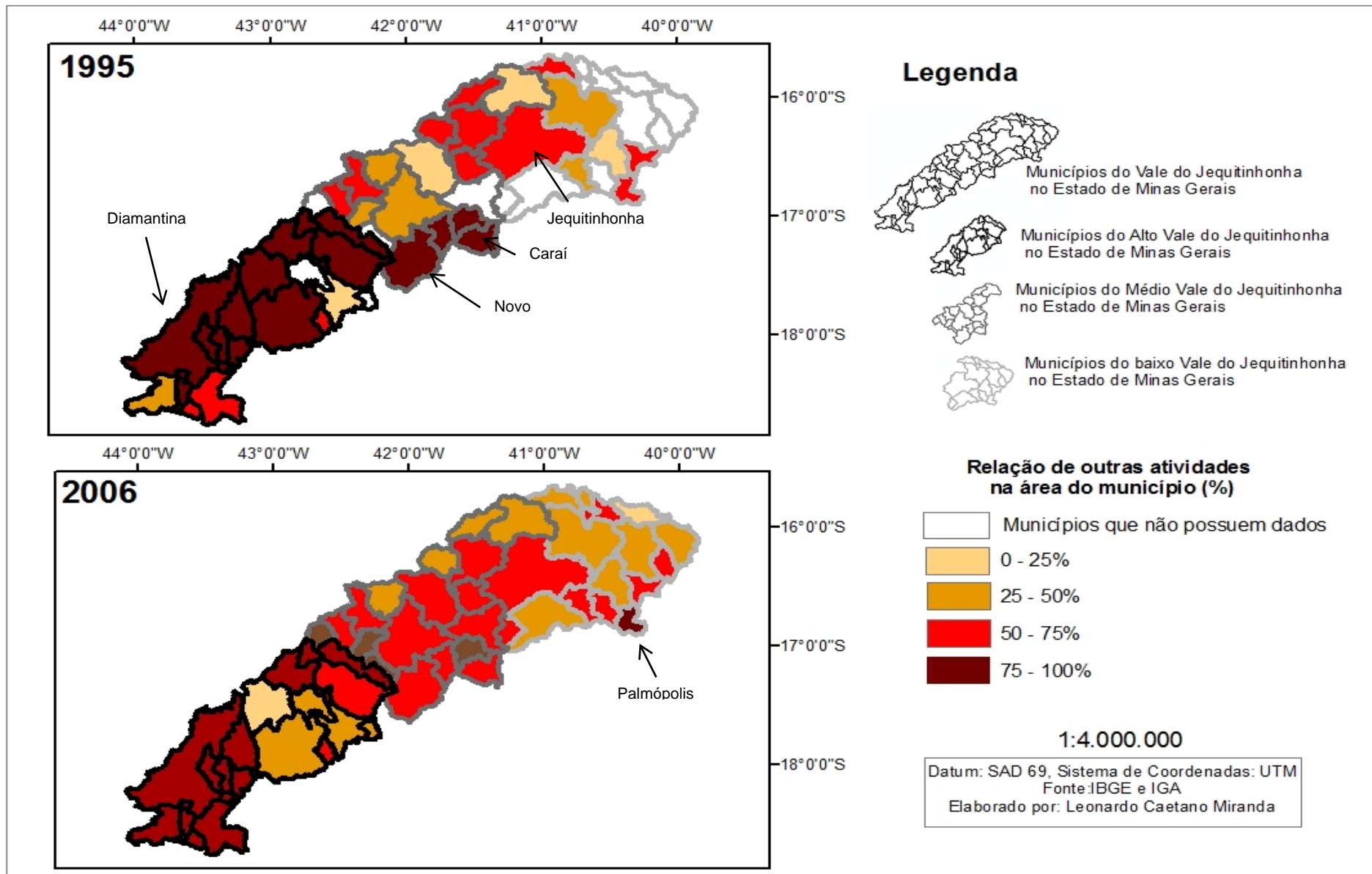
As outras atividades são aquelas que ocupam a maior área, mas não necessariamente são aquelas que geram mais renda, e também não impactam na melhora do desenvolvimento regional. Essas atividades estão distribuídas de forma homogênea nas três microrregiões do Vale do Jequitinhonha (Mapa 6). Entretanto, em uma análise comparativa entre os anos 1995 e 2006 verifica-se que no Alto Jequitinhonha houve uma redução da classe percentual de área

ocupada, principalmente nos municípios como Capelinha em que expandiu-se as lavouras de café.

No Médio Jequitinhonha, em 1995, os municípios concentraram-se na classe de 25-50%, 50-75% e 75-100% referentes ao percentual da área ocupada com as outras atividades. Esse cenário se altera em 2006, quando a grande maioria dos municípios passa a ser enquadrada na classe de 50-75%.

Já no Baixo Jequitinhonha, muitos municípios não apresentavam dados referentes à área ocupada com a categoria “outras atividades” em 1995, mas aqueles que os apresentaram se enquadraram na classe de 0-25%, 25-50% e 50-75%. Por outro lado, em 2006, com mais dados disponíveis, verificou-se uma concentração nas classes 25-50% e 50-75%, como registra o Mapa 6.

ESPAIALIZAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES NO VALE DO JEQUITINHONHA, PERCENTUAL DA ÁREA MUNICIPAL EM 1995 E 2006



### 3.6 A análise do quadro geral das atividades no Vale do Jequitinhonha

A expansão da pecuária nos anos 1960 e a introdução das lavouras de café e das áreas de reflorestamentos de eucalipto nos anos 1970 promoveram alterações profundas na organização do espaço regional no Vale do Jequitinhonha. Essas alterações estão relacionadas à apropriação empresarial da terra e à mudança no seu padrão de uso. Ambos os processos promoveram a desarticulação da propriedade familiar, bem como da produção de alimentos, atividade típica da maioria dos estabelecimentos agropecuários no Jequitinhonha até então.

Da década de 1970 em diante, a incorporação de terras por essas três atividades pautou-se no argumento da subutilização; argumento esse que subsidiou as ações dos governos federal e estadual para conceder incentivos fiscais, como forma de ocupar espaços antes ociosos. Simultaneamente, criou-se na população local uma grande expectativa quanto às possibilidades de obtenção de empregos e melhores remunerações, o que não se confirmou em razão do caráter empresarial e das especificidades de cada atividade. No caso do eucalipto, por exemplo, a mão de obra local valeu-se da grande oferta de empregos para o plantio das mudas. No entanto, entre o plantio e o corte, essa mesma mão de obra não obteve acesso aos postos de trabalho gerados inicialmente, por causa do tempo exigido para o crescimento do vegetal.

Em 1995, a pecuária, a cafeicultura e a silvicultura do eucalipto somadas ocupavam 35,7% de toda a extensão territorial do Vale do Jequitinhonha, o que representava 1.854.134 hectares. Já em 2006, as terras alocadas nessas três atividades respondiam por 40,2% de todo o Vale do Jequitinhonha, ou 2.085.035 hectares. Esse crescimento, entretanto, foi desigual entre as atividades. A cafeicultura obteve o maior crescimento entre 1995 e 2006. As lavouras se expandiram 12,5% entre um ano e outro. Curiosamente, as lavouras de café foram as que ocuparam menor proporção de terras no ano de 2006, se comparado à pecuária e à silvicultura (aproximadamente 339 km<sup>2</sup>).

Em todo o Vale, a área ocupada pela silvicultura do eucalipto cresceu apenas 1,6% entre 1995 e 2006. Ao passo que, neste ano, a área correspondente aos eucaliptais encontrava-se na casa de 1632 km<sup>2</sup>, as áreas relativas à produção cafeeira e à pecuária eram, respectivamente, de 339 km<sup>2</sup> e 18.880 km<sup>2</sup>. A elevada participação das outras atividades econômicas no Vale, a dizer as que se vinculam principalmente ao pequeno produtor e à produção de alimentos confirma a expectativa de que mesmo com o avanço das atividades empresariais de elevada incorporação de capital, são as pequenas

lavouras as responsáveis pela maior ocupação de terras do Jequitinhonha. Associada à mineração, a categoria outros ocupava uma área 30.847 km<sup>2</sup> em 2006.

Com 52 municípios, o Vale de Jequitinhonha respondeu em 2008 por aproximadamente 1,17% do PIB mineiro, com o valor de aproximadamente R\$2.874.231,000. Desse total, 15,4% foram fornecidos pela atividade agropecuária, principalmente por meio do cultivo de café, eucalipto e pela criação bovina. O café e o eucalipto se inseriram na dinâmica de modernização agrícola levada a cabo no Jequitinhonha desde os anos 1970, responsável pela desarticulação da produção familiar e pela incorporação de grandes extensões de terra, desencadeando intenso processo de concentração fundiária e expropriação. Além disso, a bovinocultura esteve presente durante toda a história do Vale e mantém até os dias atuais o baixo nível técnico, sendo destaque na economia da maioria dos municípios locais.

Considerando-se as sub-regiões isoladamente, é possível verificar que no Alto Jequitinhonha todos os municípios comportavam as três atividades, em menor ou em maior área. Todavia, essa realidade não é verificada no Médio e Baixo Jequitinhonha, regiões majoritariamente ocupadas pela bovinocultura. No caso do Médio Jequitinhonha, as condições naturais foram preponderantes na expansão da pecuária bovina, principalmente em razão da existência de salinas, mas também foram na reduzida ocupação das terras locais com a lavoura de café, pois

[...] o café é planta de clima úmido e quente, mas uma planta de “meio termo”, na expressão de Ney Strauch, não se dando bem com as secas prolongadas, os excessos de luz e calor, nem com as baixas temperaturas. As condições ideais de chuva giram em torno de 1.200 a 1.600 milímetros por ano, preferentemente com regime de duas estações [...] (caso do cerrado). [...] Quanto umidade do ar mais favorável é a que varia entre 75 e 85% oscilando as temperaturas entre 18 e 21° C. (GUIMARÃES, 1960, p.205).

O café se adaptou bem ao clima úmido e ao solo de boa qualidade do Baixo Jequitinhonha, mas, sua expansão foi contida pela expansão da pecuária. Em razão desse crescimento, ela converteu-se em importante área de comércio de gado. Das três microrregiões a que melhor se adaptou ao café foi a do Alto Jequitinhonha, cujos municípios se encontram geograficamente em áreas favoráveis à expansão desse cultivo. Nela estão as maiores altitudes de todo o Vale do Jequitinhonha, como se atesta o Mapa 3.

No tocante ao reflorestamento com eucalipto, nota-se também uma grande concentração espacial no Alto Jequitinhonha, sub-região que abriga extensas áreas de chapadas, planaltos com topos aplainados que favorecem a produção mecanizada

introduzida com a ocupação pelas grandes empresas. Em Carbonita, Alto Jequitinhonha, a ampliação dos eucaliptais significou a redução das demais atividades, com destaque para a categoria “outros”.

Comparando as áreas relativas por atividade econômica no ano de 2006, verifica-se um padrão de distribuição das atividades econômicas, à exceção da categoria outras atividades, bem distribuída em todo o território do Vale. Esse padrão está diretamente ligado às condições geográficas, no caso do Alto e Médio Jequitinhonha, e aos impulsos econômicos oriundos da Bahia, no caso do Baixo Jequitinhonha.

#### **4. INDICADORES SOCIAIS E (DES) ENVOLVIMENTO NO VALE DO JEQUITINHONHA**

Os estudos avaliativos sobre o desenvolvimento econômico de determinado contexto social, em geral, arrolam indicadores sociais e econômicos como forma de aferir elementos como pobreza, nível da renda, analfabetismo, entre outros. Depreende-se do uso dos indicadores a busca por variáveis de ordem quantitativa e qualitativa (ainda que parcial) que possibilitem a análise profícua da realidade social, e que também possam direcionar as ações políticas, por meio do planejamento.

Como recurso metodológico, os indicadores são utilizados para “quantificar ou tornar operacional um conceito social de interesse teórico ou programático (JANNUZZI, 2009, p.2)”. Além de informar o comportamento de um ou mais aspectos da realidade social, os indicadores configuram-se na pesquisa científica como elos entre a teoria social e a evidência empírica (JANNUZZI, 2009). Na escala regional, em específico no Vale do Jequitinhonha, os indicadores fomentaram por décadas, análises do quadro social e econômico da região. Essas análises presentes principalmente nos estudos de viabilidade econômica, consubstanciaram ao longo da segunda metade do século XX o “Vale das lágrimas” ou o “Vale da miséria”, imagem pejorativa que resumiria, pelos indicadores, a realidade social e econômica do Vale.

O início da construção da imagem do Vale do Jequitinhonha como espaço regional marcado pela pobreza e desigualdades, coincide com a formulação de estudos que igualavam desenvolvimento a crescimento nas décadas de 1950 e 1960, e que consideravam a renda per capita como principal instrumento de medida do nível de “desenvolvimento” de determinado espaço. No entanto, João Antônio de Paula (2011, p.36), destaca que nas décadas seguintes a consideração do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, transitará para agregação de elementos qualificativos sociais, políticos, culturais, ambientais, etc., sob pena de reducionismo inaceitável.

Com efeito, os estudos que buscavam aferir o nível de desenvolvimento de um país, região ou localidade, passaram a incorporar indicadores que viabilizassem também

análises qualitativas da realidade social. Entretanto, mesmo com o ganho teórico-metodológico, os indicadores sociais e econômicos expuseram suas fragilidades epistemológicas, principalmente por considerarem pobreza como situação na qual as necessidades de certo grupo social não são atendidas de forma adequada (ROCHA, 2003) e por definirem de forma arbitrária o que vem a ser pobreza para a realidade social em análise. Sob essa ótica, a análise do quadro regional empreendida pelos estudos que tem como objetivo viabilizar “melhorias” sociais e econômicas em uma região, não consegue captar que a ausência de riqueza monetária não necessariamente conduz a uma perspectiva fatalista de um povo sobre sua realidade. Como destaca Sen (1999, p.3), o que os formuladores de políticas sociais consideram como necessidade dos pobres “tem pouco ou nada a ver com o que os pobres concebem como necessidades que lhes são próprias”.

O presente capítulo pauta-se pela análise do Vale do Jequitinhonha e de suas microrregiões através dos indicadores demográficos e econômicos. A escolha desse caminho metodológico visa expor os vínculos entre os indicadores sobre desenvolvimento e o discurso de alguns agentes qualificados do Vale do Jequitinhonha para precisar a natureza do (des) envolvimento.

Para Jannuzzi (2009), as fragilidades dos indicadores sociais decorrem sobretudo dos problemas no nível de confiabilidade dos registros administrativos, dados brutos para a construção dos indicadores, bem como da restrição escalar desses mesmos indicadores em relação aos municípios. Outro ponto destacado por Jannuzzi (2009) relaciona-se a necessidade de construção de indicadores sociais que possibilitem o monitoramento da situação de grupos sociais vulneráveis:

No contexto de crescente focalização das políticas sociais requer-se novas informações, voltadas à identificação dos segmentos sociais desfavorecidos, para acompanhamento periódico da situação dos mesmos e dos efeitos dos programas sociais propostos (JANNUZZI, 2009, p.129).

Mesmo considerando as fragilidades de uma análise centrada nos indicadores, acredita-se que eles ainda são os instrumentos fundamentais para captar o nível de desenvolvimento de uma região em aspectos quantitativos e qualitativos. Todavia, vale o registro de que, o estudo do nível de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha não deve prescindir da realidade social, das visões dos agentes locais sobre os elementos que conferem singularidade à região. Não existe apenas uma única e singular identidade



para toda a região, pois muitos são os Vales no Jequitinhonha. Essa perspectiva fica evidente nos capítulos 2 e 3, em que foram apresentados fatos e processos históricos/econômicos que corroboraram a construção da atual configuração do Vale do Jequitinhonha.

A seleção dos indicadores demográficos e econômicos sobre o Vale do Jequitinhonha, feita nesse capítulo visa, tão somente, expor as bases da problemática aqui levantada, isto é, conduzir a alguns determinantes da realidade local, para dar consistência à análise das dicotomias ali presentes, estagnação/dinamismo, pobreza/riqueza, modernidade/atraso, campo/cidade, familiar/empresarial, entre outras.

Na linha de exposição dos indicadores utilizados aqui, a opção inicial incidiu sobre a caracterização demográfica considerando o crescimento demográfico, a fecundidade, a mortalidade infantil e as migrações; essa caracterização foi seguida pela análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mesmo com limitações, significou um grande avanço nos estudos de desenvolvimento, por substituir o critério de renda per capita<sup>16</sup>. Posterior à construção do quadro demográfico e do nível de desenvolvimento humano, o foco recaiu sobre os indicadores econômicos vinculados ao nível de emprego e renda.

Os estudos populacionais sobre determinado território lançam mão de indicadores demográficos para dar conta da estrutura e dos componentes da dinâmica das populações humanas: a fecundidade, a mortalidade e as migrações. Breve registro da dinâmica demográfica da mesorregião do Jequitinhonha, das alterações sofridas pelas variáveis demográficas básicas e de suas consequências sobre o tamanho e estrutura populacional é que o se fará na sequência.

Segundo Jannuzzi (2009), os indicadores sociais podem ser classificados em descritivos ou normativos. Os primeiros somente “descrevem” características e aspectos da realidade empírica, e são fortemente dotados de significados valorativos, ao passo que os indicadores normativos, em contrapartida são resultado de juízos de valor ou critérios normativos que dizem respeito à dimensão social (JANNUZZI, 2009, p.21).

---

<sup>16</sup> Considera-se que a renda percapita ainda é um importante elemento de avaliação do nível de desenvolvimento, mas que apresenta maiores limitações do que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por contemplar apenas uma a variável: a econômica.

Outra classificação possível está relacionada com a complexidade metodológica em sua elaboração. Assim, podemos identificar indicadores simples, os que se referem a uma estatística social e específica, ou compostos, quando dizem respeito à aglutinação de um ou mais indicadores simples.

#### **4.1 A caracterização demográfica do Vale do Jequitinhonha**

A taxa de crescimento demográfico é um indicador intrinsecamente ligado à taxa de natalidade e mortalidade, mas também às migrações. O cálculo desse crescimento tem importante aplicação na formulação de políticas públicas, uma vez que “permite estimar a taxa de expansão requerida dos diversos serviços e equipamentos sociais a serem disponibilizados à população em geral” (JANNUZZI, 2009, p. 69).

De acordo com os dados estatísticos (TAB 6), a região do Jequitinhonha apresentou crescimento médio anual, em geral, abaixo de 1%, com destaque para período 1920/1940, em que o Vale comportou um crescimento negativo de -0,5%; já o Estado, no mesmo período, respondeu por um crescimento positivo de 0,8%. A exceção referente a esse baixo crescimento anual é observada no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1950, em que a região cresceu 2,2% e 1,1% respectivamente, o que coincide com a elevação da fecundidade no Brasil na década de 1950.

TABELA 6

**TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO DO RESTANTE DE MINAS GERAIS E DA REGIÃO DO JEQUITINHONHA, TOTAIS POPULACIONAIS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA REGIÃO DO JEQUITINHONHA NO PERÍODO DE 1920-1996**

Ano	Taxa de Crescimento Anual (%)		Total da População	
	Restante de Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha	Restante de Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha
1920	-	-	5.308.311	579.863
1940	0,8	-0,5	6.209.759	526.647
1950	1,3	2,2	7.063.521	654.271
1960	2,4	1,1	8.968.010	730.108
1970	1,8	0,8	10.693.486	793.929
1980	1,6	0,3	12.559.171	819.382
1991	1,5	0,8	14.844.511	898.641

FONTE: IBGE. Dados censitários. Apud: NUNES, Marcos Antônio. Estruturação e reestruturações territoriais da região do Jequitinhonha em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001.

Saldos migratórios negativos contribuíram para a tendência populacional declinante da mesorregião do Jequitinhonha que se observa na composição de dados exibida pela TAB 7: a participação relativa da população da mesorregião do Jequitinhonha em comparação com a população estadual caiu de 4,2%, em 1991, para 3,8%, em 2000, e para 3,6%, em 2010. A evolução das taxas de crescimento populacional reforça a flutuação descendente exibida pelos percentuais referentes à participação do Vale do Jequitinhonha na população estadual: ao passo que para Minas a taxa de crescimento foi de aproximadamente 1,4% ao ano, para o Jequitinhonha, essa taxa foi 0,3% na mesma década, o que se manteve na década seguinte.

TABELA 7

**POPULAÇÃO RESIDENTE POR MESORREGIÕES DE  
MINAS GERAIS, 1991-2010**

MESORREGIÃO		População Absoluta			Taxa de Crescimento (%)	
		1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
I	Campo das Vertentes	464.983	511.571	554.354	1,1	0,8
II	Central Mineira	348.315	380.992	412.712	1,0	0,8
III	Jequitinhonha	658.238	678.872	699.413	0,3	0,3
IV	Metropolitana de Belo Horizonte	4.620.624	5.587.808	6.236.117	2,1	1,1
V	Noroeste de Minas	305.285	334.509	366.418	1,0	0,9
VI	Norte de Minas	1.359.049	1.492.715	1.610.413	1,0	0,8
VII	Oeste de Minas	726.059	839.104	955.030	1,6	1,3
VIII	Sul/Sudoeste de Minas	1.961.401	2.250.178	2.438.611	1,5	0,8
XIX	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1.595.648	1.869.886	2.144.482	1,8	1,4
X	Vale do Mucuri	394.988	380.735	385.413	-0,4	0,1
XI	Vale do Rio Doce	1.461.404	1.534.268	1.620.993	0,5	0,6
XII	Zona da Mata	1.847.158	2.030.856	2.173.374	1,1	0,7
<b>Minas Gerais</b>		<b>15.743.152</b>	<b>17.891.494</b>	<b>19.597.330</b>	<b>1,4</b>	<b>0,9</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

Houve, no Vale Jequitinhonha, uma redução da fecundidade: de acordo com dados do Censo, entre 1991 e 2000, a taxa de fecundidade total passou de 4,6 para 3,3 filhos por mulher. Todavia, esse nível de fecundidade é elevado, o que se deve ao fato de que grande parte da população do Vale do Jequitinhonha reside no campo, em contraste com a tendência do restante do estado e também do país. Segundos dados obtidos dos três últimos censos demográficos (ANEXO 8), em 2000, 43,7% da população do Jequitinhonha residia em áreas rurais, enquanto os 56,2% restantes em áreas urbanas. Em comparação com as demais mesorregiões do estado, o Jequitinhonha possui o maior percentual de população rural e, por conseguinte, a menor taxa de urbanização.

No ano de 2010, observou-se uma ligeira elevação da taxa de urbanização e redução do percentual de população rural. No entanto, os indicadores sobre situação domiciliar no Jequitinhonha corroboram o *modus vivendi* marcadamente rural dessa região de Minas Gerais, onde se destacam as atividades do setor primário da economia, primordialmente agropecuária, em relação ao setor industrial e de serviços. Ao contrário da predominância do setor terciário em Minas, no Vale, a importância do setor primário, no tocante à ocupação das pessoas de 10 anos ou mais no ano 2000, relaciona-se à predominância da população rural na região

Não obstante, a taxa de mortalidade infantil, importante indicador das condições gerais de vida e saúde, utilizada de forma recorrente na avaliação do nível de desenvolvimento de uma região ou segmento populacional, ainda é muito elevada no Vale do Jequitinhonha. Em 1991, aproximadamente 48 ‰ das crianças nascidas no Jequitinhonha não completavam um ano de idade. Mesmo com a redução desse valor para 43,9‰ nascidos vivos em 2000, a desigualdade em relação aos valores apresentados para o estado de Minas Gerais no mesmo período é alarmante, como pode ser observado na Tabela 8. Apesar de elevada em números absolutos, a redução da taxa de mortalidade infantil (TMI) no Jequitinhonha para o período considerado seguiu a mesma tendência apresentada por Minas Gerais e pelo Brasil<sup>17</sup>, fruto da melhoria das condições sanitárias como esgotamento e água tratada, aliado a programas governamentais de ampliação do acesso à saúde pública na região.

Essa melhoria repercutiu na elevação da esperança de vida, entre 1991 e 2000, que obteve um crescimento de 4%, ou três anos. Contudo, embora as condições sanitárias e de acesso à saúde tenham melhorado, a esperança de vida no Vale no ano 2000 foi 3 anos inferior à do estado (TAB.8), o que aponta para a persistente precariedade das condições gerais de saúde, e elevada mortalidade infantil.

---

<sup>17</sup> Segundo o Ministério da Saúde, de 1990 a 2007 a taxa de mortalidade infantil (TMI) no Brasil apresentou tendência de queda, passando de 47,1/1000 nascidos vivos em 1990 para 19,3/1000 em 2007 (Figura 1), com uma redução média de 59,0%.

**TABELA 8**  
**SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS – MINAS GERAIS/VALE DO JEQUITINHONHA**

<b>Minas Gerais</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Taxa de analfabetismo (população de 15 anos ou mais)	26,39	18,22
Anos médios de estudo (população de 25 a 64 anos)	3	4
Índice de Desenvolvimento Humano	0,632	0,719
Taxa de mortalidade infantil (por mil)	39,16	31,13
Esperança de vida ao nascer	65	70
Taxa de Fecundidade	2,69	2,23
<b>Vale do Jequitinhonha</b>		
Taxa de analfabetismo (população de 15 anos ou mais)	40,99	28,6
Anos médios de estudo (população de 25 a 64 anos)	3	4
Índice de Desenvolvimento Humano	0,554	0,650
Taxa de mortalidade infantil (por mil)	48,15	43,9
Esperança de vida ao nascer	63	66
Taxa de Fecundidade	4,7	3,3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Em virtude da combinação entre pequena oferta de trabalho e a redução do volume de terras disponíveis para agricultura, dada a incorporação de grande parte delas pelas atividades empresariais, é notável a intensa emigração no Vale do Jequitinhonha. . Esses fluxos migratórios são sazonais, quando parte da população direciona-se para outras regiões do estado ou mesmo do Sudeste. Esse elemento chave para compreensão da gênese populacional do Jequitinhonha pode ser captado pela análise dos saldos migratórios e pelo exame do crescimento demográfico médio anual apresentado pela mesorregião, em relação às demais mesorregiões do estado.

A história de ocupação e povoamento do Jequitinhonha é permeada por eventos desencadeadores das migrações. Os primeiros registros da descoberta de ouro e diamantes na Serra do Espinhaço atraíram aventureiros de todas as partes da colônia. Dessa forma, entre os séculos XVII e XVIII, em cidades como Serro Frio, atual Serro, e Tijuco, atual Diamantina, verificou-se um rápido crescimento populacional. Por sua vez, no século XIX a decadência econômica originada pela crise da atividade mineradora na região do alto Jequitinhonha motivou a intensificação da emigração para o médio e baixo Vale, assim como para a região do Vale do Mucuri.

Segundo Ribeiro e Galizoni (2000), ao final do século XIX tiveram início as migrações sazonais em direção às matas – “mata do Mucuri e mata de Ponte Nova”, atual Zona da Mata Mineira (2000, p.165). Ainda segundo os autores, coube à população proveniente do Vale a substituição da mão de obra escrava da Zona da Mata, em sua maioria ocupada nas lavouras de café, principalmente na região do Mucuri, que tinha no município de Teófilo Otoni o seu principal centro econômico.

Já no início do século XX o fluxo migratório estende-se rumo ao Oeste Paulista, como observam Ribeiro e Galizoni (2000):

Esse lugar também impreciso, ao Sul, que inclui São Paulo, propriamente, e mais o Norte do Paraná, Sul e Triângulo de Minas, Mato Grosso, Goiás – labutavam em praticamente todas as frentes rurais do Brasil no século XX. Manuel Esteves (migrante oriundo do Vale) relata que no começo do século XX migrantes voltavam de São Paulo com relógio e guarda-chuva. Eram os chamados [...] “comboios” que saíam do “Norte” para a Zona da Mata e São Paulo.

O estigma da forte emigração perpassou todo o século XX. Durante muitas décadas a região parecia estar fadada ao esvaziamento demográfico (MATOS, 2010, p.98). Todavia, Matos (2010) destaca que, mesmo com o cenário de intensa saída de pessoas, a região sempre manteve um crescimento vegetativo, em razão do elevado número de filhos por família. Como registra a TAB 9, a emigração permanece inalterada nas décadas posteriores.

Análise dos dados referentes às migrações no período 1975/2000 revela que o movimento migratório entre o agregado de municípios pertencentes a cada microrregião com os municípios externos a elas passou por intensas modificações. O exame dos saldos migratórios permite verificar que nos 25 anos em análise, as três sub-regiões do Vale apresentaram saldos migratórios negativos que, todavia, admitiram queda ao longo do período 1975/2000

TABELA 9

**ESTIMATIVAS DE MIGRAÇÃO INTERNA PARA AS MICRORREGIÕES DO VALE DO JEQUITINHONHA NOS QUINQUÊNIO 1975/1980, 1986/1991 E 1995/2000**

<b>Período</b>	<b>Emigrantes</b>	<b>Imigrantes</b>	<b>Saldo Migratório</b>
<b>Baixo Jequitinhonha</b>			
<b>1995/2000</b>	16.540	7.079	-9.461
<b>1986/1991</b>	18.247	6.124	-12.123
<b>1975/1980</b>	48.729	8.554	-40.175
<b>Médio Jequitinhonha</b>			
<b>1995/2000</b>	25.884	9.125	-16.759
<b>1986/1991</b>	25.088	6.755	-18.333
<b>1975/1980</b>	46.423	10.619	-35.804
<b>Alto Jequitinhonha</b>			
<b>1995/2000</b>	22.665	8.231	-14.434
<b>1986/1991</b>	18.023	7.659	-10.364
<b>1975/1980</b>	36.646	9.878	-26.768

Fonte: Laboratório de Estudos Territoriais. Leste/Geografia- IGC/UFGM. APUD: MATOS, Ralfo. GARCIA, Ricardo Alexandrino. A população do Vale do Jequitinhonha. 2010.

#### **4.2 Os indicadores socioeconômicos**

Os indicadores socioeconômicos servem ao propósito de traduzir o comportamento, as tendências das diferentes variáveis e fenômenos sociais/econômicos de um país, região ou estado. Entre os indicadores disponíveis nos dias atuais, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma das principais referências no que concerne à avaliação do nível de desenvolvimento de um país. Para essa função, o IDH se vale da aglutinação de indicadores simples relacionados à saúde, educação e renda. (JANNUZZI, 2009, p. 121).

No entanto, ainda que esse indicador consiga abarcar múltiplas faces da realidade social, ele “costuma incorrer em perda crescente de proximidade entre conceito e medida e de transparência para os seus potenciais usuários”, pois suas variáveis são resultantes de processos sociais complexos” (JANNUZZI, 2009, p.22). Mesmo assim, o IDH é sem dúvida uma das medidas de grande valia na caracterização geral das condições gerais de bem-estar, de vida ou nível socioeconômico dos grupos sociais.



Em 1991 a mesorregião do Jequitinhonha alcançou o IDH de 0,554, contra 0,650 em 2000. O crescimento apresentado, no entanto, ainda deixa a desejar quando comparado ao estado, principalmente no tocante à educação. Em 1991, aproximadamente metade da população local não se encontrava apta a ler ou escrever bilhetes simples, o que representava um universo de 329.119 pessoas analfabetas. Por sua vez, no ano 2000, o analfabetismo foi reduzido substancialmente, mas ainda permaneceu muito aquém do valor obtido por Minas Gerais. O tempo médio de estudos da população entre 25 e 64 anos, permaneceu o mesmo do estado, mas também muito aquém quando comparado a outras mesorregiões.

Outro indicador utilizado na elaboração do IDH, a esperança de vida ao nascer, permite a avaliação das condições de saúde da população, bem como revela os riscos diferenciais de mortalidade entre homens e mulheres (JANUZZI,2009, p.74). Entre 1991 e 2000, a esperança de vida no Vale do Jequitinhonha foi acrescida de três anos, passou de 63 para 66 anos, valores inferiores aos do país e do estado de Minas Gerais, para o mesmo período.

Quanto à renda per capita média verificou-se no Vale do Jequitinhonha um crescimento de 38,4% entre 1991 a 2000 (TAB 10) e em Minas Gerais o crescimento foi de 42,8% no mesmo período. De acordo com dados censitários, a renda per capita média no Vale foi de R\$76,56 em 1991 e passou para R\$105,98 no ano 2000, ao passo que no estado os valores foram de R\$193,60 em 1991 e R\$276,60 em 2000.

Ainda no período 1991 a 2000, a desigualdade de renda no Vale do Jequitinhonha elevou-se, o que se observa por meio do Coeficiente de Gini: de 0,55 em 1991 esse coeficiente passou a 0,60 em 2000, No caso mineiro, vale o registro de que não houve, para o mesmo período, um aumento da concentração de renda, pois o Coeficiente de Gini não sofreu alteração.

TABELA 10

**RENDA PER CAPITA MÉDIA (R\$) E COEFICIENTE DE GINI – MINAS GERAIS E VALE DO JEQUITINHONHA**

Unidade	Renda per capita média (R\$)		Coeficiente de Gini	
	1991	2000	1991	2000
Minas Gerais	193,60	276,60	0,61	0,61
Vale do Jequitinhonha	76,56	105,98	0,55	0,60

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censos Demográficos 1991 e 2000 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

O período 1991-2000 foi marcado pelo contraste entre aumento do Produto Interno Bruto (PIB), mesmo que modesto, e a piora na distribuição da renda, ainda que a renda per capita média tenha se elevado aproximadamente 38,5% na região do Jequitinhonha. A relação de pessoas pobres ou indigentes sofreu redução de 10,8% ao longo dos nove anos, representando no ano 2000 o universo de 429 mil e 390 pessoas.

Em relação às demais mesorregiões, o Vale do Jequitinhonha respondeu pelos maiores valores de pobreza ou indigência do estado. Apesar do decréscimo no número de pobres, o Vale mostrou redução inferior à apresentada pelo estado, cuja redução foi de 13,5% (TAB 11).

TABELA 11

**PROPORÇÃO DE POBRES (%) POR MESORREGIÃO MINEIRA E NO ESTADO EM 1991 e 2000**

Mesorregião		1991	2000
I	Campo das Vertentes	47,66	30,68
II	Central Mineira	47,7	31,12
III	Jequitinhonha	73,53	63,25
IV	Metropolitana de Belo Horizonte	30,80	22,85
V	Noroeste de Minas	53,38	37,48
VI	Norte de Minas	69,48	58,04
VII	Oeste de Minas	39,69	19,76
VIII	Sul/Sudoeste de Minas	36,24	20,31
XIX	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	26,91	17,57
X	Vale do Mucuri	68,12	55,43
XI	Vale do Rio Doce	55,21	40,08
XII	Zona da Mata	49,02	30,25
Minas Gerais		43,27	29,77

Fonte: IPEADATA, <http://www.ipeadata.gov.br/>, acessado em 20/03/2012.

Considerada em conjunto, a economia brasileira parece ter alcançado uma taxa relativamente alta de crescimento econômico na década de 2000, crescimento este alicerçado também pela expansão produtiva observada no estado de Minas Gerais. Todavia, simultaneamente ao aumento da renda nacional e estadual ocorreram significativas mudanças na organização do trabalho, como o aumento do desemprego promovido pela modernização e flexibilização produtiva, que propiciaram a ascensão do trabalho precário<sup>18</sup> e da informalidade.

O desemprego<sup>19</sup>, situação de ociosidade involuntária em que se encontram pessoas que constituem a força de trabalho de uma nação, região ou território

<sup>18</sup> **Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário:** pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás (FJP:6).

<sup>19</sup> Segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), entende-se como desemprego total, a proporção da população economicamente ativa (PEA) que se encontra em situação de desemprego aberto ou oculto (FJP, 2012). Por conseguinte a taxa de desemprego consiste no percentual de desempregados obtido da relação entre o número absoluto de desempregados e ocupados da PEA.

(SANDRONI, 168), expressa-se no Vale do Jequitinhonha primordialmente no campo, e cria condições para a existência da migração rural-urbana, como também rural-rural, tipicamente sazonal, cuja motivação central associa-se a aspectos naturais, como a reduzida pluviosidade e fertilidade dos solos, como também a limitação geográfica imposta pela monocultura do eucalipto principalmente.

Em 2000, o universo da população economicamente ativa do Vale do Jequitinhonha era de 279.454 pessoas, sendo 238.671 consideradas efetivamente ocupadas, ao passo que o restante 40.783 (14,59% da PEA) desocupadas ou desempregadas. A taxa de desemprego na mesorregião mostrou-se ligeiramente acima do valor obtido por Minas Gerais no mesmo ano, 14,59% frente aos 14,18% do estado (TAB 12).

TABELA 12

**SÍNTESE DOS INDICADORES ECONÔMICOS MINAS GERAIS E VALE DO JEQUITINHONHA ANO 2000**

Indicadores	Unidade	
	Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha
Assalariados	5.058.328	140.369
Taxa de Assalariamento (%)	70,71	58,81
População Ocupada	7.153.508	238.671
PEA	8.335.782	279.454
População com nível superior	538.901	5.603
% da PEA com nível superior	6,46	2,00

Fonte: Fonte: IBGE. Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2012. Dados trabalhados pelo autor.

Por conseguinte, do total de ocupados no ano 2000, o número de empregados assalariados no Vale do Jequitinhonha foi de 140.369 pessoas. Dessa forma, a taxa de assalariamento para a região, que é obtida por meio da relação entre o número de pessoas assalariadas e o total da população ocupada, foi de 58,81%, o que significa dizer que 41,19% do restante de ocupados encontravam-se em outra situação de remuneração.

A taxa de ocupação, ou a proporção de pessoas com 10 anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, tanto ocupadas, quanto desocupadas ou desempregadas, foi de 52,71% para a região do Jequitinhonha considerando o ano 2000, valor 4,36% menor do que o de Minas Gerais. O número de empregos gerados foi 47%

menor do que o número de pessoas com 10 anos ou mais ingressadas no mercado de trabalho (TAB 9). Esse dado é confirmado por meio da análise do número de pessoas que procuravam algum tipo de ocupação no ano 2000, um montante de 14,59% da população economicamente ativa.

Concomitante à baixa geração de postos de trabalho, o nível de escolaridade da população ocupada corrobora para a situação de baixa remuneração: em 2000, apenas 2% do total da população economicamente ativa, 5.603 pessoas, dispunham do ensino superior completo, contra aproximadamente 6% no estado.

A constatação da baixa escolaridade da população participante da PEA confirma o baixo investimento público no setor educacional para a mesorregião. Essa situação associada ao elevado analfabetismo dão conta da grave situação do ensino no Vale do Jequitinhonha. Salienta-se que os dados são anteriores à criação do campus da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, ocorrida no início de 2010, no município de Diamantina.

### **4.3 O Alto Jequitinhonha**

Permeada por elementos históricos fundamentais à compreensão de sua configuração socioespacial, a microrregião do Alto Jequitinhonha é marcada pela ascensão e queda da atividade mineradora, vigente nos séculos XVIII e XIX. Ao longo do século XX, principalmente desde a de 1950, a região do vale do rio Araçuaí, e a calha alta do rio Jequitinhonha, ou Alto Jequitinhonha, foi palco de intensa migração, ou mais precisamente pela migração sazonal ou definitiva, desencadeada pelas condições de produção ali existentes, pelo meio ambiente e sua capacidade de suporte, pela sustentabilidade da exploração e pela reprodução da população (RIBEIRO E GALIZONI, 2000).

No intervalo entre 1991 e 2000, nove dos 19 municípios que compõem essa microrregião registravam taxa negativa de crescimento demográfico anual (TAB 13): Chapada do Norte, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouvêa, Leme do Prado, Presidente Kubitschek, Senador Modestino Gonçalves e Serro, município que expôs o maior decréscimo populacional. Nos demais municípios do Alto Jequitinhonha, foram verificadas taxas de crescimento demográfico positivas ainda que modestas. Essa informação corrobora o estigma emigratório presente no Alto

Jequitinhonha atenuado de certa forma pela elevada fecundidade: em 1991, ela foi 4,8 filhos por mulher em idade reprodutiva, e em 2000 de 3,5.

Entre os municípios mais populosos figuram os que possuíam algum brilho no passado, cuja importância histórica remete aos séculos XVIII, XIX e XX, como Diamantina, Serro, Minas Novas, Itamarandiba e Capelinha. No geral, o restante do contingente populacional encontra-se distribuído de forma homogênea entre os municípios que integram a microrregião.

Os dados municipais indicam que em 1991 pouco mais da metade dos habitantes da microrregião do Alto Jequitinhonha estava em áreas rurais. A situação se inverte no ano 2000, em que há um aumento expressivo do contingente populacional nas áreas urbanas. Visto que algumas medidas de melhoria da infraestrutura básica foram implantadas pelo poder público, como a construção da usina de Irapé, além de programas de expansão de recursos hídricos e o programa Bolsa Família, poder-se-ia concluir que a longa trajetória de êxodo rural se estancaria (MATOS, 2010, p.102), o que não se confirmou.

TABELA 13

**POPULAÇÃO ABSOLUTA E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%) POR MUNICÍPIO DO ALTO JEQUITINHONHA NOS ANOS DE 1991, 2000 e 2010**

Municípios	1991		2000		2010		Taxa de crescimento anual (%)	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	1991-2000	2000-2010
Angelândia	-	-	7.468	2,91	8.003	3,00	-	0,69
Aricanduva	-	-	4.255	1,66	4.770	1,79	-	1,15
Capelinha	30.338	12,60	31.231	12,18	34.803	13,04	0,32	1,09
Carbonita	8.195	3,40	8.967	3,50	9.148	3,43	1,01	0,2
Chapada do Norte	15.790	6,56	15.225	5,94	15.189	5,69	-0,4	-0,02
Couto de Magalhães de Minas	4.012	1,67	4.007	1,56	4.204	1,58	-0,01	0,48
Datas	4.702	1,95	5.040	1,97	5.211	1,95	0,77	0,33
Diamantina	44.299	18,40	44.259	17,26	45.880	17,19	-0,01	0,36
Felício dos Santos	5.802	2,41	5.729	2,23	5.142	1,93	-0,14	-1,08
Gouvêa	2.996	1,24	2.963	1,16	3.056	1,15	-0,12	0,31
Itamarandiba	11.457	4,76	12.004	4,68	11.681	4,38	0,52	-0,27
Leme do Prado	32.506	13,50	29.400	11,46	32.175	12,06	-1,11	0,91
Minas Novas	-	-	4.736	1,85	4.804	1,80	-	0,14
Presidente Kubitschek	33.631	13,97	31.134	12,14	30.794	11,54	-0,85	-0,11
São Gonçalo do Rio Preto	2.932	1,22	2.951	1,15	2.959	1,11	0,07	0,03
Senador Modestino Gonçalves	5.309	2,21	5.190	2,02	4.574	1,71	-0,25	-1,26
Serro	19.341	8,03	21.012	8,19	20.835	7,81	0,92	-0,08
Turmalina	19.409	8,06	15.655	6,10	18.055	6,77	-2,36	1,44
Veredinha	-	-	5.257	2,05	5.549	2,08	-	0,54
<b>Total</b>	<b>240.719</b>	<b>100</b>	<b>256.483</b>	<b>100</b>	<b>266.832</b>	<b>100</b>	<b>0,71</b>	<b>0,4</b>

Fonte: IBGE. Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2012. Dados trabalhados pelo auto55.

Dados mais recentes obtidos por meio do Censo 2010 revelam um aumento ainda mais expressivo da população urbana no Alto Jequitinhonha. Dos municípios integrantes da microrregião, Couto de Magalhães de Minas foi o que exibiu maior taxa de urbanização, 91,22% (ANEXO 8). O percentual elevado chama a atenção pelo fato de que o município não possui população total muito grande. Ademais, essa constatação permite a indagação: a que se deve tamanha taxa de urbanização? Uma possível resposta relaciona-se com a decadência da atividade campesina, a pouca expressão da produção agrícola, não só de Couto de Magalhães de Minas, mas também dos demais municípios de reduzida população.

Cabe destacar que no Alto Jequitinhonha a elevação do êxodo rural está relacionada ao aumento da concentração de terras, oriundo da introdução da monocultura do eucalipto nas chapadas, anteriormente de uso comum por famílias e comunidades locais. Segundo Ribeiro e Galizoni (2000), o plantio empresarial implicou em expropriação e grilagem de terras comunais, além de ter exercido grande impacto sobre o meio ambiente, através da descaracterização da paisagem local.

Outro elemento central na análise do quadro demográfico é a mortalidade infantil. Entre 1991 e 2000 o número de óbitos entre nascidos vivos no Alto Vale sofreu redução de aproximadamente 10 % (TAB 14), passando de 44,2 para 39,8 mil crianças. Essa redução da taxa de mortalidade infantil (TMI) acompanhou a tendência da mesorregião do Jequitinhonha e do estado.

**TABELA 14**

**SÍNTESE INDICADORES SÓCIO-DEMOGRÁFICOS NO ALTO  
JEQUITINHOHA, 1991-2000**

<b>Indicadores</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2000/1991</b>
Taxa de analfabetismo (população de 15 anos ou mais)	34,83	24,24	0,69
Anos médios de estudo (população de 25 a 64 anos)	2,92	4,06	1,39
Índice de Desenvolvimento Humano	0,581	0,671	1,15
Taxa de mortalidade infantil (por mil)	44,2	39,8	0,9
Esperança de vida ao nascer	64	67	1,05
Fecundidade	4,8	3,5	0,75

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.



Como explicitado na descrição demográfica geral do Vale do Jequitinhonha, a redução da taxa de mortalidade infantil (TMI) associa-se, primordialmente, à redução da fecundidade e também à melhoria das condições gerais de vida. Esse último quesito elevou-se ao longo dos nove anos considerados. Em 1991 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de 0,581, baixo IDH, fruto da reduzida escolaridade, da baixa esperança de vida, e do reduzido valor da renda per capita média.

A realidade do ano 2000 revelou uma ligeira elevação do IDH, 0,671, fato esse atribuído ao aumento do número médio de anos de vida ao nascer, que se elevou em três anos no período considerado, passando de 64 para 67 anos. A ascensão do IDH geral foi acompanhada pela redução do analfabetismo e aumento do número de anos de estudo entre a população de 25 a 64 anos (TAB 14).

Ademais, o estudo dos níveis de emprego e renda leva em consideração elementos essenciais para a compreensão da realidade econômica de uma região. Dessa forma, há de se esperar que, no Alto Jequitinhonha, a grande expressividade histórica e econômica do passado e as mudanças mais recentes na configuração produtiva local, tais como a introdução da silvicultura de eucalipto, a expansão das lavouras de café e o turismo, tenham reflexos no mercado de trabalho local.

Por abrigar municípios de grande relevância histórica e econômica, como Diamantina, Capelinha, Serro e Minas Novas, e também por ser a mais populosa das microrregiões do Vale, o Alto Jequitinhonha possui mercado de trabalho mais dinâmico do que as demais microrregiões.

Entretanto, das 196.846 mil pessoas com mais de 10 anos no ano 2000, ou seja, em idade ativa, apenas 109.350 mil pessoas (44,45%) participavam do mercado de trabalho. Dessas, 96.263 mil pessoas encontravam-se efetivamente ocupadas, ao passo que as 13.087 mil pessoas restantes em situação de desocupação e a procura de emprego, o que representa uma taxa de desemprego de 11,50%.

Quando analisada a situação de ocupação da população do Alto Jequitinhonha em 2000, conclui-se que o desemprego é sim um grande entrave ao desenvolvimento da região. Todavia, o nível de desemprego atribuído à microrregião não se distancia muito

dos valores observados para todo o Vale do Jequitinhonha e para o estado de Minas Gerais: 14,18% e 14,59%, respectivamente.

Além disso, quando a análise se volta para distribuição municipal do percentual de desemprego nessa microrregião, tem-se a real dimensão da situação de desocupação local. Três dos cinco municípios que evidenciaram elevado desemprego possuíam pequena população, não ultrapassando 6.000 mil habitantes: Datas, Couto de Magalhães de Minas e Veredinha, como registra a Tabela 15.

TABELA 15

**SÍNTESE DOS INDICADORES RELACIONADOS A OCUPAÇÃO NO ANO  
2000 NO ALTO JEQUITINHONHA**

<b>Municípios</b>	<b>Pop. com 10 anos ou mais</b>	<b>Pop. Ocupada</b>	<b>PEA</b>	<b>Taxa de Desemprego (%)</b>
Angelândia	5.371	3.150	3.269	3,64
Aricanduva	3.237	2.161	2.199	1,73
Capelinha	23.579	13.698	14.803	7,46
Carbonita	6.996	3.228	3.751	13,94
Chapada do Norte	11.436	5.602	6.026	7,04
Couto de Magalhães de Minas	3.104	1.477	1.731	14,67
Datas	3.905	1.448	1.865	22,36
Diamantina	35.095	16.774	19.312	13,14
Felício dos Santos	4.385	2.297	2.540	9,57
Gouvêa	2.320	1.475	1.567	5,87
Itamarandiba	9.704	4.218	5.127	17,73
Leme do Prado	22.489	10.332	12.074	14,43
Minas Novas	3.663	2.012	2.168	7,20
Presidente Kubitschek	22.881	9.916	11.772	15,77
São Gonçalo do Rio Preto	2.326	1.126	1.266	11,06
Senador Modestino Gonçalves	4.039	2.606	2.740	4,89
Serro	15.975	7.168	8.191	12,49
Turmalina	12.231	5.585	6.351	12,06
Veredinha	4.110	1.990	2.598	23,40
<b>Total</b>	<b>196.846</b>	<b>96.263</b>	<b>109.350</b>	<b>11,50</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000. Dados trabalhados pelo o autor.

O exame do padrão de distribuição espacial dos dados de desemprego conduz à seguinte pergunta: que elementos de ordem econômica corroboram o desemprego? A resposta remete ao reduzido acúmulo de riquezas provenientes das atividades econômicas. Em 2000 a soma de todas as riquezas do Alto Jequitinhonha (PIB) foi

R\$559.828,00 (ANEXO 10), valor que nesse ano representou 42,10% do PIB total do Vale do Jequitinhonha. Já em 2008 esse valor mais do que dobrou: R\$1.408.855,00, mas foi ele acompanhado da redução da participação no PIB geral do Vale.

Apesar da grande contribuição da microrregião do Alto Jequitinhonha no PIB da mesorregião do Jequitinhonha, a distribuição municipal da riqueza segue o mesmo padrão dos níveis de ocupação e desocupação. Mesmo assim, é interessante notar que na maioria dos municípios o PIB passou por aumento substancial em oito anos. Itamarandiba, por exemplo, que ostentou em 2000 a segunda maior taxa de desemprego de todo o Alto Jequitinhonha (TAB 15), obteve no período de 1991-2000 um crescimento de 160% de seu PIB.

Uma hipótese explicativa para o volumoso crescimento de Itamarandiba relaciona-se à elevação do número de cabeças de gado, ou seja, à expansão da atividade pecuária bovina, destaque na economia do município, bem como à expansão das áreas reflorestadas com eucalipto. O crescimento da riqueza de determinado território pode ser observado também por meio da elevação da renda per capita média da população. Considerando este indicador, o Alto Jequitinhonha detinha o valor de R\$ 80,00 em 1991 e de R\$114,60 em 2000, uma variação de 34,6% que acompanhou a ascensão do PIB da microrregião.

#### **4.4 O Médio Jequitinhonha**

O transbordo de ouro e diamantes das minas do Alto Jequitinhonha promoveu no início do século XIX o rio Jequitinhonha como principal via de ocupação regional e de acesso ao litoral. Foi somente em 1804 que uma expedição mandada rio acima conseguiu estabelecer definitivamente a ligação entre o Alto Vale e o litoral baiano (SOUZA, 2010, p.42). Por sua vez, o povoado de Boa Vista do Calhau, atual Araçuaí, se tornaria o entreposto articulador dos dois extremos do rio: sua nascente, onde se localizavam as minas, e foz, de onde parte da riqueza encaminhava-se para o mercado europeu.

Às margens dos afluentes a norte do rio Jequitinhonha avançavam expedições provenientes dos currais do Rio São Francisco, que penetravam na região do Médio Jequitinhonha atravessando-a pelo meio da mata, anexando terras dos índios Bóruns. Foram essas expedições que deram origem, nas décadas de 1820 e 1830 a importantes

municípios do Médio Jequitinhonha, a época as povoações de Santa Rita, atual Medina, Boca das Caatingas, depois Fortaleza, hoje Pedra Azul (SANTIAGO, 2010, 77). A bovinocultura tornou-se a atividade norteadora da ocupação da região, e acabou por originar outros importantes povoados, como Comercinho do Bruno, hoje os atuais municípios de Comercinho e Cachoeira do Pajéu, mais tarde elevados a municípios.

De acordo com dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) essa microrregião abrigava em 2010 uma população absoluta de 179.658 mil habitantes (TAB16). Com um crescimento médio anual de aproximadamente 0,1% na década 2000-2010, o Médio Jequitinhonha respondeu pelo menor crescimento demográfico em comparação ao Alto e Baixo Jequitinhonha. O baixo crescimento demográfico associa-se à elevada emigração que no quinquênio 1995-2000 foi responsável pelo mais expressivo saldo migratório negativo em todo o Vale do Jequitinhonha. Segundo Matos (2010) para o período de 1995/2000 o saldo migratório do Médio Jequitinhonha foi -16.759 mil pessoas, contra -14.434 do Alto e -9.461 do Baixo Jequitinhonha (TAB 9). Apesar do grande potencial mineral e agropecuário a economia local não apresenta sinais de dinamismo.

TABELA 16

**POPULAÇÃO ABSOLUTA E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%) POR MUNICÍPIO DO MÉDIO JEQUITINHONHA NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010**

Municípios	1991		2000		2010		Taxa de crescimento anual (%)	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	1991-2000	2000-2010
Araçuaí	33.826	12,64	35.713	13,15	36.013	13,16	0,6	0,08
Berilo	12.557	4,69	12.979	4,78	8.959	3,27	0,37	-3,64
Cachoeira de Pajeú	8.774	3,28	8.523	3,14	12.300	4,49	-0,32	3,74
Carai	21.778	8,14	20.981	7,73	22.343	8,16	-0,41	0,63
Comercinho	10.240	3,83	10.204	3,76	8.298	3,03	-0,04	-2,05
Coronel Murta	9.191	3,44	9.134	3,36	9.117	3,33	-0,07	-0,02
Francisco Badaró	11.912	4,45	10.309	3,80	10.248	3,74	-1,59	-0,06
Itaobim	20.358	7,61	21.271	7,83	21.001	7,67	0,49	-0,13
Itinga	14.013	5,24	13.894	5,12	14.407	5,26	-0,09	0,36
Jenipapo de Minas	5.265	1,97	6.490	2,39	7.116	2,60	-0,09	0,93
José Gonçalves de Minas	5.188	1,94	4.696	1,73	4.553	1,66	2,35	-0,31
Medina	21.760	8,13	21.641	7,97	21.026	7,68	-0,06	-0,29
Novo Cruzeiro	30.748	11,49	30.453	11,21	30.725	11,22	-0,11	0,09
Padre Paraíso	17.327	6,48	17.475	6,43	18.849	6,89	0,09	0,76
Pedra Azul	22.068	8,25	23.608	8,69	23.839	8,71	0,75	0,1
Ponto dos Volantes	8.599	3,21	10.529	3,88	11.345	4,14	2,28	0,75
Virgem da Lapa	13.925	5,21	13.672	5,03	13.619	4,97	-0,2	-0,04
Total	267.529	100,00	271.572	100,00	273.758	100,00	0,17	0,08

Fonte: IBGE. Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2012. Dados trabalhados pelo autor.

No tocante a outros importantes elementos da análise demográfica, como a fecundidade, a mortalidade e a esperança de vida observa-se que o comportamento geral da microrregião não se distancia do observado para o Alto Jequitinhonha, como registra a Tabela 17:

Fato interessante verifica-se quanto à redução da taxa de analfabetismo em 13,05% entre 1991 e 2000, e também em relação ao aumento do número de anos médios de estudo entre a população de 25 a 64 anos, que passou de aproximadamente dois para quatro anos. Os indicadores relacionados às condições gerais de vida admitiram elevações, como verificado com a esperança de vida ao nascer, que aumentou em quatro anos, e o IDH que passou de 0,550 para 0,650, permanecendo, entretanto, muito aquém do IDH estadual.

**TABELA 17**

**SÍNTESE INDICADORES SÓCIO-DEMOGRÁFICOS NO MÉDIO JEQUITINHOHA, 1991-2000**

<b>Indicadores</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Taxa de analfabetismo (população de 15 anos ou mais)	41,88	28,83
Anos médios de estudo (população de 25 a 64 anos)	2,45	4,02
Índice de Desenvolvimento Humano	0,55	0,65
Taxa de mortalidade infantil (por mil)	45,7	40,27
Esperança de vida ao nascer	62,93	66,92
Fecundidade	4,61	3,35

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

No que concerne ao quadro econômico, o Médio Jequitinhonha possui características de emprego e renda vinculadas ao histórico de ocupação econômica regional, promovida principalmente pela pecuária bovina, em geral rudimentar, extensiva, valendo-se da elevada salinidade dos solos para a criação animal.

Considerando as circunstâncias econômicas e principalmente demográficas, os municípios que polarizam essa microrregião são Araçuaí, Caraí, Itaobim, Medina, Novo Cruzeiro e Pedra Azul. Esses municípios representam mais de 50% da população do Médio Jequitinhonha, e responderam por 70% de toda a riqueza gerada nessa microrregião no ano 2000. À exceção de Caraí e Novo Cruzeiro, especializados na

produção de café, Araçuaí, Itaobim, Medina e Pedra Azul estão entre os municípios que abrigam as maiores áreas ocupadas com gado bovino.

O destaque econômico de algumas cidades do Médio Jequitinhonha contrasta com a elevada taxa de desemprego apresentada por eles (TAB 18), o que leva a concluir que apesar do maior dinamismo econômico proporcionado pelas atividades empresariais, principalmente cafeicultura e pecuária, o número de postos de trabalho gerados é insuficiente para o atendimento do crescimento do número de pessoas aptas ao trabalho. Os dados de ocupação municipais confirmam que há um descolamento entre a riqueza gerada pelas atividades econômicas de maior destaque regional e as melhorias das condições gerais de vida dos habitantes do Médio Jequitinhonha.

**TABELA 18**  
**SÍNTESE DOS INDICADORES RELACIONADOS À OCUPAÇÃO NO**  
**ANO 2000**

<b>Municípios</b>	<b>Pop. com 10 anos ou mais</b>	<b>Pop. Ocupada</b>	<b>PEA</b>	<b>Taxa de Desemprego (%)</b>
Araçuaí	28.290	13.249	15.748	15,87
Berilo	10.099	6.919	7.367	6,08
Cachoeira de Pajeú	6.645	2.777	3.018	7,99
Carai	16.060	7.638	8.260	7,53
Comercinho	8.139	4.046	4.422	8,50
Coronel Murta	7.209	3.241	3.813	15,00
Francisco Badaró	8.315	3.587	3.967	9,58
Itaobim	16.728	6.650	8.311	19,99
Itinga	10.831	3.628	4.620	21,47
Jenipapo de Minas	4.918	1.985	2.202	9,85
José Gonçalves de Minas	3.441	1.968	2.030	3,05
Medina	17.191	7.302	8.935	18,28
Novo Cruzeiro	22.963	9.921	10.555	6,01
Padre Paraíso	13.482	6.071	7.381	17,75
Pedra Azul	18.444	7.017	9.262	24,24
Ponto dos Volantes	7.996	3.455	3.982	13,23
Virgem da Lapa	10.902	4.351	4.917	11,51
<b>Total</b>	<b>211.653</b>	<b>93.805</b>	<b>108.790</b>	<b>12,70</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000. Dados trabalhados pelo o autor.

Por meio da análise dos dados municipais verifica-se que nos municípios de Carai e Novo Cruzeiro, onde o café é a principal atividade econômica, a taxa de

desemprego é menor do que a dos demais municípios que compõem a mesorregião (TAB 18). Em compensação, nos municípios em que há uma grande área ocupada com pastagens, como Pedra Azul e Padre Paraíso, o desemprego ultrapassa a casa dos 20%. No restante dos municípios, em que há o predomínio da agricultura de subsistência e da pecuária rudimentar, o desemprego também é elevado.

#### **4.5 O Baixo Jequitinhonha**

Na ocupação do Vale do rio Jequitinhonha ocorreram dois momentos distintos: o primeiro relativo à ocupação do Alto Jequitinhonha e de pequena parte do Médio Jequitinhonha, no fim do século XVII e ao longo do século XVIII; e o segundo momento referente à ocupação do Médio e do Baixo Jequitinhonha no decorrer do século XIX e na primeira metade do século XX (SANTIAGO, 2010, p.79).

A expansão dos povoamentos no Baixo Jequitinhonha encontrou a resistência dos índios Borúns, os temidos botocudos, denominação pejorativa atribuída pelos colonizadores portugueses. Os Borúns viviam em ambas as margens do rio Jequitinhonha, e nos lugares “onde a floresta e as montanhas se misturavam” (SANTIAGO, 2010, p.75). Nas terras do Baixo Jequitinhonha, a nação Borún era constituída por diversos grupos, cujas lideranças ficavam a cargo de caciques, ou capitães, como Joáima, líder que acabou por originar a cidade com o mesmo nome.

À medida que as terras do Baixo Jequitinhonha eram ocupadas expandiam-se também os domínios das lavouras e da pecuária. Contribuíam principalmente para a agricultura a alta fertilidade natural dos terrenos e a elevada concentração da posse da terra em fazendas. Como atestam Ribeiro e Galizoni (2000): “estas (as fazendas) eram organizadas em sistemas de produção de mantimentos e gado, mas também como fonte de mando e prestígio, que se exercia tanto internamente, quanto externamente na política”. Simultaneamente ao desenvolvimento das grandes propriedades, cresciam o número de pequenos agricultores, que constituíam comunidades rurais que, à sombra das fazendas, consolidaram e construíram seus próprios destinos com base em relações de parentesco, compadrio e vizinhança (RIBEIRO, 2000, p.47).

Em relação ao crescimento demográfico médio anual, o Baixo Jequitinhonha registrou desempenho superior ao Médio Jequitinhonha, e inferior Alto Jequitinhonha. No intervalo entre os Censos 1991 e 2000, a microrregião cresceu 0,23% ao ano,



passando de 169.331 mil habitantes em 1991, para 172.807 mil habitantes em 2000.<sup>20</sup> Dos 16 municípios que compõem essa microrregião, sete deles exibiram crescimento médio anual negativo: o caso mais significativo foi o de Rio do Prado, que teve um decréscimo de 9,62% no período considerado, o que significou uma perda de 8.011 mil pessoas. O intenso crescimento demográfico negativo para o período de 1991-2000 segue a tendência geral do Vale do Jequitinhonha, e inter-relaciona com o quadro de intensa emigração.

Os dados do Censo Demográfico de 1991 informam que dos 16 municípios, cinco possuíam a maior parte dos seus habitantes em áreas rurais. Já no ano 2000 esse número se reduz para dois, Bandeira e Monte Formoso, cuja taxa de urbanização foi de 47,66% e 36,51% respectivamente. Comprova-se com os dados o rápido processo de urbanização pelo qual passa a microrregião, e parte expressiva do crescimento demográfico positivo tem se dado nas cidades.

---

<sup>20</sup> É importante salientar que municípios como Divisópolis, Mata Verde, Monte Formoso e Palmópolis passaram a existir a partir de 1992 (Lei nº10.704, de 27/04/1992).

TABELA 19

POPULAÇÃO ABSOLUTA E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%) POR MUNICÍPIO DO MÉDIO JEQUITINHONHA NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010

Municípios	1991		2000		2010		Taxa de crescimento anual (%)	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	1991-2000	2000-2010
Almenara	45.416	26,82	35.385	20,48	38.775	21,58	-2,73	0,92
Bandeira	5.813	3,43	5.318	3,08	4.987	2,78	-0,98	-0,64
Divisópolis	0	0,00	6.480	3,75	8.974	5,00	0	3,31
Felisburgo	6.001	3,54	6.289	3,64	6.877	3,83	0,52	0,9
Jacinto	12.169	7,19	12.087	6,99	12.134	6,75	-0,08	0,04
Jequitinhonha	22.738	13,43	22.902	13,25	24.131	13,43	0,08	0,52
Joáima	18.304	10,81	14.682	8,50	14.941	8,32	-2,42	0,18
Jordânia	9.524	5,62	9.865	5,71	10.324	5,75	0,39	0,46
Mata Verde	0	0,00	7.085	4,10	7.874	4,38	0	1,06
Monte Formoso	0	0,00	4.411	2,55	4.656	2,59	0	0,54
Palmópolis	0	0,00	8.886	5,14	6.931	3,86	0	-2,45
Rio do Prado	13.401	7,91	5.390	3,12	5.217	2,90	-9,62	-0,33
Rubim	10.772	6,36	9.666	5,59	9.919	5,52	-1,2	0,26
Salto da Divisa	7.788	4,60	6.779	3,92	6.859	3,82	-1,53	0,12
Santa Maria do Salto	5.312	3,14	5.438	3,15	5.284	2,94	0,26	-0,29
Santo Antônio do Jacinto	12.093	7,14	12.144	7,03	11.775	6,55	0,05	-0,31
Total	169.331	100,00	172.807	100,00	179.658	100,00	0,23	0,39

Fonte: Fonte: IBGE. Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2012. Dados trabalhados pelo autor.

Em relação à fecundidade, a microrregião do Baixo Jequitinhonha sofreu uma redução de quase 35% entre 1991 e 2000, passando de 4,32 para 2,82 filhos por mulher (TAB 20). Em 2000, essa microrregião apresentou a menor fecundidade de todo o Vale do Jequitinhonha, ficando abaixo apenas do valor verificado no estado (2,23). No entanto, quando avaliada a mortalidade infantil, observou-se no Baixo Jequitinhonha valor 14,0% maior do que a taxa de mortalidade infantil estimada para toda a mesorregião do Vale do Jequitinhonha, o que revela que nessa microrregião as condições médico-sanitárias são mais precárias em todo o Vale. Regionalmente, a mortalidade infantil dessa microrregião também foi superior à do Alto e Médio Jequitinhonha, respectivamente em 20% e 19,3%.

Da análise dos indicadores sócio demográficos do Baixo Jequitinhonha (TAB 20), observa-se que mais de 46% da população de 15 anos ou mais de idade era analfabeta em 1991, ao passo que este percentual não chega a 33% em 2000. Quanto aos anos de estudo, a população de 25 a 64 anos apresentou, em média, 2,4 e 3,63 anos de estudo em 1991 e 2000, respectivamente.

**TABELA 20**

**SÍNTESE INDICADORES SÓCIO-DEMOGRÁFICOS NO MÉDIO JEQUITINHOHA,  
1991-2000**

<b>Indicadores</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Taxa de analfabetismo (população de 15 anos ou mais)	46,25	32,73
Anos médios de estudo (população de 25 a 64 anos)	2,36	3,63
Índice de Desenvolvimento Humano	0,530	0,630
Taxa de mortalidade infantil (por mil)	54,54	49,19
Esperança de vida ao nascer	60,77	64,33
Fecundidade	4,32	2,82

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

No tocante ao Índice de Desenvolvimento Humano, o Baixo Jequitinhonha apresenta os menores valores em relação às outras microrregiões do Vale. A avaliação dos demais indicadores sociais confirma o grave cenário de pobreza e precariedade das condições de vida. Ao analisar a mortalidade infantil, importante indicador de desenvolvimento, observa-se que apesar da redução, entre 1991 e 2000, a taxa de 49% ainda é bastante expressiva. Seguindo a mesma trajetória de melhoria, a esperança de vida ao nascer cresceu cerca de 5% nos nove anos analisados, mas ainda permaneceu aquém do Médio e do Alto Jequitinhonha em 2000.

O Baixo Jequitinhonha desenvolveu ao longo de sua história de ocupação a pecuária bovina como principal atividade econômica. Essa atividade foi trazida da Bahia por fazendeiros que buscavam no Vale do Jequitinhonha novas terras para expandir os seus negócios, atraídos pela grande disponibilidade de boas pastagens, em uma topografia pouco acidentada, favorável à criação bovina.

Apesar do rápido crescimento das fazendas, as condições sociais nas terras do Baixo Jequitinhonha se destacaram nos estudos regionais como as piores de todo o Vale do Jequitinhonha. Ademais, as migrações tornaram-se a alternativa mais viável para a população em busca de emprego e melhor renda, o que repercutiu no crescimento da população local. Entre os 16 municípios, Almenara e Jequitinhonha são os municípios mais desenvolvidos, os mais populosos da microrregião do Jequitinhonha e possuem elevada população economicamente ativa

TABELA 21

## SÍNTESE DOS INDICADORES RELACIONADOS A OCUPAÇÃO NO ANO 2000

Municípios	Pop. com 10 anos ou mais	Pop. Ocupada	PEA	Taxa de Desemprego (%)
Almenara	28.789	12.772	16.400	22,12
Bandeira	4.354	1.682	1.884	10,72
Divisópolis	5.167	2.281	2.593	12,03
Felisburgo	4.909	1.874	2.105	10,97
Jacinto	9.754	3.015	4.176	27,80
Jequitinhonha	18.384	6.719	8.472	20,69
Joaíma	11.302	4.218	5.514	23,50
Jordânia	7.729	3.468	4.084	15,08
Mata Verde	5.474	2.731	2.871	4,88
Monte Formoso	3.232	1.019	1.232	17,29
Palmópolis	7.008	1.866	2.885	35,32
Rio do Prado	4.265	1.978	2.239	11,66
Rubim	7.808	3.567	4.365	18,28
Salto da Divisa	5.389	2.199	2.780	20,90
Santa Maria do Salto	4.365	2.080	2.515	17,30
Santo Antônio do Jacinto	9.750	4.301	5.386	20,14
Total	137.679	55.770	69.501	18,04

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000. Dados trabalhados pelo o autor.

A análise dos indicadores relacionados à ocupação permite avaliar a distribuição do desemprego entre os municípios, em possíveis vínculos às atividades econômicas praticadas em cada um deles. O menor desemprego é verificado em Mata Verde, município que tem grande parte de sua extensão ocupada com pastagens para criação de gado bovino. Em Almenara, município que abriga a maior população ativa do Baixo Jequitinhonha, o desemprego atinge um pouco mais de um quinto da população ativa. Em quase todos os municípios do Baixo Jequitinhonha a pecuária é a atividade econômica que ocupa o maior percentual da área total.

#### 4.6 Visões do Vale

Em contraposição ao estigma da pobreza, da falta de oportunidade de trabalho e das dificuldades impostas pelo meio natural, o Vale do Jequitinhonha apresenta uma das mais singulares identidades regionais de Minas Gerais. É tradicionalmente conhecido pela rica cultura, pelo belo artesanato, pela gastronomia regionalista, que refletem a identificação desse

povo com o espaço regional, com sua história. Para captar o Vale pela ótica de alguns informantes qualificados, foram utilizadas entrevistas em profundidade realizadas no ano de 2004 pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), no âmbito do Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, programa de desenvolvimento regional que considerou como eixo central questões como a geração de ocupação e renda, administração pública municipal, saúde, educação e cultura.<sup>21</sup>

Os relatos dos informantes qualificados do Vale do Jequitinhonha acerca da realidade local revelam claramente a dicotomia entre riqueza e pobreza, a primeira relacionada à diversidade cultural construída ao longo da ocupação dessa região mineira; a segunda relaciona-se ao baixo nível da renda, ao desemprego e a tantas outras questões que são caras a esse povo. Nas falas fica evidente a necessidade dessas pessoas de serem ouvidas, de dizerem um pouco sobre como percebem o Vale. À respeito do olhar do desenvolvimento em seu sentido mais amplo, as falas lançam luz sobre as carências, sobre as mazelas, sobre a administração pública, sobre a atuação das atividades empresariais, e principalmente revelam o sentido e a forma de “desenvolver” para essa população.

Os relatos dos habitantes do Vale do Jequitinhonha corroboram em parte o estigma da pobreza e da falta de oportunidades de trabalho regionais. Os atenuadores dessas condições de acordo com as falas se resumem a: (i) o associativismo/cooperativismo, com grande número de associações no Jequitinhonha, em sua maioria camponesas, pois a população ainda se concentra no campo. A produção dessas associações destina-se aos mercados da Bahia, além de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo ou mesmo abastecem as feiras municipais; (ii) os empregos disponíveis nas administrações públicas dos municípios, principalmente nas prefeituras, localizadas nas áreas urbanas; (iii) o turismo, atividade em desenvolvimento em alguns municípios do Jequitinhonha; (iv) o trabalho nas fazendas de gado e café, nas reflorestadoras de eucalipto ou também nas pedreiras de granito; (v) as migrações, que nos relatos dos informantes é colocada como principal alternativa para os mais jovens, e para famílias numerosas.

---

<sup>21</sup> As entrevistas foram gentilmente disponibilizadas pelo coordenador do programa, Professor Roberto do Nascimento Rodrigues. As entrevistas ocorreram com o consentimento dos entrevistados, sem qualquer ônus para os mesmos e destinaram-se tão somente a pesquisas científicas.

Os representantes e membros das associações camponesas revelam a dificuldade para à obtenção de recursos para financiar as atividades produtivas, como a compra de insumos, principalmente pelas exigências feitas pelos bancos:

“[...] problema aqui é porque falta, eu já te falei, não temos condições, nós num temos a garantia de um financiamento justo, ocê tá entendeno, tem o Banco do Nordeste, mais é uma burocracia tão grande que ocê dismurece né, é tanta coisa e tal, então, os juros são bons e tudo mais, eles fala tem o dinheiro, tá teno o dinheiro aí, mais ocê vai lá pra pegá o dinheiro, ocê ismurece, tanto documento, tanta burocracia daqui, precisa de certidão disso, é desse jeito, o camarada vai lá... e demora... o sujeito vai lá, pode coisá... ocê tem que disburocratizá, essa região aqui, o governo tem que disburocratizá isso, pode ser que o cara é trabalhador, vai na sua propriedade, vê o trabalho dele, fala o dinheiro tá aqui ó, ocê vai trabalhar, nós vamos fiscalizar você, te ajudar [...]porque irrigação, né tem que ter irrigação, hoje ocê plantar sem irrigar é um problema, porque e tudo mais, mudô, só coloca o nome da catástrofe, catástrofe tal, coloca o nome né e bota por isso mesmo, então é isso aí.[...]” (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, CAV, Turmalina)

As associações ainda enfrentam problemas na organização de suas ações, na tomada de decisões que envolvem a participação de seus membros, ou mesmo pela carência de orientação sobre as técnicas ou mesmo quanto a uso dos recursos obtidos por meio de financiamentos rurais:

"A ele [agricultor] produz aqui o maior m<sup>2</sup>, milho, feijão, alho, mais muito precário porque não tem associações que poderiam existir entre eles ainda não tem aquela associação que funciona e também igual eu tô ti falando o trabalhador rural pra ele se organizar é muito difícil então teria que a Emater se juntar e fazer um acordo mesmo com o sindicato juntar a Emater, sindicato e a prefeitura e conseguir assim que esse técnico da Emater se organizasse mesmo junto com o trabalhador rural pra que dentro dessas associações surgisse uma pessoa que pudesse, que soubesse organizar ordenar o trabalho mais de perto. Porque a Emater coordena mais ele não da conta a Emater não da conta de tudo, então precisava tipo assim um curso durante o ano, vários cursos treinando uma pessoa daquela comunidade né para ajudar o trabalhador rural se organizar. Se ele consegue o crédito no banco igual tem o Pronaf que é o crédito para o trabalhador rural trabalhar em regime de economia familiar mais ele não sabe com o aplicar esse valor, ele aplica da maneira dele mais ele não tem uma organização pra isso, ele acaba ele é aplica o dinheiro da maneira incorreta. No final ele não sabe se foi viável ou não foi. Acaba que ele vai pagar aí em 1 ano e ele não teve aquele retorno por conta de quê, por falta de organização. Então eu acho assim que a Emater deveria juntar ou com Sindicato, ou com um órgão competente, sabe eles pra ver se treinava alguém dentro da comunidade pra tá sempre ali perto orientando prá ficar ali, tem associação, tem, então nessa associação vai ter um coordenador que vai tá ajudando o trabalhador rural a aplicar esse valor que ele financia lá no banco pra ele ter um retorno, se não vai acontecer o êxodo rural com já é, com já vem o êxodo rural as grandes cidade tá cheia de gente que tá em favela de quê sai do meio rural e vai pra lá, porque não tem opção aqui.” (Agricultor associado ao Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, CAV, Turmalina)

Em relação à expansão das atividades empresariais no Vale do Jequitinhonha, os entrevistados apontam para a baixa geração de trabalho, o que confirma que as atividades empresariais levadas a cabo na região não supriram as expectativas de geração de empregos:

“[...] o que eu escuto, o que eu pude perceber é que trouxe de início, parece assim uma expectativa muito grande para o emprego, mas na realidade não aconteceu, porque empregados mesmo relacionados ao eucalipto é muito pouco, pelo contrário, a migração aumentou, tem aumentado muito. Agora nesses últimos anos tem ficado muito difícil, alguns vão e voltam porque não conseguem trabalho lá, mas no sentido de necessidade tende a aumentar, então essa questão não solucionou, não veio a atender aqui as necessidades da população, né? [...]”

Mais adiante o mesmo entrevistado acrescenta:

"[...] temos esse eucalipto todo aí na chapada né, nós temos que dar vazão nesse eucalipto, dar um jeito nesse eucalipto, transformar ne renda pra nossa região, não só ne carvoeiras né, porque carvoeira vai desertificano, vai transforma ne renda, já que ele tá aí mesmo vamo transformá isso aqui num polo industrial moveleiro né, vê se pode tá fazendo isso, e Virgem da Lapa especificamente nós temo que tentar trazer pra cá o pólo industrial de pedras preciosas, que a gente pode tá gerano trabalho, gerano renda, e revitalizano o comércio né, e a pecuária, todas essas coisas que nós já falamos eu acho que são alternativas, são saídas viáveis pro desenvolvimento do Jequitinhonha, né e fazer a inclusão social, tirar as pessoas do analfabetismo, né, dar as pessoas um direito a saúde, um direito a escola né, num é resgatar não, é dar né, permitir que esse direito seja cumprido, o poder público tem essa obrigação, acho que nós temos que fazer isso, a questão da moradia, nós temos que resolver [...]. "

A concepção de desenvolvimento presente nas falas dos agentes locais está diretamente ligada à melhoria da situação econômica da região, ao aumento do emprego, melhoria da infraestrutura, principalmente a referente à eletrificação. Um dos entrevistados do Sindicato dos Trabalhadores Artesanais do Município de Araucaí menciona a criação de parques industriais no Vale do Jequitinhonha como principal meio para conter o desemprego e a intensa emigração:

“[...] eu acho que a indústria ela era...era...uma coisa de grande utilidade pra nós, porque nem só emprega muito jovem, acaba migração e também é a capacitação de todas pessoas que trabalha lá em qualquer coisa desenvolvida é porque se torna pessoa desenvolvida. [...]”

O princípio para o desenvolvimento econômico do Vale do Jequitinhonha residiria na cooperação, e maior organização dos municípios e comunidades em torno das atividades agropecuárias ou até mesmo na produção do artesanato. É o que reafirma o Padre da Paróquia de Itaobim:



[...] E vejo a questão econômica aqui desta paróquia, deste município, da mesma forma que vejo em todo o Vale do Jequitinhonha. Penso que existe aí uma necessidade muito grande de um projeto assim bem específico que venha a responder às necessidades do povo não só deste município, mas de todo o Vale do Jequitinhonha. Porque existem muitos projetos, mas todos funcionando aqui de uma maneira desorganizada. Penso que deveria pensar em alguma coisa e concentrar toda a força naquele projeto para se pode trazer algum resultado positivo para este povo. [...] (Padre da Paróquia de Itaobim)

Do ponto de vista político, observou-se nas entrevistas realizadas com alguns prefeitos do Vale que, a perspectiva do desenvolvimento econômico seria fruto de iniciativas federais, políticas de planejamento regional que suprissem os problemas de infraestrutura e de crédito presentes no Jequitinhonha, bem como afirma o prefeito X:

" [...] nós precisamos pensar no município a longo prazo, e pensar também numa...no desenvolvimento da política regional né, não adianta, Virgem da Lapa não vai crescer, Araçuaí também num vai, os municípios por si só isoladamente pode não fazer uma coisa ou outra mais num cresce, num desenvolve, toda região que nós conhecemos no Brasil inteiro o desenvolvimento vem através das políticas regionalizadas, então nós precisamos pensar, pensar grande dentro do Vale de Jequitinhonha [...] a proposta de Virgem da Lapa, é que a gente pensa num grande projeto de desenvolvimento regional, dentro desse projeto quais são as prioridades, a prioridade número um, a infraestrutura, é que o asfalto chega em todas cidades de Jequitinhonha e a energia elétrica também chegando, com a já, com a Hidrelétrica de Irapé e já vindo a Lapa aqui. E a universidade, sem universidade, sem pesquisa científica, sem desenvolvimento intelectual, nós estamos fadados a continuar no mesmo atraso, político, econômico e cultural que nós temos, então é eu acho que são essas as linhas que tá nos norteando foi nisso que o povo apostou e não só Virgem da Lapa, mas o [...] cada município nas suas, nas suas individualidades mas pensando grande no projeto de desenvolvimento a nível regional, então eu acho que é por aí que nós tamos começando é isso que nós queremos propor né, enquanto prefeito, enquanto liderança, pra que a gente repense, não só o município de Virgem da Lapa, mas que a gente esteja repensando as políticas de desenvolvimento a nível a nível regional [...]."

#### **4.7 Desenvolvimento no Jequitinhonha: a relação entre indicadores e as visões do Vale**

A análise das falas dos entrevistados na pesquisa realizada pelo Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha no ano de 2004, revela a concepção de desenvolvimento dos habitantes locais, que em linhas gerais é a mesma presente em grande parte dos estudos e políticas públicas que procuraram “desenvolver” a região no passado. Para os agentes locais, o desenvolvimento deriva de maiores investimentos em infraestrutura, facilitação do acesso ao crédito rural, e de incentivos econômicos que promoveriam a fixação dos habitantes locais.

Fato interessante é que a região do Vale do Jequitinhonha tem sido alvo de numerosas políticas públicas de mitigação de desigualdades (ou que pelos menos são ou vendidas como tal). Contudo, aparentemente os efeitos dessas mesmas políticas não são tão claros aos agentes locais. Para os entrevistados, o Jequitinhonha ainda é uma região que carece de investimentos públicos, principalmente aqueles que garantam algum tipo de alternativa à escassez de oferta de trabalho.

Considerando a perspectivas dos agentes locais ficam evidentes supostas distorções econômicas presentes nos estudos e políticas aplicadas à região. Ribeiro et al (2007, p.1095) destaca:

“É evidente que pensar programas de desenvolvimento a partir dessas supostas distorções econômicas recoloca novas questões, por exemplo: a modéstia dos fluxos de renda da e para a região, a ausência de pesquisa sistemáticas sobre sistemas produtivos adaptados, o horizonte limitado dos pequenos projetos comunitários, a qualificação precária do pessoal técnico de extensão rural e pesquisa agropecuária – que quase sempre ignora cultura, manejo, ambiente e normas de gestão dessas populações rurais. Mas, de outro lado, também é preciso ponderar: qual futuro os grandes projetos modernizantes ofereceram para essa população rural?”

Considerando os relatos pode-se dizer que as atividades econômicas empresariais, principalmente o café, a silvicultura do eucalipto e a pecuária bovina não desempenham o papel de fomentadoras de desenvolvimento, de melhorias nas condições gerais de vida da população.

Quando avaliados os indicadores sociais e econômicos microrregionais mas também municipais, verifica-se que não só a riqueza permanece mal distribuída nos municípios, mas também que problemas como elevada mortalidade infantil, e analfabetismo bem como o alto desemprego ainda são realidade no Vale do Jequitinhonha.

Uma das hipóteses deste trabalho considerou que o maior dinamismo econômico oriundo da presença dos empreendimentos agrícolas refletisse diretamente no nível de desenvolvimento medido através dos indicadores sociais, o que não ocorreu. Tem-se assim, a real dimensão dos possíveis impactos negativos do desenvolvimento das atividades empresariais, restritas no tocante a geração de oportunidades de trabalho, insuficientes para conter o intenso fluxo emigratório e, principalmente, atrair investimentos públicos para o Vale do Jequitinhonha.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descoberta de ouro em Minas Gerais no século XVII inseriu o Vale do Jequitinhonha no percurso das principais rotas de ocupação do território colonial. Do litoral baiano e das cercanias de Vila Rica, partiram expedições que se encontrariam através dos caminhos do rio Jequitinhonha. As expedições oriundas do Sul descobriram, próximo a cabeceira do Jequitinhonha, em meio as montanhas frias da Serra do Espinhaço, um grande reservatório de ouro e aí estabeleceram um centro administrativo, a Vila do Príncipe, ou Serro Frio, e um centro econômico, o Arraial do Tejuco, mais tarde rebatizada com a alcunha de Diamantina.

Vindas da Bahia, as “entradas” percorriam as margens do rio São Francisco e estabeleciam pequenos vilarejos em um ritmo menos frenético do que os viajantes do Sul. Traziam consigo o gado bovino, fonte de alimentos e meio de transporte de carga. Pelo São Francisco, chegaram às proximidades da cabeceira do rio Araçuaí e, por ele, ao Vale do Jequitinhonha. As terras salobras da parte Sertaneja do Vale, impulsionaram a criação de gado, a instalação de grandes fazendas, entre as quais algumas viriam a se tornar cidades com de alguma relevância.

As matas do baixo curso do Jequitinhonha abrigavam não só os temidos índios Borúns, conhecidos por sua agressividade a qualquer tipo de tentativa de domínio, mas também obstáculos naturais ao possível contrabando das riquezas minerais regionais, que eram levadas das áreas produtoras ao porto do Belmonte na Bahia e de lá partiam para a Europa. A preocupação da Coroa portuguesa crescia à medida que as novas descobertas auríferas eram feitas.

Apesar da exploração do ouro, a principal descoberta feita pelas expedições bandeirantes foi sem dúvida a de diamantes. Encontrados em abundância nas vertentes da Serra do Espinhaço e as margens do rio Jequitinhonha, eles elevaram o Vale do Jequitinhonha a importante polo de produção mineral em Minas Gerais e na Colônia, o que aumentou a vigilância portuguesa em relação ao contrabando. Ao mesmo tempo, a busca incessante por essas pedras de alto valor comercial nos mercados mundiais e principalmente europeus implicou na redução rápida e drásticas das reservas naturais do Vale.

À medida que o diamante escasseava no Alto Jequitinhonha, já no final do século XVIII, a agropecuária de subsistência expandia-se e definia as características de grande parte dos municípios do Médio Jequitinhonha que não desfrutavam da mesma abundância mineral. Contudo, no início do século XIX, a mineração de ouro e de diamantes começou a declinar, o que implicou o desenvolvimento das atividades ligadas ao campo e a emergência de novas cidades polo, tais como Minas Novas, Araçuaí, Almenara, Jequitinhonha. Interligadas pelas estradas e caminhos que cortavam o Vale do Jequitinhonha, essas cidades tornaram-se importantes centros agropecuários e de concentração populacional no Vale.

Ao final do século XIX, a economia do Jequitinhonha dava sinais de estagnação, com exceção dos municípios localizados na divisa com Bahia, de onde vinham criadores de gado, munidos de matrizes de raças de alto valor comercial como o Nelore, que tornaram o Baixo Jequitinhonha referência para criação e reprodução bovina. Entretanto, a crescente ocupação das terras do Baixo Jequitinhonha significou o aumento da degradação ambiental, em especial do desmatamento, que respondeu pela elevação das taxas de erosão do solo nessa microrregião.

A situação econômica agravou-se ao longo da primeira metade do século XX. Restavam na região poucas opções de geração de riqueza e sustento além da agropecuária, o que aliado à precária infraestrutura e a distância em relação aos principais centros consumidores, dificultava o crescimento econômico. Advém desse cenário, delineado nos primeiros 50 anos do século XX, a construção da imagem do Jequitinhonha como principal rincão de pobreza do estado de Minas Gerais e de grande estoque de mão-de-obra desocupada.

Na década de 60, esse reservatório de mão-de-obra fornecia força de trabalho para a agricultura e para as atividades econômicas urbanas intrarregionais emergentes. A pecuária bovina transitava de uma estrutura arcaica e pouco produtiva para a incorporação de novas técnicas e de novas terras. A expansão das pastagens implicou o início de um processo mais amplo de desorganização da produção de subsistência. Ao mesmo tempo, a pressão demográfica, resultante dos altos níveis de fecundidade, e a limitação do número de terras produtivas disponíveis, aliado à quase nula disponibilidade de recursos creditícios, tornaram o estoque de mão de obra cada vez mais amplo.

Nesse contexto, a ação estatal pautou-se pela realização de investimentos na melhoria da infraestrutura viária, bem com a implantação de redes de comunicação, eletrificação e serviços de assistência técnica e apoio à agropecuária. Os esforços diretos do estado destinaram-se a implantação de grandes projetos agropecuários de cunho empresarial, atividades econômicas prioritárias aos interesses de ocupação do Vale do Jequitinhonha e, de forma mais ampla, aos interesses econômicos que orientavam as ações e planos estaduais de desenvolvimento.

Os subsídios fiscais permitiram a ocupação de terras devolutas, principalmente no Alto Jequitinhonha, microrregião que reunia as melhores condições geográficas para a implantação da cafeicultura moderna oriunda do Sul de Minas, e da silvicultura do eucalipto, que visava atender à crescente demanda energética proveniente do centro-sul mineiro, onde a expansão do parque siderúrgico condicionou-se ao aumento da disponibilidade de carvão vegetal. As terras baratas e desocupadas das chapadas do Alto Jequitinhonha foram incorporadas gradativamente pelas atividades empresarias. Coube à população do Jequitinhonha o ônus da modernização agrícola em curso e da lógica de desenvolvimento econômico que orientou as ações governamentais.

Dos anos 1960 em diante, as ações coordenadas pelo poder público, como a de isenção fiscal na aquisição de terras devolutas, além de investimentos na implantação de infraestrutura rodoviária e elétrica, permitiram a chegada dos grandes empreendimentos agrícolas ao Vale. As práticas agrícolas regionais, antes baseadas na baixa incorporação tecnológica, fruto da precariedade das condições sociais nas áreas rurais, deram lugar a extensas áreas de pastos, café e eucalipto.

A expansão da pecuária, das lavouras de café e da silvicultura do eucalipto promoveram alterações profundas na organização do espaço regional, entre elas a significativa mudança no padrão de uso da terra. Os empreendimentos agrícolas desarticularam as propriedades familiares, bem como a produção de alimentos, atividade típica da maioria dos estabelecimentos agropecuários no Jequitinhonha até então. Das três microrregiões, o Alto Jequitinhonha foi a que teve mais terras incorporadas por esses empreendimentos, com o destaque para a cafeicultura, favorecida pelo clima ameno, e a silvicultura do eucalipto, que se utilizou da topografia aplainada das chapadas pouco aproveitadas pela prática agrícola.

Em seu desenvolvimento, a pecuária bovina valeu-se da elevada salinidade dos solos do Médio Jequitinhonha e da tradição histórica dessa atividade na região. No Baixo Jequitinhonha, o êxito da bovinocultura resultou da proximidade do mercado baiano e das obras de infraestrutura, como as da rodovia Rio-Bahia, que facilitaram o acesso aos principais centros consumidores da região Sudeste.

A lógica produtiva implantada no Vale do Jequitinhonha prende-se à concepção difundida mundialmente na segunda metade do século XX do desenvolvimento como produto de investimentos na industrialização e no aumento da renda nacional. Em última análise, essa concepção norteou a criação de entidades como a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que abarca até hoje tanto estados da região Nordeste como municípios banhados pelo rio Pardo. Os municípios do Vale do Jequitinhonha, mesmo fora da área de atuação da SUDENE, são alvo de políticas públicas que visam mitigar as desigualdades regionais internas.

Os estudos elaborados sobre a realidade econômica do Vale, em geral, ainda mostram, por meio do uso de indicadores sociais, que os grandes desafios regionais ainda estão relacionados à pobreza, à desigualdade social, ao desemprego, e à intensa emigração. As perspectivas de melhora dessa situação, ainda segundo esses mesmos estudos, passariam necessariamente por investimentos públicos que promovessem avanços quanto ao quadro de estagnação econômica persistente nessa mesorregião mineira.

Mesmo com a incorporação de terras pelos grandes empreendimentos agrícolas, a agricultura familiar de baixa produtividade permaneceu como a mais presente nos estabelecimentos agropecuários no Jequitinhonha. Apesar da distribuição espacial difusa, a agricultura de baixa incorporação tecnológica, remanescente do período anterior à ocupação das terras do Vale principalmente pelas lavouras de café e eucalipto, ainda predomina no Alto Jequitinhonha.

Notadamente, é a natureza da relação sociedade-espação que confere ao Vale do Jequitinhonha toda sua singularidade, que a ele confere uma identidade que mesmo parcialmente fragmentada em Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, difere das demais “identidades” regionais do estado. Essa sociedade, que aprendeu a conviver com a adversidade, que fez do pouco muito, construiu umas das culturas mais ricas do estado

mineiro, cultura essa constituída pelo artesanato, pelas danças, pelas festas religiosas, pela gastronomia, pelas tradições regionais.

Há, em alguns estudos regionais que se propõem a investigar as causas dos e possíveis soluções para os principais problemas do Jequitinhonha, um (des) conhecer do que faz do Vale um espaço regional tão singular. É no esforço de dar a conhecer um pouco do que singulariza esse Vale, de esboçar uma espécie de quadro identitário dessa mesorregião mineira que certos processos e algumas variáveis foram aqui considerados, a saber, a história de ocupação e formação territorial, a ascensão e declínio dos ciclos econômicos, e a expansão da atividade empresarial no meio rural.

Chama atenção no Jequitinhonha o elevado número de associações, na maioria dos casos rurais, ligadas ao cultivo de café em pequenas e médias propriedades, associações de criadores de gado de pequenos produtores rurais, e, em especial, associações de artesãos. O cooperativismo e a solidariedade são atributos fundamentais para compreender as singularidades regionais. Esses dois atributos de certa forma se opõem à concepção de desenvolvimento macro, “de cima para baixo”, e deixam ver o enorme potencial de organização social no Jequitinhonha

Ao mesmo tempo, o associativismo e o cooperativismo abrem campo para outras linhagens teórico-metodológicas sobre os contrastes regionais e o baixo desenvolvimento da região. As associações e cooperativas funcionam como espaços não só de debate de questões e temas centrais de interesses dos agentes locais, mas também de sociabilidade e estabelecimento de relações interpessoais. Nelas se configuram relações individuais/sociais, conexões ou laços estabelecidos entre os indivíduos em torno de objetivos comuns.

Apesar da existência delas, as questões que são caras a população do Jequitinhonha, como a precariedade das condições sociais e econômicas ainda persistem. Essas organizações sociais não contribuem de forma concreta para o desenvolvimento econômico e social regional, como cabe inferir das análises aqui realizadas sobre os indicadores sociais. Isso pode advir do baixo grau de coesão interna dessas organizações e da falta coesão entre elas. Considerando que cada organização associativa e cooperativa compreende uma rede social, a eficiência prática dessas redes pode ser avaliada pelos impactos que elas geraram na melhoria das condições gerais de vida ou no desenvolvimento, o que, no caso do Vale, é baixo.

As redes sociais são consideradas centrais na sociabilidade dos indivíduos e no seu acesso aos mais diferenciados elementos materiais e imateriais (MARQUES et al, 2011) disponíveis em determinada realidade social. Ao centrar atenção nas conexões interpessoais (laços, e nós), elas possibilitam aferir o nível de interação entre indivíduos, bem como a existência (ou não) de cooperação, solidariedade, confiança nas relações sociais estabelecidas entre eles, elementos que essenciais, por exemplo, para o desenvolvimento considerado de uma perspectiva micro ou de “baixo para cima”.

No caso do Vale do Jequitinhonha, seria de esperar que a grande quantidade de associações e cooperativas garantisse o sucesso dos empreendimentos e atividades econômicas levadas a cabo pelos agentes locais, o que não é verdade. Observa-se que, em sua maioria, as associações enfrentam grandes desafios até mesmo na construção da coesão dos participantes no tocante a objetivos comuns. A baixa coesão explica-se por diversos fatores, entre eles está a baixa participação individual nas reuniões em que são discutidas pautas de ação e questões relacionadas ao cotidianos das associações/cooperativas.

Dessa forma, apesar do intenso associativismo/cooperativismo, o nível de envolvimento dos agentes locais é baixo, o que compromete a coesão e, por sua vez, o sucesso das organizações sociais. As falas dos agentes qualificados revelam que as expectativas quando ao desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha residiriam mais nas ações públicas do que em investimentos feitos pelos próprios agentes para aumentar a coesão das redes sociais. Ao que parece, o (des) envolvimento ainda não é algo claro para a população que ainda percebe a melhoria das condições gerais de vida regionais como resultante de fatores externos e não do seu envolvimento em questões centrais ou em organizações sociais.

Entretanto, cabe indagar: de que maneira o fortalecimento das redes sociais catalisaria melhorias reais no nível de (des)envolvimento? Nesse caso, o fortalecimento das relações entre os agentes sociais facultaria a existência de um elemento imaterial fundamental no âmbito das redes, o capital social. O capital social é entendido como o conjunto de recursos inseridos nas redes sociais que são acessíveis e utilizados pelos indivíduos nas suas ações intencionais. A premissa considerada é de que o investimento nas relações sociais, ou seja, o engajamento individual em interações com outros agentes produza retornos, ganhos e benefícios para o grupo e também para o indivíduo.



O desenvolvimento social e econômico estaria relacionado ao nível de capital social disponível no contexto das redes sociais. Assim, são os próprios membros das redes sociais que promovem a manutenção e reprodução desse recurso social, que consiste em investimentos realizados individualmente ou coletivamente no âmbito das redes sociais, das relações interpessoais, compostas que são por laços de reciprocidade e de confiança. Redes sociais que, no entanto, abrigam tensões e conflitos advindos da disputa entre os agentes por posições mais centrais na estrutura reticular; estrutura essa que confere facilidades na obtenção de informações, prestígio e poder.

Considerado pela ótica reticular e do capital social, o desenvolvimento é desencadeado não só por arranjos macroeconômicos oriundos das ações governamentais, mas também por ações individuais e coletivas, em que a coesão, a cooperação, a confiança, entendida como compromisso com o objetivo comum, seriam elementos fundamentais na obtenção da melhoria das condições gerais de vida de uma população. O grande desafio está relacionado aos instrumentos empíricos de captação do principal atributo das redes sociais, o capital social.

A abordagem reticular de um processo social torna possível a reflexão sobre os elementos necessários à consecução do desenvolvimento. A ponte entre desenvolvimento e estrutura reticular seria efetivada pelo capital social que surge dos investimentos pessoais e coletivos realizados no estabelecimento e na manutenção de relações sociais, canais facilitadores de obtenção de recursos.

Ao contrário das análises tradicionais de desenvolvimento, a atenção estaria voltada não só para os elementos materiais que constituem determinada condição social, por exemplo de pobreza ou de riqueza, mas sim para as trajetórias individuais e/ou coletivas de que se servem os indivíduos para estabelecer suas redes relacionais.

A Análise de Redes Sociais (ARS) associada à concepção de capital social abre novas possibilidades de tratamento analítico do tema do desenvolvimento. As redes e o capital social despontam como recurso heurístico que amplia o campo de visão sobre o processo de melhoria das condições sociais e econômicas da estrutura social. O mérito deste arcabouço teórico e metodológico estaria em considerar a “transescalaridade” dos elementos

constitutivos e desencadeadores do processo de desenvolvimento, sejam eles de ordem material ou simbólica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A. N. et al. A Época Colonial: Administração, Economia e Sociedade. In: BUARQUE, H. S. *História Geral da Civilização Brasileira*. 9ª Edição. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001. v.2. 528p.

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: SACHS, Ignacy. et al. *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Relume Dumará, 2004. 69p.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A - BDMG. *Minas Gerais no Século XXI*. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002. v. 2. 336p.

BEZZI, M. L. *Região: uma (re) visão historiográfica - da gênese aos novos paradigmas*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004. 292p. Capítulo IV.

BRITO, F. Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório. In: CARLEIAL, ADELITA (org.). *Transições migratórias*. Fortaleza: Iplance, 2002. 44p

\_\_\_\_\_. *O Brasil Republicano: Economia e Cultura*. In: BUARQUE, H. S. *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. v.4. 672p

CALIXTO, J. S; RIBEIRO, A. E. M. *Três olhares sobre o reflorestamento: a percepção dos atores sociais sobre a monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha, MG*. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 9, n. 3, 2007, p. 437-450.

CORRÊA, R. L. *Região e Organização Espacial*. 7ª Edição. São Paulo: editora Ática, 2002. 93p.

COSTA, H. S. M. Meio ambiente e desenvolvimento: um convite à leitura. In: HISSA, Cássio et al. *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 79-89.

DINIZ, C. C. O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2001. Anais XXIX. Salvador: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2001. 87-122p.

\_\_\_\_\_. *Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade*. Belo Horizonte: Gaia Cultural, 2011. 165p.

EGLER, C. A. G. Questão Regional e Gestão do Território no Brasil. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Org). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1995. p. 208-238.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. *Dicionário de desenvolvimento: guia para o conhecimento do poder*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59 – 83.

FERREIRA, A.V.B; MATOS, R. Vale do Jequitinhonha: história e geo-história. Belo Horizonte, v.1, n.2, p.1-83. Laboratório de Estudos Territoriais – Leste: IGC/UFMG, 2000. Semestral.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Produto interno bruto de Minas Gerais: municípios e regiões 1995-2008*. Belo Horizonte: FJP, 2008

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 32ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 256p.

GIOVANINI, R. R. *Regiões em Movimento: um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897)*. 2001. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Organização do Espaço) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

GUIMARÃES, ALISSON P. Vale do Médio Jequitinhonha. Estudo Geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1960. p. 316.

GOMES, P. C. C. O Conceito de Região e sua Discussão. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Org). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1995. p. 50-76.

HAESBAERT, R. *Regional- Global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208p.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. 19ª Edição. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349p.

HORTA, C. A; DIAS, M. S. *Trabalhadores do café no Vale do Jequitinhonha: uma análise geográfica*. Belo Horizonte, v.1, n.4, p.1-55. Laboratório de Estudos Territoriais – Leste: IGC/UFMG, 2002. Semestral.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo agropecuário de 1995. Rio de Janeiro.

JANNUZZI, P. de M. *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 4. Ed. Campinas: Editora Alínea, 2009, p. 58.

LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B; ZHOURI, A. *A inuistentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 287p.

LENCIONI, S. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 1999. 214 p.

LIN, Nan. Building a Network Theory of Social Capital. In; Nan Lin et al. (eds.) *Social capital: theory and research*. New York: Aldine de Gruyter Editors, 2001, p. 3-29.

MATOS, R; GARCIA, R. A. A população do Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, J. V. A; HENRIQUES, M. S. (Org). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, população e movimentos*. Belo Horizonte. p. 97- 127

MATOS, R. (Coord.). *Reestruturação sócio-espacial e desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte. v. 3. Laboratório de Estudos Territoriais – Leste: IGC/UFMG, 1999/2000. (Relatório de Pesquisa).

MATOS, R; NOGUEIRA, M. (Coord.). *Trabalhadores do Café no Vale do Jequitinhonha: uma análise geográfica*. Belo Horizonte, v.1, n.4, p.1-55. Laboratório de Estudos Territoriais – Leste: IGC/UFMG, 2002. Semestral.

MATOS, R; NOGUEIRA, M. (Coord.). *Vale do Jequitinhonha: história e geo-história*. Belo Horizonte, v.1, n.2, 83p. Laboratório de Estudos Territoriais – Leste: IGC/UFMG, 2000. Semestral.

MATOS, R. (Coord). *Região, Desigualdades Regionais e Desenvolvimento Sustentável*. Belo Horizonte, v.1, n.1, 33p. Laboratório de Estudos Territoriais – Leste: IGC/UFMG, 2000. Semestral.

MATOS, R; SOARES, W (Coord). *O São Francisco das Lavras e do Sertão Mineiro e sua Influência na Origem de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v.8, n.8, 30p. Laboratório de Estudos Territoriais – Leste: IGC/UFMG, 2006. Semestral.

MEDEIROS, N. III de. *Vale do Jequitinhonha: transformações estruturais e intensificação do êxodo no pós-sessenta*.1992. 239 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

MENDES, C. C; TEIXEIRA, J. R. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado*. Brasília, n. 1051, p. 16. Departamento de Economia, Universidade de Brasília, 2004. Texto para discussão.

MORA, A. L; GARCIA, C. H. *A cultura do eucalipto no Brasil*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura, 2000, 114 p.

- MOREIRA, C. *Território, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural em Municípios do Vale do Jequitinhonha*. 2003. 131p. Dissertação (Mestrado em Organização Humana do Espaço) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- NUNES, M. A. *Estruturação e Reestruturações Territoriais da Região do Jequitinhonha em Minas Gerais*. 2001. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Organização Humana do Espaço) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- PAULA, J. A. Concepções de Desenvolvimento. In: SOUZA, J. V. A; NOGUEIRA, M. D. P (Org.). *Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.
- PRADO JUNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. 397p.
- PEYREFFITE, A. *A Sociedade da Confiança: ensaio sobre as Origens e a Natureza do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 27- 40.
- RIBEIRO, E. M et al. Agricultura Familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. *Revistas Estudos Regionais (RER)*, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 04, 2007, p. 1075-1102.
- RIBEIRO, E. M; GALIZONI, F. M. Quatro histórias de terras perdidas: modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v.9, n.2, p.115–129, Novembro, 2007.
- Disponível em <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/185/169>>. Acesso em: 20 Jun. 2012.
- RIBEIRO, E. M; GALIZONI, F. M. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In TORRES, H; COSTA, H. S. M. (Orgs.). *População e meio ambiente: debates e desafios*. 2ª. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2006. p.163-187.
- ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2003. 199p.
- RODRIGUES, R. N (Org.). *Desenvolvimento regional e inserção da mulher em atividades produtivas no Alto Jequitinhonha*. Belo Horizonte, Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, 2000. Trabalho não publicado.
- SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- SAINT- HILAIRE, A de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. 233p.
- SANDRONI, P. (Org). *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Círculo do Livro, 199. 650p.

SANTOS, J. F. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4ª edição. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora Limitada, 1976. 338p.

SANTOS, M. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979. 156p.

SAINT-HILARE, A. *Viagem pelo Distrito Nordestino dos Diamantes e Litoral do Brasil*. 1ª edição. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora Limitada, 1974. 233p.

SANTIAGO, L. C. M. Processo Tardio de Colonização do Médio e Baixo Jequitinhonha. In: SOUZA, J. V. A; HENRIQUES, M. S. (Org). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, população e movimentos*. Belo Horizonte: Pró- Reitoria de Extensão; Polo Jequitinhonha UFMG, 2010. p. 71-96.

SEN, Amartya K. Sobre conceptos y medidas de pobreza. Málaga: EUMEDNET Enciclopedia y Biblioteca Virtual, 1999. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/economistas/textos/sen/medida%20de%20la%20pobreza.htm>>. Acesso em: 05 de janeiro. 2013

SOARES, W. *Confiança, redes sociais, inovação e desenvolvimento local*. Belo Horizonte: Proex – Pró-Reitoria de Extensão, 2009.

SOUZA, J. V. A. Introdução. In: SOUZA, J. V. A; HENRIQUES, M. S. (Org). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, população e movimentos*. Belo Horizonte: Pró- Reitoria de Extensão; Polo Jequitinhonha UFMG, 2010. p. 11-23.

SOUZA, J. V. A. Mineração e Pecuária na Definição do Quadro Sociocultural do Termo de Minas Novas. In: SOUZA, J. V. A; HENRIQUES, M. S. (Org). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, população e movimentos*. Belo Horizonte: Pró- Reitoria de Extensão; Polo Jequitinhonha UFMG, 2010. p. 25-69.

VALE, R. S. *Agrossilvicultura com eucalipto como alternativa para o desenvolvimento sustentável da Zona da Mata de Minas Gerais*. 2004. 101 f. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa- MG, 2004.

ZHOURI, A; ZUCARELLI, M. C. Visões da resistência: conflitos ambientais no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, J. V. A; HENRIQUES, M. S. (Org). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, população e movimentos*. Belo Horizonte: Pró- Reitoria de Extensão; Polo Jequitinhonha UFMG, 2010. p. 209-236.

**ÁREA TOTAL, URBANA E RURAL E A PARTICIPAÇÃO AREAL RELATIVA DO CAFÉ, EUCALIPTO, PECUÁRIA E OUTRAS ATIVIDADES EM VALORES ABSOLUTOS E PORCENTUAIS EM 1995 – MUNICÍPIOS DO ALTO JEQUITINHONHA**

Município	Área Total (km <sup>2</sup> )	Área Urbana (km <sup>2</sup> )	Área Rural (km <sup>2</sup> )	1995							
				Café		Eucalipto		Pecuária		Outras	
				%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs
Angelândia	185,8	1,9	183,9	-	-	-	-	-	-	-	185,8
Aricanduva	244,1	2,3	241,8	-	-	45,24	110,446	-	-	53,80	131,323
Capelinha	968,5	15,7	952,8	9,29	90,00	65,93	638,490	11,70	113,28	11,46	111,037
Carbonita	1.460,9	5,5	1.455,4	0,03	0,40	-	-	2,44	35,70	97,16	1.419,31
Chapada do Norte	833,7	2,9	830,9	0,00	0,04	-	0,000	5,38	44,87	94,27	785,963
Couto de Magalhães de Minas	487,2	4,4	482,8	0,10	0,50	0,03	0,148	6,08	29,64	92,89	452,550
Datas	311,1	2,0	309,1	0,02	0,06	0,03	0,093	3,17	9,85	96,15	299,106
Diamantina	3.890,0	38,9	3.851,0	0,03	1,20	0,00	0,000	4,48	174,27	94,49	3.675,563
Felício dos Santos	358,8	3,0	355,7	0,11	0,40	0,08	0,283	17,41	62,46	81,56	292,594
Gouvêa	869,3	10,9	858,4	0,06	0,50	56,18	488,408	2,76	23,98	39,75	345,538
Itamarandiba	2.743,8	10,7	2.733,1	0,02	0,45	-	-	5,22	143,26	94,37	2.589,37
Leme do Prado	281,0	1,8	279,2	2,85	8,00	-	-	-	-	96,51	271,17
Minas Novas	1.818,4	8,5	1.809,9	-	-	0,00	0,001	9,34	169,76	90,20	1.640,138
Presidente Kubitschek	189,8	1,8	188,0	16,33	31,00	0,01	0,020	11,02	20,91	71,68	136,071
São Gonçalo do Rio Preto	676,8	7,1	669,7	0,01	0,04	20,25	137,070	-	-	78,69	532,601
Senador Modestino											
Gonçalves	955,1	0,9	954,2	0,04	0,35	-	-	8,22	78,55	91,65	875,35
Serro	1.221,6	19,5	1.202,2	0,12	1,50	15,58	190,380	27,28	333,30	55,42	676,989
Turmalina	1.156,9	12,7	1.144,2	0,26	3,00	-	-	7,01	81,13	91,63	1.060,05
Veredinha	633,8	3,1	630,7	-	-	-	-	-	-	-	633,8
<b>Total</b>	<b>19.287</b>	<b>153</b>	<b>19.133</b>		<b>137</b>		<b>1.565</b>		<b>1.320</b>		<b>16.114</b>

Fonte: IBGE. Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2012. Dados trabalhados pelo autor.

## ANEXO 2

**ÁREA TOTAL, URBANA E RURAL E A PARTICIPAÇÃO AREAL RELATIVA DO CAFÉ, EUCALIPTO, PECUÁRIA E OUTRAS ATIVIDADES  
EM VALORES ABSOLUTOS E PORCENTUAIS EM 2006 – MUNICÍPIOS DO ALTO JEQUITINHONHA**

Município	Área Total (km <sup>2</sup> )	Área Urbana(km <sup>2</sup> )	Área Rural (km <sup>2</sup> )	2006							
				Café		Eucalipto		Pecuária		Outras	
				%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs
Angelândia	185,8	1,9	183,9	26,62	49,47	18,16	33,7	14,76	27,4	39,44	73,3
Aricanduva	244,1	2,3	241,8	2,50	6,1	7,69	18,8	28,99	70,8	59,86	146,1
Capelinha	968,5	15,7	952,8	9,15	88,6	9,87	95,6	29,80	288,6	49,56	480,0
Carbonita	1.460,9	5,5	1.455,4	0,60	8,7	46,60	680,8	37,82	552,5	14,62	213,5
Chapada do Norte	833,7	2,9	830,9	0,01	0,08	0,00	0,0	14,40	120,1	85,24	710,7
Couto de Magalhães de Minas	487,2	4,4	482,8	0,04	0,20	0,00	0,0	17,02	82,9	82,05	399,7
Datas	311,1	2,0	309,1	0,06	0,20	0,98	3,0	18,59	57,8	79,73	248,0
Diamantina	3.890,0	38,9	3.851,0	0,08	3,30	1,11	43,3	9,97	387,9	87,83	3416,5
Felício dos Santos	358,8	3,0	355,7	0,49	1,75	0,20	0,7	19,11	68,6	79,36	284,7
Gouvêa	869,3	10,9	858,4	0,05	0,45	0,80	6,9	11,66	101,3	86,24	749,7
Itamarandiba	2.743,8	10,7	2.733,1	0,01	0,17	15,39	422,2	41,92	1150,2	42,30	1160,5
Leme do Prado	281,0	1,8	279,2	2,85	8,00	2,00	5,6	16,91	47,5	77,61	218,1
Minas Novas	1.818,4	8,5	1.809,9	0,05	1,00	8,92	162,1	32,33	587,8	58,24	1059,0
Presidente Kubitschek	189,8	1,8	188,0	4,48	8,5	0,51	1,0	6,33	12,0	87,73	166,5
São Gonçalo do Rio Preto	676,8	7,1	669,7	0,11	0,75	0,06	0,4	0,74	5,0	98,04	663,6
Senador Modestino Gonçalves	955,1	0,9	954,2	0,08	0,77	0,24	2,3	24,15	230,6	75,44	720,6
Serro	1.221,6	19,5	1.202,2	0,17	2,07	0,08	1,0	21,74	265,6	76,42	933,6
Turmalina	1.156,9	12,7	1.144,2	0,69	8,00	4,17	48,2	12,70	147,0	81,34	941,0
Veredinha	633,8	3,1	630,7	0,03	0,18	14,03	88,9	36,62	232,1	48,84	309,5
<b>Total</b>	<b>19.286,6</b>	<b>153,5</b>	<b>19.133,1</b>		<b>188,29</b>		<b>1614,5</b>		<b>4435,5</b>		<b>12894,7</b>

Fonte: IBGE. Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2012. Dados trabalhados pelo autor.



## ANEXO 3

**ÁREA TOTAL, URBANA E RURAL E A PARTICIPAÇÃO AREAL RELATIVA DO CAFÉ, ECUALIPTO, PECUÁRIA E OUTRAS ATIVIDADES  
EM VALORES ABSOLUTOS E PORCENTUAIS EM 1995– MUNICÍPIOS DO MÉDIO JEQUITINHONHA**

Município	Área Total (km <sup>2</sup> )	Área Urbana(km <sup>2</sup> )	Área Rural(km <sup>2</sup> )	1995							
				Café (km2)		Eucalipto (km2)		Pecuária (km2)		Outras	
				%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs
Araçuaí	2.236,3	0,9	186,2	0,01	0,13	-	-	53,59	1198,4	46,37	1.036,90
Berilo	589,1	2,6	586,5	0,01	0,08	0,011	0,067	27,26	160,6	72,29	425,82
Cachoeira de Pajeú	698,1	1,6	696,4	0,07	0,50	0,002	0,013	40,60	283,5	59,09	412,50
Caraí	1.246,3	3,2	1.243,2	2,41	30,00	0,023	0,282	14,69	183,1	82,65	1.030,04
Comercinho	657,2	0,7	656,5	0,06	0,40	-	-	48,72	320,2	51,12	335,94
Coronel Murta	818,2	3,4	814,8	0,02	0,20	-	-	52,59	430,3	46,97	384,33
Francisco Badaró	462,9	1,9	461,0	0,03	0,12	-	-	65,24	302,0	34,32	158,87
Itaobim	681,3	6,9	674,4	0,03	0,18	-	-	37,30	254,1	61,65	420,06
Itinga	1.655,2	2,8	1.652,4	0,02	0,40	-	-	74,94	1240,5	24,86	411,56
Jenipapo de Minas	285,4	2,2	283,2	-	-	-	-	-	-	-	-
José Gonçalves de Minas	382,6	0,9	381,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Medina	1.440,8	4,0	1.436,8	0,52	7,50	-	-	35,86	516,6	63,34	912,69
Novo Cruzeiro	1.708,6	6,6	1.702,0	1,99	34,00	0,023	0,396	8,37	143,0	89,26	1.525,05
Padre Paraíso	546,2	4,1	542,0	1,82	9,95	0,000	0,001	15,70	85,8	81,72	446,34
Pedra Azul	1.600,2	6,5	1.593,7	0,27	4,35	0,433	6,932	79,33	1269,5	19,98	319,80
Ponto dos Volantes	1.216,5	1,4	1.215,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Virgem da Lapa	871,8	2,9	868,9	0,00	0,01	0,828	7,219	42,92	374,2	56,74	494,72
<b>Total</b>	<b>17.096,7</b>	<b>52,6</b>	<b>14.994,9</b>		<b>87,82</b>		<b>14,911</b>		<b>6761,7</b>		<b>8.314,63</b>

Fonte: IBGE. Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2012. Dados trabalhados pelo autor.

**ÁREA TOTAL, URBANA E RURAL E A PARTICIPAÇÃO AREAL RELATIVA DO CAFÉ, ECUALIPTO, PECUÁRIA E OUTRAS ATIVIDADES EM VALORES ABSOLUTOS E PORCENTUAIS EM 2006– MUNICÍPIOS DO MÉDIO JEQUITINHONHA**

Município	Área Total (km <sup>2</sup> )	Área Urbana	Área Rural	2006							
				Café (km <sup>2</sup> )		Eucalipto (km <sup>2</sup> )		Pecuária (km <sup>2</sup> )		Outras	
				%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs
Araçuaí	2.236,3	0,9	186,2	0,09	2,00	-	-	34,22	765,2	65,69	1.469,08
Berilo	589,1	2,6	586,5	-	-	-	-	33,69	198,4	66,31	390,6
Cachoeira de Pajeú	698,1	1,6	696,4	0,01	0,10	-	-	55,32	386,2	44,67	311,81
Carai	1.246,3	3,2	1.243,2	2,89	36,0	0,04	0,52	31,50	392,6	65,57	817,2
Comercinho	657,2	0,7	656,5	0,30	2,0	-	-	53,68	352,8	46,02	302,4
Coronel Murta	818,2	3,4	814,8	0,01	0,07	-	-	53,95	441,4	46,04	376,72
Francisco Badaró	462,9	1,9	461,0	0,00	0,02	-	-	24,00	111,1	75,99	351,76
Itaobim	681,3	6,9	674,4	0,01	0,04	-	-	32,93	224,4	67,06	456,91
Itinga	1.655,2	2,8	1.652,4	0,00	0,04	-	-	38,42	635,9	61,58	1.019,25
Jenipapo de Minas	285,4	2,2	283,2	-	-	-	-	22,92	65,4	77,08	220,0
José Gonçalves de Minas	382,6	0,9	381,7	0,71	2,70	0,23	0,9	10,24	39,2	89,05	340,72
Medina	1.440,8	4,0	1.436,8	0,07	1,00	-	-	26,80	386,1	73,13	1.053,75
Novo Cruzeiro	1.708,6	6,6	1.702,0	2,96	50,50	0,30	5,2	26,65	455,4	70,39	1.202,68
Padre Paraíso	546,2	4,1	542,0	0,59	3,20	-	-	16,35	89,3	83,07	453,71
Pedra Azul	1.600,2	6,5	1.593,7	0,31	5,00	0,03	0,6	58,03	928,5	41,66	666,65
Ponto dos Volantes	1.216,5	1,4	1.215,1	0,17	2,10	-	-	28,91	351,7	70,91	862,66
Virgem da Lapa	871,8	2,9	868,9	-	-	-	-	47,68	415,7	52,32	456,2
<b>Total</b>	<b>17.096,7</b>	<b>52,6</b>	<b>14.994,9</b>		<b>104,77</b>		<b>7,14</b>		<b>6239,3</b>		<b>10.752,08</b>

Fonte: IBGE. Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2012. Dados trabalhados pelo autor.

**ÁREA TOTAL, URBANA E RURAL E A PARTICIPAÇÃO AREAL RELATIVA DO CAFÉ, ECUALIPTO, PECUÁRIA E OUTRAS ATIVIDADES EM VALORES ABSOLUTOS E PORCENTUAIS EM 1995– MUNICÍPIOS DO BAIXO JEQUITINHONHA**

Município	Área Total (km <sup>2</sup> )	Área Urbana(km <sup>2</sup> )	Área Rural (km <sup>2</sup> )	1995								
				Café		Eucalipto		Pecuária		Outras		
				%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	
Almenara	2.302,1	8,5	2.293,6	0,11	2,5	0,00	0,03	63,09	1452,4	1	36,43	838,7
Bandeira	485,5	0,4	485,0	0,16	0,78	-	-	67,74	328,85	-	-	-
Divisópolis	574,9	1,9	573,1	2,58	14,85	0,03	0,20	39,62	227,77	57,44	330,2	
Felisburgo	598,2	2,5	595,8	0,58	3,46	0,03	0,16	65,71	393,11	33,27	199,0	
Jacinto	1.398,4	2,7	1.395,7	0,01	0,1	-	-	73,35	1025,7	2	-	-
Jequitinhonha	3.489,5	8,2	3.481,3	0,22	7,59	0,03	0,88	36,07	1258,8	0	63,45	2.214,0
Joáima	1.669,8	2,7	1.667,1	0,28	4,75	-	-	51,83	865,41	-	-	-
Jordânia	548,6	1,1	547,5	0,07	0,39	-	-	81,52	447,20	-	-	-
Mata Verde	228,3	0,8	227,5	0,99	2,25	-	-	35,56	81,20	-	-	-
Monte Formoso	386,8	0,4	386,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palmópolis *	434,6	0,9	433,7	0,14	0,6	0,00	0,01	47,93	208,33	51,71	224,8	
Rio do Prado	481,4	0,7	480,7	0,01	0,05	-	-	63,78	307,07	-	-	-
Rubim	968,5	1,8	966,6	0,02	0,15	0,00	0,03	75,77	733,84	24,02	232,6	
Salto da Divisa	941,2	1,8	939,4	-	-	-	-	87,08	819,56	-	-	-
Santa Maria do Salto	442,1	0,8	441,3	0,02	0,1	-	-	53,75	237,63	-	-	-
Santo Antônio do Jacinto	505,1	1,1	504,0	0,12	0,6	0,00	0,00	38,96	196,79	60,70	306,6	
<b>Total</b>	<b>15.455,1</b>				<b>38,17</b>		<b>1,31</b>		<b>8583,68</b>			<b>4.346,0</b>

Fonte: IBGE. Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2012. Dados trabalhados pelo autor.

## ANEXO 6

**ÁREA TOTAL, URBANA E RURAL E A PARTICIPAÇÃO AREAL RELATIVA DO CAFÉ, ECUALIPTO, PECUÁRIA E OUTRAS ATIVIDADES  
EM VALORES ABSOLUTOS E PORCENTUAIS EM 2006– MUNICÍPIOS DO BAIXO JEQUITINHONHA**

Município	Área Total (km <sup>2</sup> )	Área Urbana (km <sup>2</sup> )	Área Rural (km <sup>2</sup> )	2006							
				Café		Eucalipto		Pecuária		Outras	
				%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs
Almenara	2.302,1	8,5	2.293,6	0,15	3,55	-	-	55,21	1270,97	44,64	1.027,6
Bandeira	485,5	0,4	485,0	0,56	2,7	-	-	49,39	239,79	50,05	243,0
Divisópolis	574,9	1,9	573,1	4,61	26,5	0,36	2,07	49,62	285,28	45,41	261,08
Felisburgo	598,2	2,5	595,8	0,15	0,9	0,25	1,50	49,10	293,76	50,49	302,07
Jacinto	1.398,4	2,7	1.395,7	0,02	0,22	-	-	70,56	986,75	29,42	411,4
Jequitinhonha	3.489,5	8,2	3.481,3	0,02	0,75	0,18	6,23	49,91	1741,62	50,07	1.747,1
Joáima	1.669,8	2,7	1.667,1	0,05	0,8	-	-	58,50	976,83	41,45	692,2
Jordânia	548,6	1,1	547,5	0,01	0,08	-	-	76,14	417,7	23,85	130,8
Mata Verde	228,3	0,8	227,5	2,41	5,5	-	-	51,02	116,49	46,57	106,3
Monte Formoso	386,8	0,4	386,5	0,26	1,0	-	-	35,09	135,75	64,65	250,1
Palmópolis *	434,6	0,9	433,7	0,23	1,0	-	-	14,60	63,456	85,17	370,2
Rio do Prado	481,4	0,7	480,7	0,12	0,6	-	-	30,24	145,57	69,64	335,3
Rubim	968,5	1,8	966,6	0,02	0,19	-	-	58,71	568,59	41,27	399,7
Salto da Divisa	941,2	1,8	939,4	-	-	-	-	73,57	692,4	26,43	248,8
Santa Maria do Salto	442,1	0,8	441,3	0,07	0,3	-	-	27,46	121,4	72,47	320,4
Santo Antônio do Jacinto	505,1	1,1	504,0	0,31	1,57	0,00	0,02	29,48	148,92	70,20	354,6
<b>Total</b>	<b>15.455,1</b>	<b>36,3</b>	<b>15.418,8</b>		<b>45,66</b>		<b>9,82</b>		<b>8205,276</b>		<b>7.200,6</b>

Fonte: IBGE. Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2012. Dados trabalhados pelo autor.

## ANEXO 7

**MAIORES EFETIVOS BOVINOS E ÁREAS DE PASTAGEM NO VALE DO  
JEQUITINHONHA EM 2006**

<b>Unidade</b>	<b>Efetivo Bovino (cabeças)</b>	<b>Área de pastagem (ha)</b>	<b>Efetivo bovino por hectare</b>
Almenara	86.392	127.097	1,5
Salto da Divisa	79.973	69.240	0,9
Jequitinhonha	67.360	174.162	2,6
Joáima	62.739	97.683	1,6
Jacinto	67.137	98.675	1,5
Pedra Azul	46.306	92.854	2,0
Medina	38.412	38.608	1,0
Jordânia	33.085	41.770	1,3
Berilo	31.163	19.844	0,6
Leme do Prado	30.853	4.751	0,2
Serro	29.215	26.555	0,9
Diamantina	14.064	38.786	2,8
Capelinha	13.186	28.860	2,2
Vale do Jequitinhonha	1.064.773	1.956.140,00	1,8

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006.

## ANEXO 8

## MINAS GERAIS E MESORREGIÕES DE PLANEJAMENTO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

ESPECIFICAÇÃO	2000				2010			
	TOTAL	POP. URBANA	POP. RURAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)	TOTAL	POP. URBANA	POP. RURAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)
<b>Minas Gerais</b>	17.905.134	14.658.502	3.246.631	81,9	19.597.330	16.715.216	2.882.114	85,3
Noroeste de Minas	334.534	249.283	85.251	74,5	366.418	286.618	79.800	78,2
Norte de Minas	1.495.284	962.594	532.690	64,4	1.610.413	1.118.294	492.119	69,4
Jequitinhonha	679.850	382.317	297.533	56,2	699.413	435.162	264.251	62,2
Vale do Mucuri	382.977	244.840	138.137	63,9	385.413	260.924	124.489	67,7
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1.871.237	1.662.369	208.869	88,8	2.144.482	1.960.028	184.454	91,4
Central Mineira	381.601	321.186	60.414	84,2	412.712	360.347	52.365	87,3
Metropolitana de Belo Horizonte	5.588.300	5.250.169	338.131	93,9	6.236.117	5.944.870	291.247	95,3
Vale do Rio Doce	1.535.177	1.163.186	371.991	75,8	1.620.993	1.301.332	319.661	80,3
Oeste de Minas	839.112	711.894	127.218	84,8	955.030	842.622	112.408	88,2
Sul/Sudoeste de Minas	2.251.629	1.740.167	511.462	77,3	2.438.611	1.980.222	458.389	81,2
Campo das Vertentes	511.956	414.332	97.623	80,9	554.354	468.746	85.608	84,6
Zona da Mata	2.033.478	1.556.166	477.312	76,5	2.173.374	1.756.051	417.323	80,8

FONTE: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

**ANEXO 9**  
**POPULAÇÃO URBANA E RURAL - ALTO JEQUITINHONHA PERÍODO**  
**1991-2000**

Município	População urbana, 1991	População urbana, 2000	População rural, 1991	População rural, 2000
Angelândia	1.837	3.226	2.427	4.242
Aricanduva	730	1.060	3.677	3.195
Capelinha	14.824	20.066	11.250	11.165
Carbonita	3.631	5.562	4.564	3.405
Chapada do Norte	1.553	4.863	14.237	10.362
Couto de Magalhães de Minas	3.180	3.621	832	386
Datas	2.259	2.622	2.923	2.418
Diamantina	34.609	37.774	9.690	6.485
Felício dos Santos	1.387	1.994	4.415	3.735
Gouvêa	7.178	7.740	4.279	3.949
Itamarandiba	13.816	17.717	14.283	11.683
Leme do Prado	453	1.541	3.783	3.195
Minas Novas	6.010	7.730	23.385	22.916
Presidente Kubitschek	1.637	1.737	1.295	1.214
São Gonçalo do Rio Preto	1.344	1.724	1.652	1.239
Senador Modestino Gonçalves	1.170	1.454	4.139	3.736
Serro	9.766	11.791	9.095	9.221
Turmalina	7.346	10.158	7.122	5.497
Veredinha	1.201	3.120	3.740	2.137
<b>Total</b>	<b>113.931</b>	<b>145.500</b>	<b>126.788</b>	<b>110.180</b>

Fonte: IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

**ANEXO 10**  
**PIB MUNICIPAL ALTO JEQUITINHONHA (R\$ mil)**

UNIDADE	2000	2008
Angelândia	33.375	51.242
Aricanduva	9.047	20.745
Capelinha	106.071	215.500
Carbonita	18.204	68.922
Chapada do Norte	16.904	47.123
Couto de Magalhães de Minas	7.252	19.593
Datas	7.385	23.278
Diamantina	104.312	275.893
Felício dos Santos	7.846	22.966
Gouvêa	26.828	72.683
Itamarandiba	64.183	166.766
Leme do Prado	7.042	20.629
Minas Novas	48.718	119.508
Presidente Kubitschek	4.591	12.719
São Gonçalo do Rio Preto	5.396	15.568
Senador Modestino Gonçalves	15.300	25.995
Serro	40.773	103.983
Turmalina	26.498	98.106
Veredinha	10.102	27.636
<b>TOTAL</b>	<b>559.828</b>	<b>1.408.855</b>
<b>PARTIPAÇÃO NO PIB DA MESORREGIÃO (%)</b>	<b>42,10</b>	<b>40,88</b>

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Produto interno bruto de Minas Gerais: municípios e regiões 1995-2008*. Belo Horizonte: FJP, 2008.